

LEETRA INDÍGENA

REVISTA DO LABORATÓRIO DE LINGUAGENS LEETRA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Volume 01 - Nº 1 - 2012

ISSN: 2316-445X



LEETRA INDÍGENA
REVISTA DO LABORATÓRIO DE LINGUAGENS
LEETRA/UFSCAR

VOLUME 01 - Nº 1 - 2012

Universidade Federal de São Carlos

Reitor

Prof. Dr. Targino de Araújo Filho

Vice-Reitor

Prof. Dr. Manoel Galetti Junior

Universidade Federal de São Carlos - Campus São Carlos
Rod. Washington Luís, km. 235 - Departamento de Letras - Sala 07
CEP: 13.565-905 - São Carlos - SP
Telefone: (16) 3306-6510
www.leetra.ufscar.br | grupo.leetra@gmail.com

Tiragem desta edição: 1000 exemplares

LEETRA INDÍGENA. v. 1, n. 1, 2012 - São Carlos: SP: Universidade
Federal de São Carlos, Laboratório de Linguagens LEETRA.

Periodicidade semestral.

ISSN: 2316-445X

1. Literatura indígena 2. Literatura brasileira 3. Sociedades
indígenas brasileiras.

A revista aceita contribuições de estudos, resenhas e outras, dentro da sua especialidade.

ISSN 2316-445X
Volume 01 - Nº 1 - 2012

LEETRA INDÍGENA

Revista do Laboratório de Linguagens LEETRA
Universidade Federal de São Carlos

Rev. LEETRA Indígena	São Carlos-SP	v. 01	n.1	pp. 1-90	2012
----------------------	---------------	-------	-----	----------	------

LEETRA Indígena

Revista do Laboratório de Linguagens LEETRA
Universidade Federal de São Carlos - SP - Brasil
Volume 01 - N. 1 - 2012 - ISSN 2316-445X

Conselho Editorial

Daniel Monteiro Costa (Munduruku)
Maria Sílvia Cintra Martins
Rosilene Pereira Fonseca - Rosi Waikhon (Piratapuia)

Editora

Maria Sílvia Cintra Martins

Projeto gráfico e Diagramação

Paula Ferraz Pacheco

Revisão

Maria Sílvia Cintra Martins
Paula Ferraz Pacheco

Imagens da capa

Daniel Munduruku

Grafismos

Elias Yaguakãg

Endereço para correspondências

Universidade Federal de São Carlos | Laboratório de Linguagens LEETRA
Rod. Washington Luís, km. 235 - Departamento de Letras - Sala 07
CEP: 15.566-905 - São Carlos - SP
Telefone: (16) 3306-6510

Pedido de assinaturas e envio de artigos para

www.leetra.ufscar.br | grupo.leetra@gmail.com

Apoio

Grupo de Pesquisa LEETRA
Linguagens, Etnicidades e Estilos em Transição (CNPq)

CAPES/PAEP

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Auxílio a eventos

SUMÁRIO

Editorial	9
<i>Maria Sílvia Cintra Martins</i>	
Apresentação	11
<i>Maria Sílvia Cintra Martins</i>	
Ato de amor entre povos	13
<i>Eliane Potiguara</i>	
Literatura indígena e as novas tecnologias da memória	16
<i>Daniel Munduruku</i>	
Meu rio Andirá (poemas)	24
<i>Tiago Hakiy</i>	
Literatura indígena e cinema	27
<i>Cristino Wapichana</i>	
Guerreiras do Rio Negro (poemas)	29
<i>Rosi Waikhon</i>	
O direito à literatura indígena	31
<i>Graça Graúna</i>	
Literatura nativa escrita por índios	34
<i>Olívio Jekupé</i>	
Encontro dos escritores e artistas indígenas	37
<i>Jaime Diakara Dessana</i>	
Começos da minha história	38
<i>Edson Dorneles Krenak</i>	
Os lábios do meu pai (poemas)	40
<i>Edson Dorneles Krenak</i>	
Urbaíndios	42
<i>Ely Macuxi</i>	
Cobra Norato	44
<i>Rosi Waikhon</i>	

Os índios gordos, o Facebook e a Identidade 49
Naine Terena

Galeria de fotos do I Caxiri na Cuia 46
Daniel Munduruku

Resenhas: um olhar crítico 51
De tempos em tempos - nossas histórias Kaimbé
O coco que guardava a noite
Com a noite veio o sono
Yahi Puíro Ki'ti - A origem da constelação da Garça
Awyató-Pót - Histórias indígenas para crianças
O Karaíba: Uma história do pré-Brasil
Olho d'água: o caminho dos sonhos
Saberes Xukuru: a cura pela natureza sagrada
Língua e Cultura Indígena Umutina no Ensino Fundamental

A morte de Galdino 68
Olívio Jekupé

Entrevistas 69
Maria Sílvia Cintra Martins

A Literatura Infanto-Juvenil Indígena na Educação: Desafios e Perspectivas 75
Roma Gonçalves Lemos

Inscrições narrativas e literatura de produção indígena 84
Maria Sílvia Cintra Martins

EDITORIAL

A revista LEETRA Indígena é uma publicação do Laboratório de Linguagens LEETRA sediado no Departamento de Letras da Universidade Federal de São Carlos/UFSCar.

Com periodicidade semestral, pretende ser portadora dos resultados de pesquisa, de discussões e reflexões em andamento no Grupo de Pesquisa LEETRA (CNPq), que abriga as linhas de pesquisa “Educação Escolar e Educação Superior Indígena” e “Estudos em Literatura Ameríndia”. Vale notar que a presença, desde o ano de 2008, de graduandos indígenas na UFSCar tem sido um dos principais motivadores da existência dessas duas linhas de pesquisa, ao lado de outras como “Tradução e Transcrição” e “Letramento e Comunicação Intercultural”.

A revista LEETRA Indígena busca, de resto, preencher o espaço hoje necessário do reconhecimento progressivo da importância e da validade da literatura que vem sendo produzida milenarmente por povos indígenas em território nacional, sem que ainda lhe tenha sido conferido o valor correspondente.

Este primeiro número possui um enfoque especial no evento “I Caxiri na Cuia”, promovido pelo Grupo LEETRA junto ao Departamento de Letras da UFSCar no mês de maio de 2012. Com apoio CAPES/Paep, o evento teve a duração de dois dias e envolveu mesas-redondas e saraus em torno da temática da Literatura Indígena Brasileira.

Agradecemos a todos que contribuíram com esta edição, seja na participação no evento “I Caxiri na Cuia” quando as primeiras ideias foram gestadas, seja pela submissão de trabalhos, na participação na Comissão Editorial, no Projeto Gráfico e na Diagramação, seja, ainda, na concessão das fotos e dos grafismos aqui presentes.

APRESENTAÇÃO

Quando pela primeira vez mencionei que estava pesquisando Literatura Indígena e pretendia lecionar uma disciplina sobre esta temática no Programa de Pós-Graduação em Literatura da UFSCar, pude presenciar o estranhamento até mesmo de colegas da universidade: «Existiria isso, Literatura Indígena? E desde quando os índios escreviam?»

Em outro momento, fiquei perplexa e aborrecida, quando uma emérita professora convidada, após proferir Aula Magna em nossa universidade e ser questionada sobre o papel da pesquisa em Literatura Ameríndia, respondeu diante do auditório lotado: «Literatura Indígena brasileira? Não sei, conheço muito pouco e o que vi me pareceu ainda muito fraquinho. Mas pode ser sim, que com o tempo possamos ver algo melhor; eles ainda têm muito o que aprender conosco», essas foram mais ou menos suas palavras, que não quis nem pude guardar de forma mais literal...

Seja como for, eram palavras que aguçavam ainda mais em mim a necessidade da pesquisa e da publicação. Seria bom, afinal, poder enveredar por um caminho que ainda não era suficientemente conhecido: bom, desafiador e riquíssimo, pois era imensa a quantidade e variedade da Literatura Indígena que ia se configurando diante de meus olhos, de forma por um lado diferente daquela que se dá na literatura dita canônica, por outro, enriquecedora até mesmo para podermos compreender melhor essas outras literaturas. Afinal, a Literatura Indígena já é por natureza múltipla e multiforme, passando por gestualidades, cânticos, danças, grafismos, petroglifos, que se cruzam e completam aquilo que se manifesta nos livros.

Uma literatura que, em princípio, diríamos que é recente, pois vem se dando à medida da entrada progressiva dos indígenas nos contextos urbanos e de sua apropriação dos instrumentos e tecnologias não indígenas, como a escrita. Logo percebemos, no entanto, o equívoco dessa presunção, pois a cultura indígena nos convida para uma compreensão mais abrangente do que seja a escrita e, portanto, a própria literatura. Deter-se na Literatura Indígena – fruí-la, estudá-la, refletir sobre ela – vai nos abrindo diversas portas: aprendemos a enxergar melhor aspectos relativos à invasão e à opressão colonial, à forma com que temos sido levados ao esquecimento de nossa identidade e de nossa cultura local; somos chamados, mais uma vez, a repensar o que é a letra, o que é a escrita, que transcende o desenho pontual da escrita alfabética sobre o papel branco. Subitamente somos levados ao reconhecimento da escrita rupestre e dos petroglifos como uma manifestação milenar, que já existia no continente americano antes da chegada dos europeus e que, particularmente no caso dos petroglifos do Alto Rio Negro, se cruzam e entrecruzam com narrativas orais, com os cânticos xamânicos, com os grafismos impressos em cestarias, e fornecem o subsídio, a matéria prima para a elaboração da outra Literatura, daquela que tinge com tinta preta palavras no papel.

Lembro que uma das principais motivações de meu interesse crescente pela Literatura Indígena brasileira veio-me da presença de graduandos indígenas na Universidade Federal de São Carlos. No convívio com eles nos últimos quatro anos, pude rever minhas visões um tanto estagnadas e estereotipadas sobre as línguas e culturas indígenas; mas certamente foi a partir da vinda de Daniel Munduruku para o Grupo de Pesquisa LEETRA como pesquisador pós-doc que se expandiu rapidamente minha visão da qualidade e variedade de nossa literatura indígena. Sempre brincando, o Daniel

chegava com volumes e mais volumes para me dar ou emprestar, passando-me como tarefas de leitura para as semanas seguintes; sempre dinâmico, vinha com novas propostas de eventos e de atividades a serem desenvolvidas com vistas à divulgação da cultura indígena e à desconstrução dos estereótipos. Foi nesse clima de compromissos e de brincadeiras, de conversas sérias e de risadas, que veio a ideia de lançarmos uma série de eventos com a denominação «Caxiri na Cuia» - e o I Caxiri na Cuia viria a se dar no início do mês de maio de 2012, com a participação dos escritores indígenas Edson Kayapó, Rosilene Waikhon, Tiago Hakiy, Cristino Wapichana e Ronivaldo Mendes, além do próprio Daniel Munduruku.

Aproveito para anotar aqui que esses escritores que participaram do «I Caxiri na Cuia» o fizeram a nosso convite, e também pela facilidade e disponibilidade para estarem em São Carlos naquele momento - não, naturalmente, por qualquer escolha pontual nossa, já que nosso desejo mesmo seria de ter todos os escritores indígenas brasileiros, contando histórias, recitando versos e fazendo barulho num mesmo momento histórico. Da mesma forma, os textos que aparecem coletados aqui, por um lado tentam dar conta de um pouco do que pudemos ter ao vivo com os escritores convidados; por outro, vêm de escritores como Graça Graúna, Eliane Potiguara ou Olívio Jekupé que se dispuseram a colaborar conosco mesmo sem poder estar presentes na hora do evento.

Este primeiro número da Revista LEETRA Indígena abre com o belíssimo poema “Ato de Amor entre povos”, de Eliane Potiguara, que através de várias figuras cromáticas nos remete aos diferentes povos sul americanos e à beleza da cultura ameríndia, entre sonhos e massacres, entre o amor e a inquietude, as vitórias felizes e o vento brabo de um país roubado.

Seguem poemas de escritores indígenas brasileiros, intercalados por falas proferidas no decorrer dos dois dias do «I Caxiri na Cuia». Textos de diversos autores indígenas refletem sobre temáticas que se ligam, de forma direta ou indireta, com a produção da Literatura Indígena em nosso território. Ao final, apresentamos algumas resenhas e entrevistas que se propõem apenas a um modesto recorte de toda uma vasta produção que vem se multiplicando de forma bastante intensa, particularmente nos últimos vinte anos, em associação com a luta crescente em torno dos direitos de indígenas.

Maria Sílvia Cintra Martins

ATO DE AMOR ENTRE POVOS

Eliane Potiguara

Boca vermelha, guerreiro das cordilheiras
cansado... Repousava adormecido sob o orvalho.
Abriram-lhe os olhos rubros raios solares,
aromas silvestres, canções da mata.
Era Cunhataí - trêmula - errante das águas,
envolta em folhagens, flores mas sem abrigo...
cantou-lhe em voz alta e compassada,
uma canção de amor... Mas sem destino:
(porém ele nada dizia e tudo entendia)

- Desperta Jurupiranga!

Vem me ver que hoje acordei suada.

Benzo

com o sumo de minha rosa aberta, enamorada,
as manhãs de delírio, completamente cansada

Vem, que te sonhei a noite toda:

Puro, te revelando nas águas do Orenoco,
Sorrateiro, espreitando o massacre de Potosi

Vem, que te sonhei na noite pela Paz

E teus dedos velozes, a guarânia, tocavam
as vitórias felizes do Império Inca.

Teu rosto estranhava a luz que me envolvia,
porque - recuperado - todo o estanho eu trazia.

Vem, que vou me pintar com urucum

Vou me encher de mil colares
pra te esperar pro ritual.

Tenso

está meu corpo ofegante e

penso

no teu cheiro de homem,

no teu corpo de homem,

que me assanha e me esquento.

Me sinta a teu lado,

me toca c'oas mãos

poéticas, tão grandes e musicais

Me espera na hermosa Ponta Porã

E faz tua amante se sentir cunhã

Me roça

Me faz a palhoça
pra eu morar.

Me afoga em teus beijos,
teus quentes desejos
pra que eu veja
um pituã pra nos cantar

Me traz os teus cânticos
Me grita aos ouvidos
compõe a cantiga
que me faz tua Amiga...
E te deitas em meu colo
que eu toda me enrolo
em teus cabelos românticos
Me aponta teus ventos brabos
de um país roubado,
de tanto sangue derramado,
chamando um xaxado
pro gozo de amar
Que vou bebendo
com muita cadência
o fogo que expelle do teu olhar
E nesse momento teus beijos ardentes
explodem contentes
queimando meus lábios,
meus tão fartos lábios
que te fazem delirar

Ah!... Me traz teus quenachos
Pra que eu te dê meus penachos
Assim... Vou-te levando aos Tabajaras

Lá, dormiremos ao som das araras
testemunhando o amor, a oiticica sagrada
e ungiremos com óleo todas as nossas feridas

Então, tomaremos o mel da manhã
pra que todos os antepassados renasçam
e olharemos pro céu do amanhã
pra que nossos filhos se elevem
e beberemos a água do carimã
pra suportar a dor da Nação acabada

E os Potiguaras, comedores de camarão

que Hoje - carentes
nos recomendarão a Tupã.
E te darão o anel do guerreiro - parceiro
e a mim?

Me darão a honra do Nome
a Esperança - meu homem!

De uma pátria sem fim
agora, chamego!
me cheira,
me faz um churrasco,
me dá chimarrão,
uma saia de chita,
mais um chocalho bonito
pra Zamacueca dos Andes
pro Toré do Sertão

Reparte essa carne-de-sol,
esse baião temperado
que eu tô danada assim...
de amor por esse diabo.
Me dá açai geladinho
uma rede quentinha
pra nos sonhar agarrados
nas libertas Ilhas Galápagos

Mas Zanzo,
zonga,
ao som do zabumba
ao som das zampoñas,
sob o azul do Amazonas
Benzendo teu coração

Mas chora teu charango latino
tua lhama andina, pelos cantos da cidade,
pelas cidades sem flor
Chora meu ximango sofrido
Porque estou triste aqui.

E juntos, num só instante,
depois de tanto amor incessante
perceberemos Inquietos aqui,
o Juruparipindá
a separar a todos os loucos Amantes.

LITERATURA INDÍGENA E AS NOVAS TECNOLOGIAS DA MEMÓRIA

Daniel Munduruku

“O Brasil foi construído sobre um cemitério”
(Ailton Krenak)



Está presente no imaginário do brasileiro que as populações indígenas estão paradas num tempo imemorial e que o estilo de vida por elas adotado é comprovação mais que suficiente para demonstrar que elas precisam ser incorporadas ao repertório “civilizado” que a cidade possui e, assim, poderem deixar seu “atraso” cultural e tecnológico para trás.

Exagero à parte, o parágrafo acima reflete uma postura que ainda faz parte da mentalidade nacional que sempre colocou as sociedades indígenas sob a ideia de que estão num processo “evolutivo”. Vê-se isso marcado nos livros didáticos de tempos

atrás e na literatura que hoje é produzida Brasil afora e que traz a figura do “índio” folclorizado e estereotipado: usando penas, despido, corpo pintado, empunhando arco e flecha, entre outras imagens.

Essas imagens costumam dar um quê de fantasia, de espanto, terror e medo o que faz com que as pessoas continuem repetindo estereótipos e alimentando um distanciamento sempre perigoso, pois joga as populações indígenas a um patamar de humanidade desprezível.

Enquanto isso – e longe da realidade fantasiosa imposta pela escola, pela literatura e pela mídia – os povos nativos continuam a ser massacrados pela ganância do desenvolvimento a todo custo e a ter seu modo de vida e sua visão de mundo sempre mais detonados pelo modelo econômico em que vivem. Invasões dos territórios, roubo de seus conhecimentos tradicionais, presença missionária alienante, perseguições políticas, roubo de suas riquezas materiais e imateriais, acusações levianas de infanticídio ou práticas demoníacas, consumo de álcool, tráfico de drogas, entre outros, são problemas enfrentados diuturnamente por comunidades embrenhadas por um Brasil desconhecido ou ocultado da maior parte da nação, e que recebe notícias escolhidas, quase sempre oriundas de veículos dominados pelos mesmos grupos que defendem o fim dos povos indígenas.

Brasil, lugar da diversidade nativa

O que a maioria das pessoas conhece sobre nossa gente indígena é o que está estampado nos livros didáticos, disso já sabemos. O que não se sabe é como definir essa gente que vem sendo chamada por uma alcunha, um apelido, há mais de 500 anos. Esta palavra, carregada de todo sentido pejorativo que um apelido traz, foi capaz de reduzir uma enorme diversidade cultural a um conceito tímido e impreciso capaz de generalizar e empobrecer a experiência de humanidade

“Eu tenho um colar
de muitas histórias
e diferentes etnias”
(Graça Graúna)

construída ao longo de 10 mil anos [para não ser arrogante] de conhecimento acumulado. E, infelizmente, em pleno século XXI continuamos sem conhecer realidades únicas e especiais que tornam estes povos autênticos guardiões de saberes ancestrais.

Qual o tamanho da diversidade? Grande. Felizmente, bem grande. Foi bem maior, é verdade. Alguns pesquisadores chegam a defender a existência de aproximados mil povos vivendo no território que se chamaria Brasil. Também dizem que, no século XVI, eram faladas algo em torno de mil e cem línguas e dialetos distintos entre si. Alguns calculam em 5,6 ou 7 milhões de pessoas espalhadas pelo território sem fronteiras. Números vultosos se imaginarmos que a população de Portugal à época não chegava a este montante.

O fruto do descaso inicial, as guerras de perseguições que geraram os “heróis” dos sertões e das florestas; de uma política indigenista equivocada ao longo do tempo; o desinteresse em entender a cultura nativa; o preconceito e o etnocídio levaram a uma drástica diminuição populacional, a tal ponto de – na metade do século XX – especialistas declararem que os “índios” não chegariam ao XXI, pois na década de 1970, não passavam de 90 mil pessoas. Claro que vista pelo meu ângulo, esta era uma notícia ruim, mas vista a partir da lógica do desenvolvimento, era alvissareira. Afinal, vivíamos a época do “este é um país que vai pra frente”, cantarolada pelos escolares educados sob a égide dos militares que comandavam a política do “milagre brasileiro”.

É verdade que a profecia não se realizou. As populações indígenas não viraram “marcas do que se foi”. Ao contrário. souberam se mobilizar contra o decreto do extermínio vaticinado pelo desenvolvimento. Reagiram e criaram, nos fins dos anos 1970, um movimento político muito importante e que foi capaz de conclamar toda a sociedade brasileira para mostrar que “posso ser como você, sem deixar de ser como sou”, mote adotado pelas lideranças e que partia do pressuposto de que ser brasileiro não é abrir mão de pertencer a um grupo diferenciado dentro da sociedade. De certa forma, foi esta mobilização política que fez com que o Brasil se descobrisse novamente e começasse um processo de repensar sua identidade enquanto Nação. Ou seja, redescobrisse sua vocação de povo acolhedor, diverso cultural e socialmente. O país percebeu, no final dos anos de 1980, que os povos indígenas brasileiros estavam aí para ficar e não se podia mais pensar neles como povos em extinção. Foi, finalmente, descobrindo que teria que conviver com esta mesma e rica diversidade que compunha sua história e que foi capaz de resistir a todas as tentativas de destruição e morte.

Assim sendo, e graças à luta renhida das populações nativas, o Brasil foi percebendo – ainda que por imposição – que terá que conviver com 307 povos [que preferem ser assim denominados, em vez de tribo, palavra do dominador] - habitando em todos os estados da confederação [hoje sem nenhuma exceção, haja vista o reconhecimento de grupos que estavam “esquecidos” na história], falando algo em torno de 274 línguas e dialetos divididos em troncos e famílias lingüísticas [o que demonstra suas complexidades], em situações díspares de contato [há grupos com mais de 500 anos

Os povos que viviam no continente sul-americano, quando houve a invasão européia, já tinham mais de 45 mil anos de histórias. Vindos do norte e do oceano pacífico, seguiram vários caminhos até ocupar todo o continente.

(Esta Terra tinha dono. Prezia e Hoornaert. Pág.32)

“O branco não sabe o que é a natureza, o que é o rio, o que são as árvores, o que é a montanha, o que é o mar... Em vez de você respeitar, destrói, corta pedaço, joga coisas, polui o mar, os rios. Você vai me dizer: o índio está falando mas é selvagem; selvagem é você, milhões de anos estudando e nunca aprendeu a ser civilizado. Pra que você está estudando? Para destruir a natureza e no fim destruir a própria vida?”

José Luiz Xavante

de contato com a sociedade nacional e outros com contato recente] - e terá que oferecer salvaguardas para aproximados 55 grupos que resistem ao contato físico [e outros que ainda se vão encontrar num futuro próximo]. São, segundo os dados do IBGE, 900 mil pessoas vivendo em aldeias ou em contexto urbano. Alguns desses grupos vivem em condições de muita pobreza por força das circunstâncias sociais ou históricas. Trazem consigo a marca da dor, da luta diária pela sobrevivência, do descaso institucional, da perseguição, da miséria trazida pelo contato, do preconceito e da discriminação. Outros vivem numa zona de conforto proporcionada pelas distâncias geográficas e pelo distanciamento do “mundo civilizado”. Quase todos os grupos têm problemas com a manutenção de sua cultura tradicional e de

seu patrimônio imaterial como resultado da debandada de jovens para as cidades em busca de novos horizontes. Parte disso é consequência da presença da escola nas comunidades que traz novas percepções e desejos ao coração dos jovens indígenas.

Tecendo a Memória

O que é interessante notar aqui é que, apesar das diferenças entre os povos indígenas [que pode ser notada através do porte físico, do grafismo corporal ou nos objetos manufaturados, na língua ou nas manifestações culturais], há um ponto comum que norteia a construção do ser pessoal e que cria uma relação de resistência que vai além do desejo individual: a Memória.

A Memória é um vínculo com o passado sem abrir mão do que se vive no presente. É ela quem nos coloca em conexão profunda com o que nossos povos chamam Tradição. Fique claro, no entanto, que Tradição não é algo estanque, mas dinâmico, capaz de obrigar-nos a ser criativos e a oferecermos respostas adequadas para as situações presentes. Ela, a memória, é quem comanda a resistência, pois nos lembra que não temos o direito de desistir, caso contrário não estaremos fazendo jus ao sacrifício de nossos primeiros pais. É interessante lembrar que a Memória é quem nos remete ao princípio de tudo, às origens, ao começo, ao Um criador. É ela que nos lembra que somos fio na teia da vida. Apenas um fio. Sem ele, porém, a Teia desmorona. Lembrar isso é fundamental para dar sentido ao nosso estar no mundo. Não como O fio, mas como Um fio. Ou seja, lembra que somos um conjunto, uma sociedade, um grupo, uma unidade. Essa idéia impede que nos cerquemos da visão egocêntrica e ególatra que tem se tornado dominante no Ocidente.

“O hoje é apenas um furo no futuro por onde o passado começa a jorrar. E eu aqui isolado onde nada é perdoado vejo o fim chamando o princípio pra poderem se encontrar”

[Raul Seixas e Marcelo Novas]

Ser alguém é sentir-me parte de algo que não nasceu e nem vai morrer em mim mesmo. De uma teia que nasceu muito antes de mim e que deve permanecer para além de minha existência. Esse entendimento torna compreensíveis os mitos, os ritos, os símbolos, os grafismos que percorrem o corpo, o pé batendo forte no chão enquanto a boca sussurra palavras mágicas; permite que o jovem cumpra seu ritual de maioridade e aceite os caminhos sociais; faz aceitar os mistérios que alimentam as noites sem lua, a cura da enfermidade cuspidada pela boca do ancião; permite lembrar que “não tecemos o tecido da vida”, mas somos responsáveis por ele.

Cabe, pois, pensar na Tradição como um método pragmático de a Memória se fazer Presente

A Memória é, pois, parte fundamental na formatação de um corpo que resiste. Também por isso precisa ser atualizada constantemente num movimento cíclico que acompanha o tempo cronológico do qual somos vítimas preferenciais. Cíclico é o conceito da Memória. Ela se desdobra sobre si mesma para se compor e se oferecer para os vivos. Parece difícil entender, mas é simples. Basta imaginar uma elipse matemática que tudo se resolve. Ela é uma circunferência que se encontra, mas não se toca. E mesmo sem se tocar fisicamente, compõe uma unidade, uma sincronia perfeita que harmoniza as curvas e os sentidos. A Memória é, assim, um convite à unidade pessoal e social.

Sei que alguém pode querer saber como se dá esta transmissão da Memória no contexto da aldeia. Me adianto e logo vou explicando que é pela Palavra. A Tradição é passada pelo uso da Palavra. O “dono” dela é o ancião, o velho, o sábio. É ele quem tem o poder e o dever da transmissão. Os pais sabem que devem ensinar às crianças as coisas práticas da vida [caçar, pescar, cuidar da casa, fazer roça...], coisas que lhes vão garantir o alimento do corpo. Sabem, também, que quem deve alimentar o espírito são os mais velhos, os avôs, as avós. Serão eles que contarão aos pequenos e pequenas que somos parte da natureza e que devemos nos comportar dignamente com ela para que a harmonia prevaleça e todos possamos viver a alegria da fraternidade.

Os velhos farão isso através das histórias que contarão protegidos pelo véu da noite. Seu público será a comunidade toda que, independente da idade, ouvirá com atenção a atualização de uma narrativa contada de geração a geração até aquele momento. Todo esse aprendizado de respeito à natureza vai ser absorvido pelo inconsciente das crianças que aprenderão, desde a mais tenra idade, a pertencer a um universo que está para além de sua compreensão. Irão ouvir que em tempos imemoriais, eram os animais, as plantas, os peixes, as árvores, as aves que mandavam no mundo e até mesmo no homem. Através destes momentos ricos de significado, o pequeno e a pequena, o jovem rapaz ou a menina-moça vão aprendendo a viver socialmente com o meio que os cerca. Vão aprendendo que não se deve mandar na natureza, mas conviver com ela, pedindo-lhe que ensine toda sua sabedoria e eles possam ser alimentados material e espiritualmente pela Grande-Mãe.



Até este momento procurei oferecer a base para introduzir efetivamente o tema que me propus. Lembrar a história vivida e suportada e sedimentá-la com a capacidade de sobrevivência oferecida pela ancestralidade faz-nos dar um salto para o que se inscreve no momento presente, única possibilidade de nos comprometermos com o que seremos.

Cabe, pois, pensar na Tradição como um método pragmático de a Memória se fazer Presente. Notem que as mais importantes palavras deste parágrafo estão em maiúscula, pois é assim que as entendo: no sentido maiúsculo dos termos.

No jargão cibernético, atualizar é tornar algo obsoleto, novo. Diz-se, fazer um upgrade. Criar condições para que aquele instrumento continue funcional e tenha a praticidade necessária para seja utilizável por longo período. Assim tem funcionado a Memória ancestral dos povos indígenas. Para manter-se viva, atualizada, procura fazer uso dos instrumentais que dispõe. Ser indígena e ficar apegado a uma tradição – escrita em minúsculo – é não perceber, compreender e aceitar a dinâmica da cultura. É não estar em sintonia com a lógica que fundamenta a criação do mundo. É fugir da função de co-criação que nos é responsabilizada pela Memória.

O que pretendo dizer com isso é que – como na espiral – a convivência entre o passado e o presente é absolutamente possível se não nos deixarmos cair na armadilha dos estereótipos e da visão tacaña de que usar as novas tecnologias arranca do indígena seu pertencimento à Tradição. Pior ainda quando se afirma ser esse uso um meio para destruir a cultura. Na verdade, é o contrário. É a não utilização destes instrumentais que faz com que a cultura esteja em processo de negação de si mesma. Portanto, caminha para um fim. Na sua dinâmica, a cultura precisa se atualizar para manter-se permanentemente nova, útil e renovada.

Talvez o Brasil não compreenda assim. As populações indígenas sabem que é assim. Talvez por isso o Brasil não tenha “evoluído” em sua forma de perceber a riqueza que está por trás de um canto ancestral acompanhado pelo som de um oboé, de um violino ou de um atabaque. Não tenha enxergado a sutileza de um cocar confeccionado com canudos plásticos substituindo as penas coloridas de aves em extinção. Não aceite a “invasão” dos computadores por sites e blogs, perfis e endereços eletrônicos orquestrada por indígenas e suas organizações sociais. Talvez ainda não tenha admitido que a utilização das câmeras de vídeos e celulares usados por indígenas são mais que uma aceitação do sistema consumista, são armas novas utilizadas para denunciar a degradação ambiental, o roubo dos saberes, além de mostrarem uma leitura própria da realidade interna das comunidades. Enfim, talvez o Brasil ainda não consiga perceber que ele próprio está mudando e, aos poucos, aceitando-se como um país múltiplo, de cores diversas, de línguas variadas, de ritmos e rituais dispares e complementares. O Brasil, penso, está promovendo seu próprio upgrade.



Grafismo - motivo «vida»

Oratura, palavras escritas e literatices: modos de usar.

Como já dito acima, a cultura se atualiza para permanecer viva. Faz isso usando as novas tecnologias criadas pela inventividade humana. Como essa criatividade não tem limite, a cultura também não. Em tempos antigos acompanhou cada etapa do crescimento humano: da pedra lascada à eletricidade. Da imprensa à internet. Do livro impresso ao digital. Nesse caminhar ela não empobreceu ninguém, mas sofisticou-se a si mesma recriando-se pela intervenção humana.

Seguindo a mesma lógica as culturas indígenas percorreram caminho semelhante ainda que de forma inconsciente. Melhor dizendo, apesar de uma aparente inconsciência, pois sabiam que para cada parente abatido na luta pela sobrevivência, outro haveria de surgir com maior criatividade. Essa é a lógica da cultura tão bem engendrada no corpo, na mente e no espírito de cada indígena brasileiro.

É isso que se presencia nos dias atuais – numa triste repetição da história: homens e mulheres se sacrificando para que outros guerreiros surjam e criem formas dinâmicas para que a cultura se atualize. Tem sido assim nas diversas frentes de resistência: na luta pela terra, por melhores condições de vida, na defesa do meio ambiente, nas artes e na literatura.

Sim. A literatura passou a ser um instrumento de atualização da Memória que sempre utilizou a oralidade como equipamento preferencial para a transmissão dos saberes tradicionais. Na compreensão que temos desenvolvido, este instrumento engloba muito mais que o texto escrito abrangendo as diversas manifestações culturais como a dança, o canto, o grafismo, as preces e as narrativas tradicionais. Cada uma dessas composições amarram o passado ao presente estabelecendo uma relação nova com o momento atual, uma relação necessária e urgente para que as culturas possam criar novas soluções para os problemas que pululam cotidianamente.

Assim sendo, a literatura – escrita, falada, dançada, cantada – passa a ser um referencial para a Memória que pretende informar a sociedade brasileira sobre a diversidade cultural e lingüística. E

A realidade da qualificada inserção indígena na sociedade brasileira pode ser percebida pelos números de graduados, pós-graduados, mestres e doutores. Nas universidades brasileiras estão presentes mais de 3 mil estudantes oriundos de todas as regiões do país.

Além disso, há profissionais indígenas se destacando em diferentes áreas como na saúde, educação e tecnologia.

No universo da música já é notória a participação de jovens em concursos nacionais, inclusive com um vencedor no famoso Festival da Música que acontece anualmente no Paraná. Grupos indígenas de teatro, rap, canto e dança tradicional também são encontrados em diversos Estados.

Realizadores indígenas têm ganhado destaques nos festivais de cinema dentro e fora do Brasil.

No mundo da literatura há indígenas premiados com o Jabuti, no prêmio da Academia Brasileira de Letras ou tendo seus livros reconhecidos com selos de altamente recomendáveis da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil – FNLIJ.

Há, ainda, eventos que mostram a destreza física e ritual dos grupos indígenas especialmente através dos jogos tradicionais, de festivais nacionais da cultura indígena e o encontro de escritores e artistas indígenas que acontece, desde 2004, sempre no Rio de Janeiro.

ela tem sido utilizada de forma bem consistente para cumprir essa missão imposta pela Memória. E aqui vale lembrar que a literatura indígena – em virtude da modalidade explicitada anteriormente – nasceu juntamente com o primeiro sopro vital e criador. Foi crescendo Palavra e se transformando em escrita mais recentemente. Talvez possamos pensá-la num movimento de transição em que oralidade e literatura criaram uma simbiose tamanha incapaz de haver separação ou anulação de uma pela outra. Quero dizer com isso que a literatura não apaga a oralidade ou vice-versa. As duas se completam, se fundem no mesmo movimento do espiral que junta passado e presente como um método pedagógico que se atualiza constantemente.

Neste sentido, o momento histórico da literatura nativa brasileira se confunde com o surgimento do movimento político que mobilizou mentes e corações em torno da sobrevivência física e espiritual de nossa gente. Foi, no entanto, na década de 1990 que ela ganhou as dimensões que hoje ocupa no cenário literário nacional. Foi nessa década que autores individuais começaram a surgir recebendo algum destaque nas mídias. Esse foi o surgimento de um movimento que tem crescido a cada ano, a tal ponto de haver interesse crescente por parte das universidades em estudar o fenômeno. Têm crescido consideravelmente os trabalhos de conclusão de curso, as dissertações e as teses sobre esta temática, o que tem levado as academias a organizarem eventos, seminários, debates, mesas redondas, cafés literários, mostras, exposições e mesmo feiras de livros. Anualmente são lançados mais de 10 novos títulos de autores indígenas, especialmente voltados para o público infantil e juvenil revelando uma tendência que nos faz perceber a preocupação em atingir um grupo de leitores em formação capaz de ações futuras que ajudarão a diminuir o preconceito e a exclusão.

Atualmente existe uma produção literária que beira uma centena de títulos. São aproximadamente 40 autores – homens e mulheres – que lançam livros com alguma regularidade. Há centenas de “escritores indígenas anônimos” que mantêm blogs, sites, perfis nas redes sociais. Há entidades indígenas preocupadas em utilizar a escrita como uma arma capaz de reverter situações de conflito, denunciar abusos internos e externos, mostrando que a literatura – seja ela entendida como se achar melhor – é, verdadeiramente, um novo instrumental utilizado pela cultura para atualizar a Memória ancestral.

Resumo da Oka

Ao terminar estas reflexões quero dizer que as fiz como uma forma de provocação. A verdade não está absolutizada nestes escritos. Nem conceito algum está aqui para ser congelado. São palavras que partem de mim, mas não são minhas. Elas já estão soando há tempo suficiente para serem reconhecidas como um desejo coletivo de se mudar a [in]compreensão sobre as populações indígenas brasileiras. É muito bom saber que estas palavras já fazem eco nas universidades, nas editoras, nas escolas, nos governos. É bom perceber que estas palavras têm alimentado o espírito de muita gente que sempre viu os indígenas como um empecilho ao desenvolvimento, ou como folclore.

Não se pode negar a história. O que aconteceu com muitos de nossos antepassados é indigno. O papel de vilão não cabe aos nossos povos, e a história precisa recuperar o sentido da participação das populações nativas na formação econômica,

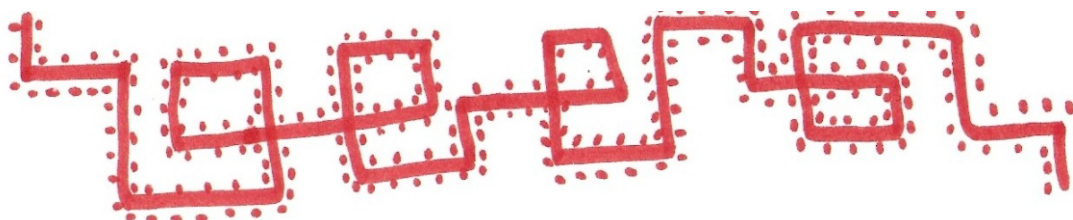
cultural, política e até religiosa do país. É a hora e a vez da Palavra ser proferida por aqueles que foram sendo vitimizados e excluídos do processo histórico brasileiro. Claro está que as populações indígenas devem ter garantido o direito a ter orgulho por participar dessa pátria mãe gentil. Isso não se pode negar.

O fato que não se pode ocultar nos dias atuais é que nossas populações ancestrais estão aqui para ficar. E ficar significa ter o direito a ser o que é, ter o direito a participar da vida nacional. Não se pode mais fazer o discurso da “evolução” lenta e gradual ao mundo civilizado. Já vimos que essa ideologia é ultrapassada e tem que caber a cada povo em particular decidir os rumos que deseja seguir.

Da mesma maneira que fomos ocultados, desejamos ser notados. Temos dado passos largos neste sentido sem esperar decisões de governos. Temos nos esforçado em conhecer o Brasil. Temos aprendido hábitos, costumes, conhecimentos que não são nossos. Temos provado doenças que nunca nos pertenceram. Temos aceitado deuses que nunca nos protegeram. Temos aguentado firmes dores e desamores. Ainda assim sobrevivemos por acreditarmos piamente nas Palavras dos nossos sábios ancestrais de que a harmonia ainda reinaria. Ilusão? Talvez. Mas não é ela que nos alimenta?

As reflexões que aqui apresentei são a minha forma de partilhar os pensamentos que martelam minha cabeça. Às vezes penso que tudo isso faz parte de um caminho que hoje traço, mas que não foi inventado por mim. Este é um caminho seguro por ter sido pisado muitas vezes pelos pés descalços dos ancestrais. As marcas não são minhas. Elas foram plantadas em mim.

Hoje uso o computador para expressar antigas convicções. Sei que o faço como um instrumento, que sou utilizado pelas mãos invisíveis da Tradição. Eu, o computador, as Palavras somos Um com o Todo. Somos fios da Teia. Somos.



“Geração ao contato – antes a gente não tinha contato com as pessoas não indígenas. A partir daí a gente vê que tem um contato, tem novas incorporações. Por exemplo, a gente está se valendo da panela de barro, mas aí hoje já tem panelas de alumínio, já tem algumas canecas de plástico, enfim, de outro material. Eu lembro que a minha avó ela adorava as panelas dela de alumínio – ela comprava, comprava, trocava, fazia a farinha, trocava as panelas. Ela tinha as panelas dela de barro, mas ela se encantava pelas novas panelas, que seriam as novas tecnologias entrando dentro da nossa comunidade. Assim também é a questão da relação da criação dos nossos povos, cada um tem a sua forma de contato. Por exemplo, meu povo tem um surgimento aqui no Rio de Janeiro, na Baía de Guanabara, aonde ele vai até chegar nos nossos territórios de lá.”



(Rosi Whaikhon – I Caxiri na Cuia)

MEU RIO ANDIRÁ

Tiago Hakiy*

Nada mais belo que o crepúsculo
Banhando as águas do Meu Rio Andirá.
As nuvens bailando desenham caboclas
Douradas como a cor dos desejos.

Nada mais belo que o soltar
Dos botos tucuxis
Livres a nadar
Livres a encontrar caminhos para a vida.

Nada mais belo que o céu estrelado
Se mirando nas águas do meu velho mar da floresta
Velho de tempo e beleza
Carregador de barcos de esperanças
E caboclos cheios de destrezas.
Cardumes de peixes navegam em suas águas
Às vezes azuis às vezes esverdeadas
Às vezes de todas as cores
De todas as flores.

A canoa vai deslizando suavemente sobre suas ondas
As gaivotas voando namoram o rio e sua eternidade
Na margem um maçarico cheio de vontade
Vontade de banhar seus sonhos nas águas do belo entardecer.
Do entardecer das águas do rio Andirá
Cujas águas percorrem minhas veias
E me ajudam a compreender meu mundo de floresta.



Origem do peixe-boi

* Indígena Satere Mawe, poeta, escritor e Secretário Adjunto da Cultura em Barreirinha/AM.

PEIXES

Tiago Hakiy

Peixes: multidão de sonhos
Deliciosamente nadando
Nas profundezas das sonoras águas.

Piranha-preta
Tenho tanto medo
Um dia vi, um dedo sangrando
Lamentos de dor e pavor,
Os dentes abruptamente
Sumiram no escuro
Calmo do rio.

Arraia
Nem perto quero chegar
Por duas vezes me fez chorar
Dores que não esqueço
Me deixaram sinais.

Pirarucu
Que delícia!
Que carne saborosa!
Lembro agora de um prato
Preparado por minha avó
Leva carinhos, sabedoria e muito tucupi.

Pacu assado então
Deixa o estômago a cantar
Peixe bom de saborear
Com farinha de mandioca.

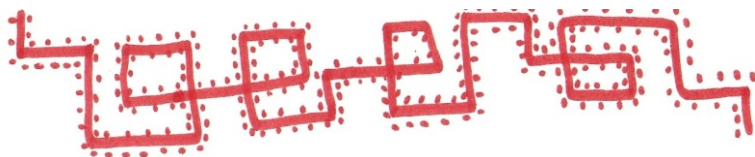
Tem alguém assando um tambaqui
Sinto o cheiro
Envolver o azul profundo
De minha avidez.

Acará-açu
Bodó
Matriñã
Curimatá assado
Calmamente respingado por tucupi
E uma boa murupí.



Tucunaré
Assado na brasa de acapu
Deliciado com a mão
Na pá do remo de marupá.

Jaraqui
Apapá
Sardinha acará-rocho
Minha mãe
Faz uma caldeirada
É dos deuses
É dos sonhos
Sonhos que deliciosamente
Nadam nas profundezas das sonoras águas.



*“Mostrar quão rico é o
legado das tradições
do povo da floresta,
principalmente do povo
Satere Mawé,
que vive bem no coração da
floresta Amazônica”.*



*“Cada grafismo tem um significado.
Os nossos grafismos, na sua essência, contam algo.
Cada narrativa contada a respeito dos povos indígenas
era feita sempre por um olhar de fora, e hoje
a gente está se valendo dessas novas tecnologias:
cinema, escrita, pintura.”*

(Tiago Hakiy – I Caxiri na Cuia)

LITERATURA INDÍGENA E CINEMA

Cristino Wapichana*

A literatura dita indígena da forma como hoje conhecemos é fenômeno bem recente. Mas a literatura de fato indígena é tão antiga quanto a existência humana. E esta tal literatura está presente em todos os povos e podemos afirmar isso, no mais simples sentido da palavra. A literatura é o meio pelo qual os povos fazem a leitura de tudo que os cerca. E pode ser sintetizada numa radiografia do mundo da forma como conhecemos e denominamos os seres e os fenômenos que permitem a vida no mundo.



Digo, então, que esta literatura faz parte da formação social e intelectual, a partir do momento em que passamos a fazer parte integrante do mundo. Nossos literatos indígenas dominam como ninguém os saberes da vida e os segredos da terra, da água, do fogo, dos astros e do próprio universo.

Estamos num mundo repleto de ritos que são fundamentais para a sobrevivência dos seres e do próprio planeta. Nós indígenas começamos a aprender a literatura desde o ventre. Quando se inicia uma gravidez, a vida que ali está se formando fisicamente necessita que o mundo desconhecido seja apresentado a ele. Isso é feito a partir do mundo espiritual, daí a importância da presença do pajé que possui esta ligação com o espiritual. Então, o primeiro contato com a literatura vem através dos cantos e os sons das folhas ou dos maracás, que trazem os espíritos dos passarinhos que vão apresentando este mundo ao pequeno ser. Este processo do canto continua sendo feito pela mãe, a avó para que a criança chegue mais adaptada a este mundo. Ao nascer, a criança chora porque deixa o conforto e a segurança do ventre da mãe e depara-se com um mundo assustador.

Enquanto a criança não tiver consciência de expressar suas necessidades através da fala, sua fragilidade e dependência física e espiritual são supridas pela intervenção coletiva do povo.

Portanto, a literatura não vem com a palavra grafada, ela é multiforme e mutante. Literatura se aprende primeiro com os sentidos. Ouvir, ver, tocar, cheirar nos fornecem informações de tudo que nos cerca. O fazer das atividades cotidianas é o estágio da literatura indígena em que a harmonia entre criaturas e criador, entre o ser e o universo se torna mais evidente, pois lhe traz a compreensão de seu lugar no mundo.

Assim aprendemos literatura, não no sentido de grafia, cheia de códigos e regras gramaticais. A literatura não é apenas a palavra pela palavra, ou junções e conjunções, mas a palavra com forma, palavra com timbre, palavras com coloridos, palavras que ditam um começo e um fim.

A literatura indígena é fundamental para a formação do caráter do indígena. A educação das crianças indígenas vem desta literatura coletiva, onde o comum é de todos e este todo participa na vida da criança indígena, não apenas para formar guerreiros que manuseiem armas com destreza, mas que conheçam o mundo em que vivem e como

* Indígena Wapichana, escritor, músico e graduando em cinema na Fundação Darcy Ribeiro/RJ.

devem viver em sociedade. Este aprendizado acontece em todo momento. Seja no catar pioelho pelas mulheres, seja no banho matinal, nas histórias contadas pelos mais velhos, nas brincadeiras de caça e pesca com os irmãos e primos, ou no simples olhar para o céu.

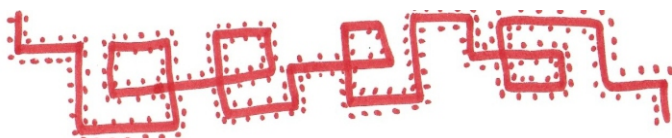
A literatura indígena é oral, portanto está dentro de nós. Consequentemente, somos um livro vivo que reflete a dinâmica de toda a nossa vida.

Fazer literatura indígena nos moldes que a sociedade ocidental dominante valoriza é um desafio de que os indígenas estão se apropriando, na medida em que se propõem a conhecer e dominar essa linguagem ocidental. Aprender as normas ortográficas mutantes requer um saber mais profundo e até acadêmico.

A literatura indígena associada a este formato atual ocidental se presta a mostrar a riqueza das diversas culturas indígenas do Brasil e é utilizada como uma importante aliada no auxílio da afirmação, bem como ferramenta para denúncias.

Os indígenas a cada dia estão se apropriando de outras ferramentas que possam transmitir a cultura e seus anseios como seres participantes do mundo globalizado. Artistas indígenas retratam, em suas telas, a vida indígena e isso se passa nas mais diversas formas de apresentar os potenciais artísticos, como teatro, danças, pinturas, artesanatos, novas mídias e cinema.

A nossa literatura passou por tudo isso e se torna mais completa quando ela passa de palavras organizadas, para sons e imagens em movimento. A sétima arte hoje faz parte do grande cocar cultural indígena apresentado à sociedade brasileira. Ainda são poucos os povos que estão aprendendo a lidar com a câmera, o roteiro, a montagem, a direção, a atuação e tantas outras partes que fazem do cinema uma arte tão bela quanto cara. Ainda não temos diretores de renome que se aventuraram além dos limites de documentários e filmes de afirmação, mas acredito que, assim como a literatura indígena está ganhando espaço e público, o cinema, não indígena, mas feito pelo protagonismo indígena será uma realidade, como já se vê alguns indígenas se destacando em alguns festivais de cinema.



“Essa foi uma forma que eu busquei pra mim, fazer algo para o meu povo, fazer algo até por mim mesmo, e através disso tivemos vários resultados, várias comunidades em que a gente fez alguns trabalhos de transição cultural, inclusive ensinei música, tenho uma música que devo cantar para vocês, uma composição mista:

eu fui lá e ajudei que eles compreendessem - e isso fez que eu aparecesse um pouco mais e tivesse a oportunidade de falar. E aí eu tive que aprender a falar, e aí entra a coisa do livro, a tecnologia que vocês já dominam muito bem. A leitura me fez... ou melhor, eu tive que fazer uma leitura obrigado, porque era uma coisa pessoal minha mesmo, tem que vencer isso que é - então eu lia uma página, o sono vinha e dormia. Então eu tive que forçar isso para ter o prazer, o gosto da leitura, e a leitura me trouxe muita informação daqui, da própria comunidade, das pesquisas que foram feitas. E isso me deu suporte para que eu voltasse para a comunidade e pudesse apresentar para a comunidade parte do nosso passado que estava grafado nessas tecnologias que vocês dominam aqui”.
(Cristino Wapichana – I Caxiri na Cuia)

GUERREIRAS DO RIO NEGRO

Rosi Waikhon*

I.

Rio Negro
Tuas águas calmas
Me fazem lembrar a
Cor da noite e do luar
O silêncio da madrugada
E o despertar da manhã,
Quantas saudades dos velhos tempos
Em que somente canoas trafegavam e
Transportavam, crianças, adultos e nossos avós
Ah, quantas saudades!
Daquela tranquilidade
Onde aves e animais ajudavam a embelezar as margens do
rio e do ar
E em cada anoitecer ouvíamos as vozes de nossos avós com
histórias diversas a contar.

II.

Somos guerreiras do rio Negro
Filhas do sol
O rei do universo
Não destrua o meu povo,
Meu povo precisa viver
Não destrua a mata porque
Precisamos dela para viver
Não destrua o meu povo
Não destrua a mata
Não destrua o rio
Não destrua o meu mundo
Porque ele também é seu mundo
E você precisa dele para viver.

* Indígena do povo Waíkhana reconhecido como Piratapuya. Professora e escritora. Atualmente desenvolve o Projeto de Pesquisa de Mestrado "Criando Gente no Alto Rio Negro um olhar Waíkhana" junto ao Programa de Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas/UFAM



“Do Oiapoque ao Chuí é algo que está muito presente na memória dos brasileiros; eu vivo nessa região. Como historiador, acho legal lembrar que a presença dos indígenas em regiões de fronteiras sempre foi muito importante, pois asseguraram historicamente a unidade nacional; se existe unidade nacional, certamente os povos indígenas foram fundamentais nisso. Durante muito tempo nossos povos tiveram que silenciar e até tiveram que negar a identidade para poderem escapar da perseguição e sobreviver. E hoje nós estamos em um momento de ocupar todos os espaços, e com certeza que as universidades, o campus acadêmico é um espaço privilegiado, porque diante desse mundo desencantado – a crise é geral em todos os aspectos – eu penso que nesse momento a humanidade vai se voltar, e essa é uma tendência, não diria natural, mas normal, que a humanidade se volte para as tradições indígenas, para tentar verificar dentro dessas tradições, dessa forma simples de viver, possibilidades e alternativas para esse mundo totalmente desencantado”. (Edson Kayapó – I Caxiri na Cuia)

“Antes de sermos humanos, éramos peixes. Sempre vi na questão da escrita a oportunidade de falarmos tudo o que a gente pensa. Acredito muito que isso é importante para contribuir no diálogo, na academia, dialogar com as pessoas de outros povos também”. (Rosi Waikhon – I Caxiri na Cuia)



“Filmar com propriedade, é por isso que hoje o Cristino está na escola de cinema. Para que ele possa filmar não só de longe, não só de forma superficial, mas filmar a entranha, a essência do que é a cultura, também de um olhar que seja nosso. E é assim que escrevemos: com propriedade, não só com olhar de pesquisa. Não desmerecendo os pesquisadores que entram nas aldeias para pesquisar, de forma alguma, é importante; sim, é importante, mas uma coisa é eu dizer 'poxa, estrela, como eu te amo', ou seja, algo escrito por pesquisador, mas outra coisa é dizer 'estrela, como eu te amo', ou seja, algo escrito por alguém de dentro, alguém que nasceu ali, cujo pajé batizou, que sabe o sentido do abraço do vento, o gosto da água, sabe conversar com os pássaros, entender o balanço das folhas... tem outro significado. A escrita, a pintura, os filmes, têm mais propriedade, e como consequência o público, quem tiver acesso a esse material, sentirá mais verdade e, conseqüentemente, mais emoção nesse material. Então, plenamente eu acredito que esse colóquio traz uma aproximação não só com outros parentes que aqui estão, mas também com os professores, com acadêmicos de outros países, como a francesa que aqui está, para que ela também sirva como instrumento de dizer 'Poxa, está acontecendo isso no Brasil'. Os povos indígenas hoje estão escrevendo, estão filmando, estão se valendo das novas tecnologias pra cantar e pra dizer do legado cultural que representa os povos indígenas do nosso Brasil. Eu acho que a gente aqui tá aberto pra discussões”. (Tiago Hakiy – I Caxiri na Cuia)

O DIREITO À LITERATURA INDÍGENA

Graça Graúna*



A literatura indígena é um lugar de confluência de vozes silenciadas e exiladas ao longo da história há mais de 500 anos. Enraizada nas origens, esse instrumento de luta e sobrevivência vem se preservando na autohistória de escritores(as) indígenas e descendentes e na recepção de um público diferenciado, isto é, uma minoria que semeia outras leituras possíveis no universo de poemas e prosas autóctone

A voz do texto mostra que os direitos dos povos indígenas de expressar seu amor à terra, de viver seus costumes, sua organização social, suas línguas e de manifestar suas crenças nunca foram considerados de fato e que, apesar da intromissão dos valores dominantes, o jeito de ser e de viver dos povos indígenas e seus descendentes vence o tempo. A tradição literária (oral, escrita, individual, coletiva) é uma prova dessa sobrevivência. Essa tradição é abordada a partir de um conjunto de textos literários indígenas de autoria individual em língua portuguesa, em que se manifesta a literatura-assinatura de milhões de povos excluídos

A presente reflexão remete a minhas investigações no campo das chamadas literaturas periféricas e dos estudos culturais em **Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil** (tese de Doutorado em Letras, que defendi em março de 2003, na UFPE). O referido estudo propõe uma leitura das diferenças em obras de autoria indígena que foram publicadas no período de 2000 a 2002. Nessa perspectiva, temos

:

- a poesia indígena em **Metade cara, metade máscara**, de Eliane Potiguara (Ed. Palavra de Índio). Eliane fundou o GRUMIN - atual Rede de Comunicação Indígena sobre Gêneros e Direitos;
- a "contação de histórias" em **Puratig: o remo sagrado**, de Yaguarê Yamã (Ed. Peirópolis, 2001). Yamã pertence ao povo Sateré Mawé, isto é, "filhos do guaraná". Na língua Mawé, "poratim" significa remo, arma, memória;
- **O saci verdadeiro** - de Olívio Jekupé (Ed. Universidade Estadual de Londrina, 2000) - traz um prefácio de Betty Mindlin. Descendente guarani, Jekupé vive na Aldeia Krukutu em São Paulo e tem outros livros publicados. As dificuldades econômicas impediram-no de concluir o Curso de Filosofia na USP;
- **Irakisu: o menino criador**, de Renê Kithãulu (Ed. Peirópolis, 2002). Esse autor pertence ao povo Waikutesu, da região Nambikwara, em Mato Grosso. Trabalha com engenharia de casas indígenas em São Paulo, onde mora há

* Indígena potiguara, doutora em Literatura pela UFPE. Pós-doutura na UMSBC.

alguns anos;

- **Meu vô Apolinário:** um mergulho no rio da memória, de Daniel Munduruku (Ed. Studio Nobel, 2001). Esse livro foi premiado pela UNESCO em abril 2003. Em julho desse mesmo ano, o autor também recebeu (pelo conjunto de sua obra) o prêmio Erico Vanucci no 55º Congresso da SBPC. Munduruku é idealizador da Editora Palavra de Índio.

Pôr em relevo os acontecimentos que a mídia, em geral, não conta é uma das características da literatura indígena contemporânea. Em algumas das obras é frequente uma incursão na história do movimento indígena no Brasil e em outros países, e reflexões também relacionadas ao papel da Campanha da Fraternidade da CNBB, a exemplo da Semana dos Povos Indígenas de 2002 inspirada no mito guarani - "em busca da Terra sem Males".

Gerando a sua própria teoria, a literatura escrita dos povos indígenas no Brasil pede que se leiam as várias faces de sua transversalidade, a começar pela estreita relação que mantém com a literatura de tradição oral, com a história de outras nações excluídas (as nações africanas, por exemplo), com a mescla cultural e outros aspectos fronteiriços que se manifestam na literatura estrangeira e, acentuadamente, no cenário da literatura nacional.

Como distinguir as especificidades da literatura indígena? Como reconhecer a existência dessa literatura, em meio a tantos "apagamentos"? Quais os pontos de confluência entre os diferentes saberes dos povos indígenas no Brasil ou em Quebec, no Paraguai ou no México, na Guatemala ou no Chile, no Peru ou na Bolívia, levando em conta o processo de transculturação?

Esse questionamento é um convite para repensar "a utopia em seu sentido antropológico como toda possibilidade de sonhar um mundo melhor, todo projeto coletivo, toda idéia que dê sentido à vida e às suas expressões cotidianas", como observou a antropóloga Luciana Tamagno, no Jornal Porantim (CIMI), em 1999. Esse convite deve

estender-se também aos teóricos da literatura, levando em conta que a literatura indígena ainda é pouco estudada em seu aspecto contemporâneo, particularmente em seus aspectos fronteiriços.

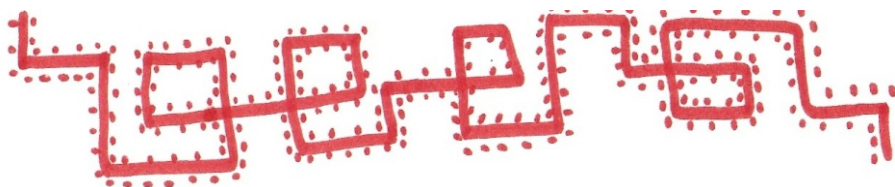
Ao contrário do que se pensa, os ventos da aldeia também percorrem o tempo e o espaço compartilhado na Internet, em oficinas literárias, em palestras e em sala de aula nas cidades grandes. Basta um lugar e um olhar receptivos, um leitor atento para o ato de narrar e/ou declamar se expandir igual a "seiva que percorre o corpo das árvores", conforme intuímos em uma passagem da carta do Chefe Seattle frequentemente citada por escritores(as) indígenas no Brasil.

A Declaração Universal dos Direitos



Índigenas considera que todos os povos originários de cada nação com língua, cultura, tradição e espiritualidade diferenciadas da sociedade em que vivem são considerados indígenas, incluindo (entre as manifestações artísticas) a sua literatura (oral ou escrita). Isso faz ver que a escassez de estudos em torno do assunto é decorrência também do preconceito; que a literatura indígena no Brasil continua sendo negada, da mesma forma com que a situação dos seus escritores e suas escritoras continua sendo desrespeitada. A situação não é diferente com relação aos escritores descendentes indígenas e afrodescendentes (Ademario Ribeiro, Carolina de Jesus, Solano Trindade e Gonçalves Dias entre outros). Essa questão ainda não se livrou do prisma etnocentrista.

Desse modo, considero oportuno ressaltar as boas palavras do poeta e crítico Antonio Risério (1993). Em seu livro «Textos e tribos», ele nos convida (sob o signo do poeta Sousândrade) a uma leitura da cumplicidade da prosa e da poesia que brotam sem cessar, nos cantos xamânicos e na oralidade, entre outros conhecimentos tradicionais.



“Às vezes os indígenas correm o risco de falar em nome de diversos índios do Brasil, isso é um erro em que as pessoas incorrem ainda justamente porque não se dão conta de que é impossível falar em nome de tanta diversidade, tantas línguas e culturas diferentes. Vocês vão começar a ficar conscientes dessa diversidade. Aqui, só nesse espaçozinho, tinha quase 15 povos diferentes, é claro que cada um de nós traz a marca do seu povo, mas nós também não falamos em nome desses povos, para isso tem as nossas autoridades, aqueles que são preparados para falar em nome deles. A

gente fala daquilo que a gente aprendeu, naturalmente e daquilo que tem sido parte da reflexão que a gente tem feito nesse universo não indígena de que acabamos também fazendo parte, seja por questões históricas, seja por questões de educação, seja por questões culturais, enfim, acabamos também entrando num universo não indígena e este universo apresentou uma série de desafios para a gente. Dentre todos esses desafios certamente o da escrita também passou a ser um desafio que nós precisávamos e precisamos ainda dominar, precisamos conhecer melhor. Quando nós falamos da literatura, ou da oralidade ou da educação ou de todos os outros elementos que compõem a cultura indígena, precisamos ter esse cuidado de dizer de que lugar nós falamos, qual a nossa posição nesse universo, nessa diversidade, para não dar a impressão de que quando eu falo, eu falo em nome dessa diversidade toda ou que o meu pensamento é o pensamento dos povos indígenas. Não é. É muito importante que isso fique muito claro para todos, para que a gente possa entender que as falas do Edson, do Roni, eles seguem uma lógica que é do povo de cada um deles”.

(Daniel Munduruku – I Caxiri na Cuia)

LITERATURA NATIVA ESCRITA POR ÍNDIOS

Olívio Jekupé*



Sei que no passado - por exemplo, nos anos de 1970 - não se conheciam autores indígenas com livros publicados no Brasil, mas hoje está muito diferente porque temos vários escritores indígenas que escrevem e têm livros publicados, ou textos em revistas. Isso é muito bom porque mostramos ao mundo que não somos só contadores de história oral, mas pessoas capacitadas que têm a sabedoria de escrever belas histórias. Por isso hoje podemos ver grandes escritores indígenas, como Darlene Taukane, Manoel Moura, Giselda Jerá, Jeguaka Mirim, Adão Tataendy, Cristino Wapichana, Eliane Potiguara, Jaime Dessano, Rosi Tapuia, e tantos outros que poderia mostrar aqui neste texto.

Sendo assim, acredito que a literatura nativa escrita por nós é muito importante, porque vai chegar até os não índios e fará com que a sociedade conheça melhor os povos indígenas, e com isso vai valorizar mais a gente em geral.

Nossa escrita mostrará ao mundo a nossa capacidade de escrever, pois o povo indígena sempre foi mal visto como incapaz. E através dela, podemos mostrar que nós também somos capazes de termos nossos livros publicados.

Quando eu iniciei a escrever em 1984, eu não conhecia nenhum escritor indígena com livro publicado, aliás as editoras não davam muito valor para isso, e agora parece que está mudando essa mentalidade, pois as editoras estão publicando mais livros sobre o tema indígena. Isso é bom porque com a nova lei 11.645/08, que exige que se fale nas escolas sobre os povos indígenas, os professores terão mais assunto para discutir e, melhor, mais conhecimento para ser discutido nas salas de aula. Sei que antes os professores falavam sobre os povos indígenas, mas não tinham muitos livros sobre essa questão. Por isso, nós índios temos que escrever mesmo, e com sabedoria, porque levaremos nosso conhecimento ao mundo.

Também, quero dizer que será importante para nossas aldeias, porque nas aldeias chegam muitos livros enviados pelas Secretarias de Educação, mas livros que não são sobre índios. E a partir de agora eles poderão enviar livros de autores indígenas, para que as crianças tenham mais conhecimento sobre os temas que chegarem.

Mas sei que muitos na cidade acham engraçado ver um índio escritor com livros publicados, muitos viam o índio como atrasado; agora que escrevem, vêem com outro preconceito, até dizem que não são índios, porque índio é contador de história oral. E nós índios temos que entender que na sociedade não indígena nem todos entenderão nosso ponto de vista, mas devemos escrever, mesmo recebendo críticas deles porque muitos outros irão nos entender e nos valorizar.

Aliás, antes eu sofri muito por não ser entendido, e hoje muitos me valorizam e juntos valorizam nosso povo indígena; é que a sociedade é complexa, se um índio faz uma

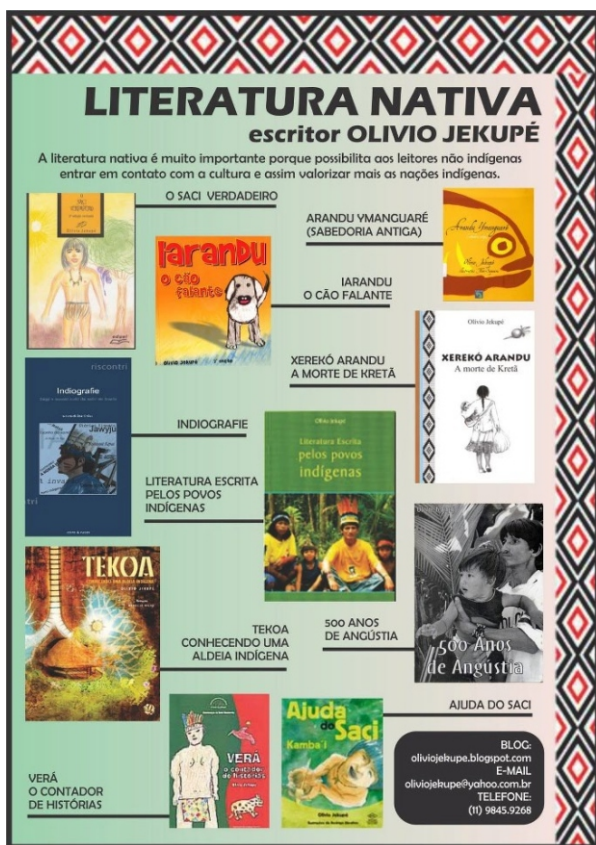
*Olívio Jekupé - Escritor de literatura nativa e poeta. Presidente da Associação Guarani Nhe'e Porã, morador da aldeia Krukutu, São Paulo- Parelheiros-SP.

coisa errada, eles dizem que os índios são assim, por isso, quando eles valorizam um índio escritor, aí valorizam todos os índios.

Também gostaria de dizer que hoje mudou muito o Brasil, temos escolas dentro da própria aldeia e nossas crianças aprendem a ler e escrever, aliás, nas duas línguas, português e na língua nativa, por exemplo, na aldeia krukutu, onde moro, escrevem em guarani e português. E nossas crianças continuam ouvindo história oral junto com seus pais, e, sendo assim, surgirão muitos autores que poderão publicar livros também, e acredito que, em breve, teremos muitos escritores indígenas, o que facilitará mais a sociedade a nos compreender melhor. Como exemplo, eu tenho alguns filhos e quero citar um exemplo. Tenho um que se chama Jeguaka Mirim, que nasceu em 2001 e desde pequeno ele gostava de ouvir história e sempre eu contava alguma para ele antes de dormir; aí, com 6 anos, ele entrou na escola e logo aprendeu a ler. Com isso ele começou a ler meus livros, isso me deixou contente, porque vi que gostava de ler; aí, com oito anos, ele pegou um caderno e começou a escrever algo, depois ele quis digitar no notebook, e pude ver que ele tinha talento para escrever. Agora posso dizer que ele é um escritor, já tem um contrato assinado com uma editora e em breve o Brasil irá conhecer o pequeno guarani escritor. Por isso, sei que outros kurumins no Brasil poderão publicar um livro também, e será importante que a sociedade apoie os povos indígenas escritores.

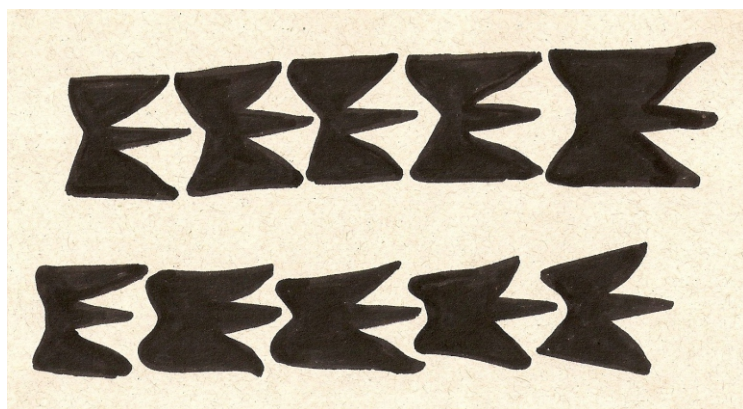
E como eu sou escritor, gostaria de comentar um pouco de cada livro, o primeiro que falarei é:

- **500 anos de Angústia:** é um livro de poesias e que pelo título dá pra perceber que é uma critica aos 500 anos de sofrimento por tantos problemas nesses séculos de invasão.
- **Verá o contador de história:** é um livro em que eu uso um kunumi-menino que tem o dom de criar e contar histórias, pois muitos sempre imaginam que os velhos são os contadores, mas na verdade quem conta história já nasce com esse talento.
- **Iarandu o cão falante:** já nesse livro eu mostro algo interessante, pois muitos dizem que os animais não pensam, e através de um cachorro que é Iarandu, um gênio, irá conversar com um garoto e trocará ideias filosóficas e quem ler esse livro poderá entender melhor os cachorros.
- **Xerekó arandu a morte de Kretã:** esse livro mostra a história de um dos maiores



líderes, foi o primeiro vereador do Brasil, lutou muito para defender seu povo e em 1980, a mando de quem não queria o bem dos índios, mandaram matá-lo. É um livro emocionante e choro todas as vezes que leio.

- **O saci verdadeiro:** quero dizer que o saci é um personagem indígena e que tem duas pernas e é o protetor da floresta, é conhecido como Kamba'i ou Jaxy Jaterê. E sou o primeiro no Brasil a escrever essa história desse personagem.
- **Ajuda do Saci:** mostro uma aldeia em que não havia escola e um dos kunumi deseja estudar e aí para realizar seu sonho irá morar na cidade de uma família amiga, ficará lá três anos, até que acontecerá algo triste com ele e ficará paraplégico e terá que voltar para a aldeia e sua tristeza chega até o Saci (Jaxy Jaterê) - e nisso vocês conhecerão um pouco mais sobre o que acontecerá depois, é um livro que está traduzido em guarani.
- **Arandu ymanguaré:** esse livro é pequeno mas grande nas ideias, e nele tem um pequeno momento de perguntas e respostas e algumas histórias, fico feliz por ter recebido muitos elogios dos que leram esse trabalho e espero que você também se sinta feliz ao ler.
- **Indiografie:** esse livro foi publicado na Itália e fiz o lançamento em Roma e outras cidades. Eu havia sido convidado para publicar um livro e nisso resolvi que fosse uma coletânea e aí convidei outros autores indígenas para fazer parte, achei importante porque acredito que os leitores de lá iam gostar muito dessa ideia. E gostaram mesmo, disseram eles nos eventos que fiz.
- **Literatura escrita pelos povos indígenas:** Nesse livro eu tento mostrar um pouco de minhas experiências que tive desde que iniciei a escrever nos anos de 1984 e como anda hoje a literatura nativa escrita por mim e outros autores
- **Tekoa conhecendo uma aldeia indígena:** Nesse livro eu uso um menino da cidade que deseja conhecer uma aldeia e no tempo que ele vai ficar na aldeia, irá conhecer o dia a dia de uma comunidade, volta feliz por conhecer uma cultura diferente da sua e notará que o índio não é inferior, mas diferente culturalmente.
- **A mulher que virou urutau:** Esse livro é um mito contado nas aldeias guarani, ele mostra a história do lua e a história de uma moça que se apaixonou por ele. É um livro bilíngue, em português e guarani.



kãwera

ENCONTRO DOS ESCRITORES E ARTISTAS INDÍGENAS

Jaime Diakara Dessana*

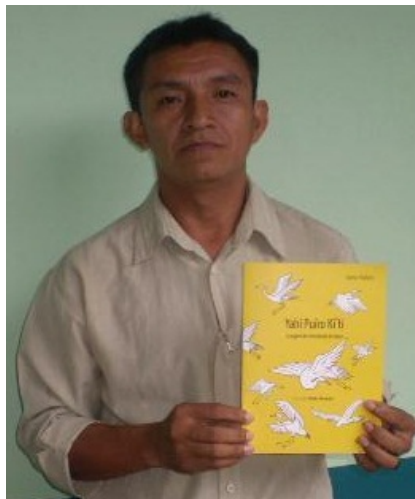
A literatura Indígena contribui com o mundo da sociedade não-indígena e indígena, ao difundir sua existência como cultura viva, obtendo um papel importante a ser repensado, lembrado e revivido no pensamento vivido dos nossos ancestrais, de todos os povos nativos do mundo literário milenar.

Através de Encontros dos Escritores e Artistas Indígenas, forma-se uma família de pensadores, educadores e pesquisadores de sua própria cultura. A obra literária faz parte da literatura vivenciada e vivida, com isso a escrita indígena tem demonstrado que esta relação não é de cunho apenas filosófico, mas existencial. Ela faz parte do mundo literário indígena que vem evoluindo dentro da academia, porém não de forma totalmente igual, mas, sim, buscando demonstrar a diferença de pensar indígena sobre nosso conhecimento riquíssimo deixado pelos nossos ancestrais.

Nesse sentido quero trazer e compartilhar este "olhar pós-contemporâneo Dessana" sobre a literatura indígena de teor educacional, como vejo que a literatura hoje pode contribuir na educação diferenciada: ambiental, nas subsistências humanas entre povos. Mostrando a literatura escrita pelo próprio autor indígena interagindo e referindo o mundo como uma "casa de sabedoria e a casa da ciência de conhecimento da vida humana".

E, com isso, descobrir também, de que forma, através da literatura, posso exercitar plenamente o direito de defender a minha cultura, o meu pensamento indígena da etnia dessana do grupo Wahari Dihputiro Porã. Tenho um objetivo de definir, identificar, trazer para fora a cultura, quem somos, o que queremos, o que sonhamos, dentro do direito a uma educação diferenciada, que começou a ser resgatada pelos indígenas que moravam nas cidades. Esse trabalho de resgate da identidade indígena trouxe, em seu bojo, uma produção literária diferenciada. Que essa literatura é um fruto que possamos deixar como marco da história literária, que vai ser lida para as próximas gerações indígenas que surgirão futuramente.

Sendo assim, finalizo meu pensamento: "nós povos indígenas somos donos do nosso destino, somos gestores de nossa cultura, e lutamos por mais visibilidade coletiva". O trabalho desenvolvido por Daniel Munduruku, notadamente sobre os(as) escritores(as) indígenas, é muito valioso e tarefa árdua.



* Escritor de Literatura Desâna Infantil e Juvenil. Professor bilingue e tradutor da Língua Tukano dos Ye'pa Masa. Graduando em Licenciatura Intercultural Indígena da Universidade do Estado do Amazonas.

COMEÇOS DA MINHA HISTÓRIA

Edson Dorneles Krenak*



Escrevi meu depoimento, mas não sei se vou usá-lo, pois a escrita sempre significou para mim apagamentos de marcas, passado e histórias. Quando nasci, um gêmeo de uns quatro quilos, minha família colocou logo um codinome, um apelido: Aritana. Pegou no bar do meu pai. Todos nos chamavam de aritanas, pequenos aritanas... O bar do meu pai também passou a ser chamado Aritana. Não entendia o porquê, até o primeiro desfile escolar de 7 de setembro, quando fomos convocados a representar os índios na comemoração da Independência... ou no Desfile de morte de muitos povos que se escondiam sob minha pele.

Na minha infância, as viagens de minha família eram feitas para um lugar ermo, distante do asfalto e dos prédios da cidade...lá minha mãe ouvia meu avô contar os causos da família e meu pai buscava ervas nos matos e em lugarejos, aldeias distantes, na região do Rio Doce, Caratinga, Minas Gerais. Voltava com seus sacos cheios com raízes e ervas que misturava nas pingas e bebidas que vendia no bar de Caratinga - e depois Ipatinga - no mesmo Estado. Eram bebidas medicinais, mágicas...e até divertidas...pois cada uma tinha também uma história.

Nessas viagens, ninguém podia ir com ele. Era proibido...problemas familiares e questões de que ninguém falava, ninguém tocava, não podiam aparecer. No lugar que ficávamos, era prazeroso ouvir minha tia Jovina contar as histórias de cobras, fantasmas, espíritos do mato e peixes voadores...seres varetas que assombravam os que andavam pela noite. Ela tinha modos diferentes dos nossos...tudo dela era com as mãos e pés descalços: cozinhava e fazia bolinhos de farinha grossa, gordura de porco e outras guloseimas de uma casa mais que sertaneja, pertencia à vegetação rasteira e barulhenta de Alegria de Simonésia: tal era a rapidez dos riachos e cantos dos pássaros da região que ecoavam músicas inesquecíveis.

Quando crescemos e buscamos informações de nossos outros tios por parte de pai, recebemos um não como resposta.... Na verdade, um havia morrido de morte matada; por fazendeiros da região de Manhuaçu. Outro, precisou morar no sul de Minas, teve que mudar o nome, endereço, tudo, pois vingara esse tio assassinado. Ninguém falava dos motivos e situações.

Minha avó, mãe do meu pai, tinha um nome impronunciável: minha mãe apanhou por falar nela uma vez...ficamos separados mais de 30 anos de uma tia porque esta tia resolveu esclarecer as coisas para a família. Meu pai, o mais velho, coordenava tudo...cobrava pelo silêncio de todos...amedrontava a todos pelo silêncio...Antes de morrer, algumas semanas com uma doença misteriosa, fui lhe cobrar essas histórias novamente. Nada. Mas, de volta a Caratinga consegui o telefone de minha tia...só falei com ela uma vez ao telefone, mas seus 98 anos não resistiram, planejei ir a Bonito, Mato Grosso, encontrar-me com ela em Outubro de 2011...mas ela faleceu.

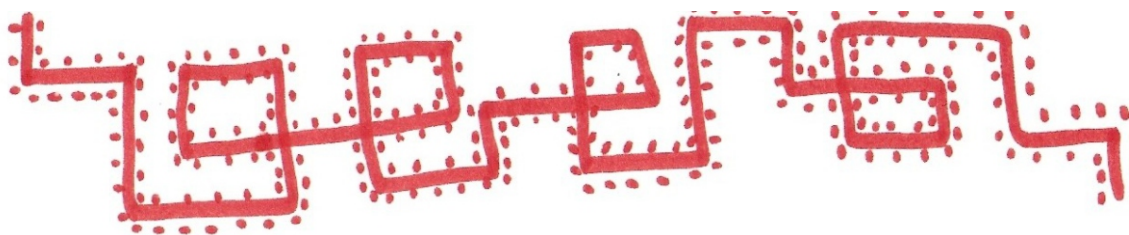
* Mestrando junto ao Programa de Pós-Graduação em Literatura (PPGLit) na UFSCar.

Nesse ano, antes que minha tia morresse, meu pai relutava, dava alguns nomes e sobrenomes, mas fragmentados e desordenados...Cacunda, Miranda Sette, Abelário e outros nomes que foram aparecendo que se misturavam nas histórias sangrentas de guerras de coronéis que usavam os povos indígenas Puris, Botocudos e Aimorés - como eram chamados - ou pior ainda, bugres e índios... para lutar em suas guerras pelas terras que não eram deles.

Ao final de uma dessas guerras, em que meus avós participaram, depois de uma sangrenta e pérfida solução contra os primeiros povos da região, houve um alvoroço....os indígenas começaram a fugir e correr pelas matas adentro...muitos foram mortos...e uma delas foi capturada, pega no laço, como muitos falavam, e presa dentro de uma casa. Ficou lá, amarrada durante mais de 20 anos. Teve filhos e depois..."amansada e domesticada" passou a viver com os netos...meus irmãos do primeiro casamento do meu pai. O nome dela: Leopoldina Abelário de Andrade, para alguns na época, uma presa de caça; para mim: a vó que não conheci, de quem ninguém jamais pôde falar seu nome ou contar sua história de verdade e hoje depois de tanto pesquisar, consigo alguns fragmentos de sua vida...

Hoje, vivendo na cidade, não sabendo se descendente de italianos ou indígenas krenak... me perguntam o que sou: não morei na aldeia, visitei uma vez (Por que meu pai não deixava visitar mais a aldeia? Por que ele evitava essas histórias, esses contatos? Perguntas que ainda preciso responder), só tenho certeza de minha filiação brasileira.

Encontrei um cacique há poucos dias que me perguntou se eu era indígena, eu disse não sei. Ele não me pediu o RG, nem a certidão de nascimento....só me pediu para contar-lhe minha história...esta é minha história...a história de um filho que foi exilado do seu povo antes mesmo de nascer...



"Algumas narrativas estão sendo incorporadas, mas com a presença daquelas coisas que foram contadas pelos ancestrais nas Casas de Transformação, cada lugar tem uma casa de transformação, nós fomos nos transformando até chegar lá no local. Existe também a questão dos contos cotidianos porque tem alguns contos que são criados; por exemplo, ele vai caçar e acontece alguma coisa engraçada, ele vai e transforma isso em um conto."

(Rosi Waikhon – I Caxiri na Cuia)



Rosi Waikhon - Piratapuia/AM

OS LÁBIOS DO MEU PAI

Edson Dorneles Krenak

Meu pai morreu na velhice
As histórias que tentava contar
Doíam porque não eram palavras
Eram sombras sobre sua face triste

Tremiam quando, novos, cantava
Gemiam quando, velhos, contava

Meu pai viveu na face
As histórias que a pele escondeu
Não na cor, no pelo ou na força
Mas nos olhos, na mente e nos lábios

LEHÉ

Minha vó dizia que café era lehé
Que borúm na terra queria lehé
Que patchiá pelo mundo era lehé
Que eu mesmo e meu irmão éramos lehé
Cantava que nác do borúm era lehé
Perguntei o que era lehé...
Ela morreu e não era mais lehé

PALAVRAS NA MONTANHA

Nutchmá

Sua boca atravessa minha boca
Como uma flecha atravessa a árvore
Como um pássaro que esbarra no cume do jequitibá

Nutchmá

Da sua boca sai o canto de morte
Como a morte que mata a própria morte
Como a sede que abate a própria

O BEM-TE-VI NEGRO

O bem-te-vi negro
passei para ter ver
Pesquei um peixe graúdo
Mas ouvi o canto miúdo
Do bem-te-vi negro
Pensei que ia te perder
Mas te vi, meu bem, meu chamego

O CANTO DO JEQUITIBÁ

Homens não ouvem a voz do vento - nacuâm
Homens ouvem a voz do vendaval - con-uãm

Rapazes não tocam a madeira – nacuâm
Rapazes tocam a flauta – con-uãm

Mulheres sofrem com suas falhas - nacuâm
Mulheres descansam em suas folhas – con-uãm

Velhos não enxergam no charco – nacuâm
Velhos caminham nas águas – con-uãm

Todos não morrem na mesma cova - nacuâm
Todos vivem na mesma casa - con-uãm



URBAÍNDIOS

Ely Macuxi*

A problemática da existência de indígenas nos centros urbanos não é nova. Ao nos reportarmos ao período colonial, veremos que, tanto no Brasil como na América Latina, esta presença é uma constante nas fontes, relatos de viajantes e etnólogos, sob as mais diversas formas, como índios escravos ou encomendados e mesmo em vilas que foram fundadas sobre aldeias indígenas. A cidade de Manaus, conforme os historiadores José Ribamar Bessa Freire (UFRJ) e Patrícia Maria Sampaio (UFAM), foi edificada sobre “cemitério dos Barés, Manáos e Tarumãs, Manassés”, entre outros.



O antropólogo Stephen G. Baines (UNB), em seu artigo "As Chamadas Aldeias Urbanas ou índias na Cidade", comenta que “deixar as aldeias e entrar nas cidades não faz dos índios menos índios”, contrariando, dessa forma, as expectativas de muitos, inclusive daqueles que acham que Índios são "os que vivem no mato". Os grupos ou comunidades indígenas que se instalam em áreas periféricas de médias e grandes cidades brasileiras estão cada vez mais se organizando em defesa dos seus direitos de cidadãos urbanos, mantendo, entretanto, a sua identidade étnica.

Em muitos casos, as comunidades indígenas/ urbanas se articulam com as das aldeias tradicionais de modo a melhorar a vida econômica dos grupos. São as chamadas “redes relacionais”, nas quais instituições ou pessoas constituem relações de reciprocidade, apoio e ajuda mútua. A ideia de lugar, de terra indígena, de aldeia não é somente a do espaço fixo, determinado, mas o da territorialidade, no sentido do espaço que se constrói historicamente, de identidades que se mantêm ou se ressignificam conforme os novos contextos.

Sem querer simplificar, mas o fato de passar a habitar em outro lugar não tirará do Manauara sua condição de Manauara. Tão pouco, o indígena deixará de ser índio pelo fato de migrar para os espaços urbanos. A etnicidade não se reduz ao aspecto da espacialidade, ainda que este seja um componente importante na manutenção da cultura e da sobrevivência de qualquer povo; a cultura é construída historicamente – mitos, crenças, objetos são feitos e elaborados conforme a relação que se mantém com o ambiente natural – e se modifica conforme o tempo e o espaço que habitamos.

Para as comunidades que se estruturam nas cidades, a reivindicação por serviços básicos de saúde e educação está associada ao desejo de manutenção da cultura e da língua. É o caso das mulheres Indígenas do Rio Negro que vivem em Manaus (Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro - AMARN) e que se encontram, uma vez por semana, para conversar nas suas próprias línguas sobre seus problemas; ou ainda, o

* Filósofo com habilitação em História, Ciências Sociais e Psicologia. Pós Graduado em Gestão em etnodesenvolvimento (UFAM), Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia (UFAM), Coordenador da Seção de Educação Escolar Indígena do Município de Manaus/AM.

MEIAM (Movimento dos Estudantes Indígenas do Estado do Amazonas) que reivindicam escolarização diferenciada, formação técnica e profissional, contrariando o que afirmam os partidários da ideologia assimilacionista, para a qual os índios nas cidades não são mais índios, são "aculturados" e, portanto, já deixaram de ser Índios.

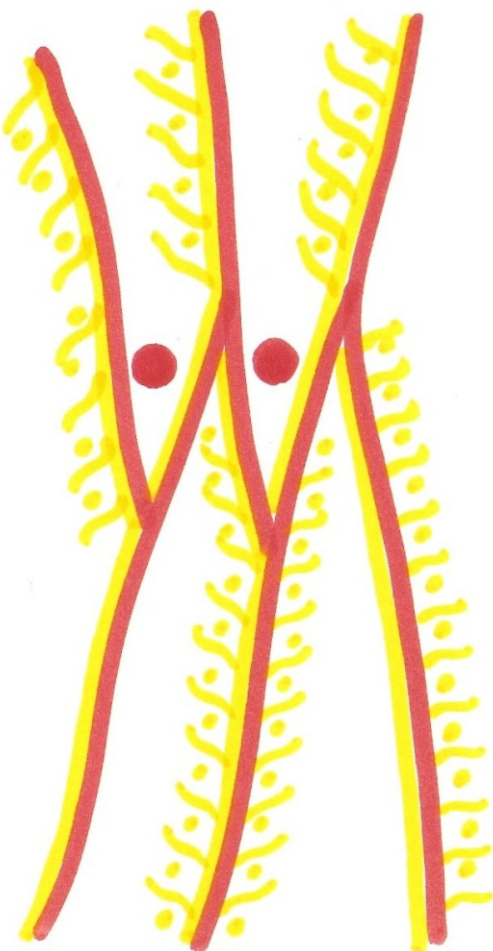
Assim, é importante considerar que a identidade indígena nos centros urbanos configura-se nitidamente como uma identidade social contextual. A mesma pessoa pode se considerar indígena em alguns contextos, e não em outros, ou apelar a outras identidades genéricas geradas historicamente em situações de contato interétnico, como caboclo, descendentes, remanescentes, aculturados, índios misturados, mestiços.

Dessa forma, é necessário analisar criticamente as histórias que nos contaram sobre os povos indígenas, principalmente, sobre alguns termos pejorativos que, naquele momento histórico, serviam para desqualificar e desvalorizar os indígenas em função do projeto político de exploração colonial, ora tratando-os como primitivos, selvagens, canibais, gente sem alma. Infelizmente, estes estigmas e maus tratos continuaram através dos séculos, hoje com termos mais generalizantes, como o preconceito e a discriminação racial. Ser índios na maioria dos contextos significa ser: sujo, pitiú, bêbado, ladrão, fedorento, folclore...

Em nossa região, os povos Ticuna, Baré, Sateré Mawé, Tucano, Baniwa, Deni, Mayoruna, Kambeba, Kokama, Karapanã, Korubo, Karafawyana, Munduruku, Kulina, Katukina, Miranha, Juma, Matis, Witoto, Mura, Apurinã, Arapasso sempre ocuparam este lugar, com suas diversas línguas, religiões, cultura material e território.

Neste universo de culturas diferentes, alguns historiadores nos propõem novas abordagens sobre a história de Manaus (Luis Balkar, Patrícia Sampaio), destacando a importância dos povos indígenas para o desenvolvimento socioeconômico da cidade, não somente como escravos – mão-de-obra, que ergueram portos, palácios, praças e estradas – mas também, como agricultores, comerciantes, autoridades políticas e culturais. É interessante perceber que as manifestações socioculturais realizadas em Manaus e em todo o Estado do Amazonas apresentam aspectos da cultura e da tradição indígena, como o Festival do Boi no Município de Parintins, a Festa do Boi Manaus (Boi Manaus), a Festa do Guaraná em Maués...

Ou seja, os indígenas sempre estiveram aqui, alguns foram dizimados, mas outros ficaram e exigem os direitos conquistados – ao preço de 4,5 milhões de parentes exterminados ao longo de 505 anos de história mal contada do Brasil.



COBRA NORATO

Escrita e relatada por Rosi Waikhon

“Essa aqui é a Cobra Norato, isso segundo a narrativa do meu avô José Fonseca, por parte de mãe, ele é Arapasso. Ouvi e escrevi quando ele tava vivo. Ai vai contando, né, que na aldeia de Loiro, que fica no rio Uaupés, tinha uma moça, ela sempre deixava as panelas caírem, fazia barulho, todo dia era a mesma coisa e rapidinho estragava as panelas, os objetos dela. Um dia ela foi lavar e viu um rapaz saindo, bonito, sabe? Ela gostou dele e eles começaram a se ver todos os dias. Ela dava sinal pra ele assim, fazendo barulho, tanto é que a minha mãe hoje diz que quando a gente vai lavar as coisas no rio não pode fazer muito barulho, porque senão pode atrair eles, as pessoas do fundo do rio. Ela ficou grávida, só que ninguém sabia quem era o pai, ela não tinha marido, não tinha casado com ninguém. As pessoas chegavam e perguntavam: O que foi isso, como que foi? Ela não falava nada, e eles começaram a brigar com ela, dizendo, perguntando quem era o pai. O tempo foi passando e chegou o dia de ela ter o menino. Ela pega uma canoa e atravessa, até a outra margem do rio. Ela vai apanhar umas frutinhas, o cunuri. Quando ela começa a apanhar, ela sente as dores do parto. Ela escuta: Pega ali, Ion, isso é na língua do meu avô. Ele pergunta: Ion, o que que é? – ele está perguntando sobre as frutinhas lá. – É cunuri ela responde. As perguntas foram irritando, e chateada ela gritou: - Cala a boca, você fala muito, porque se você estivesse aqui não ia me ajudar. Após dizer isso, a mãe começou a sentir contrações e aos poucos ia aumentando, mas ela continuava com seu gancho tirando cunuri. É nessa hora que ele nasce, e quando nasce, ele não é ser humano, ele é uma cobra. De repente surgiu do seu ventre uma enorme cobra. Aí ela ficou assustada, ficou com medo. Rapidamente ela pegou uma folha e fez uma capara – capara é uma espécie de cone de folha – cuspiu dentro e encaixou no rabinho do recém-nascido, bem no rabinho da cobra, né? Aí nasceu a Cobra Norato. Ele foi ligeiramente na copa da árvore tirando os cunuri para sua mãe. A mãe assustada e com medo saiu lentamente para que ele não percebesse, embarcou na canoa e pôs-se a remar. Norato continuava: - Ion, você está aí? A capara respondia: - Sim, estou. A mãe remava desesperadamente sem parar rumo a sua aldeia. Enquanto isso, Norato continuava tirando cunuri e dizia: - Ion, tem muito cunuri, eu estou tirando para a senhora, tá? E a capara respondia: - Tá, meu filho, pode tirar. Norato não parava de falar, logo perguntou de novo: - Ion, você está aí? E a capara respondia: - Sim, meu filho, estou. Na realidade sua mãe já estava muito distante, quase chegando na outra margem do rio. O sol estava forte, ela remava fortemente e, à medida que ela remava, o reflexo da água no remo refletia em Norato – sabe, né, o remo, ele faz assim (gira a mão), fica igual espelho. Assustou-se e olhou na direção de onde vinha o reflexo. Era sua mãe que já não estava por perto. Vendo ela distante, gritou desesperado: - Ion, me espera, não me deixe, e saiu rapidamente do pé de cunuri. Pedia para que sua mãe esperasse, mas ela fingia que não ouvia. Ele pôs-se atrás dela. A mãe já estava chegando na outra margem e seus familiares afoitos logo a acolheram e esconderam debaixo de uma bacia enorme de barro. Norato chegou em seguida e começou a gritar desesperado: - Quero minha mãe, quero minha mãe, mas ninguém ligava. Então ele começou a ameaçar: - Se vocês não me deixarem ver minha mãe, vou acabar com todos vocês, vou afundar a terra e destruir a aldeia. O medo tomava conta da

aldeia. Depois de muita insistência de Norato, os parentes decidiram tirar a mãe de Norato de seu esconderijo. Assim que tiraram a bacia, foi uma grande surpresa para os familiares: ela não era mais humana, havia se transformado numa pirarará (nós não comemos esse peixe por causa disso) e saiu deslizando rio abaixo. Seus parentes não puderam fazer nada, assim ela foi para junto de seu filho. Norato crescia sem parar, cresceu tanto que não cabia mais no rio Uaupés e foi descendo rio abaixo. No rio Negro procurou ficar nas partes mais fundas, por um longo tempo ficou num lugar chamado Abianã – existe esse lugar – localizado próximo ao rio Marauíá, entrada para a aldeia Yanomami. Continuava a crescer, crescer, e assim ia descendo rio abaixo, sempre procurando um lugar onde coubesse. Assim seguiu pelo rio Negro até o oceano Atlântico. Quando chegou no oceano, olhou para si e se sentiu tão pequeno, mas no oceano se sentiu mais confortável para seu tamanho. No mar, em algumas das noites de lua cheia, Norato se transformava em ser humano e saía nas festas do Rio de Janeiro. Cansado de sair e ter que voltar para o mar, ele quis se tornar gente. Foi então que em um bar da cidade encontrou um homem e, ao conversar, contou toda sua história. No início o homem ficou com medo, mas depois entendeu. Esse homem que ele encontrou era um negro, ele já tinha falado com vários mas eles não tiveram a mesma coragem do homem negro. E assim Norato explicou que à meia-noite apareceria no mar e não viria como ser humano. Assim que ele aparecesse, ele teria que atirar no centro da sua testa. Tudo estava certo e Norato desceu para o mar. O homem desconhecido aceitou o desafio e combinou. No dia seguinte o homem desceu até o mar, pegou sua arma e ficou aguardando. Quando deu meia-noite, as águas começaram a agitar-se e as ondas começaram a subir. O homem sempre firme, e quando a água já estava sobre seu peito, ficou nervoso e Norato apareceu. Era uma enorme cobra e o homem assustado disparou assim como combinado – mas acabou errando e acertou em um de seus olhos. Na mesma hora se transformou em gente. O homem pediu desculpas por ter errado. Norato agradeceu e disse que não tinha problema, o importante é que ele havia se tornado ser humano. Após sua transformação, Norato recompensou o homem, viajou para Roma e pediu que celebrassem sete missas em homenagem a sua transformação. Lá ele foi batizado e recebeu o nome de Paulo Norato. Ele se tornou um homem muito rico e um dia resolveu voltar para sua terra natal para ajudar seus parentes, o povo Arapasso. Como ele era humano e ao mesmo tempo um ser encantado – ele era cobra, né? – Norato voltou pelo mundo encantado – veio pelo fundo do rio – e se fixou em uma ilha próxima à aldeia de seus parentes. Transformou a ilha em uma cidade. Seus parentes ficaram com medo, ficaram impressionados, e pensaram: - Como de um dia para o outro a ilha se transformou em cidade, não é possível... Norato tentou entrar em contato com eles, mas não adiantou, o medo era muito. Então pediram para que os pajés benzessem para que aquela cidade encantada desaparecesse. Assim foi feito, Norato não conseguiu se comunicar com seus parentes, ficou muito triste porque não conseguiu deixar a riqueza para seus parentes. Por ele ter vindo através do mundo encantado, ficaram com medo, mas se ele viesse como ser humano, ninguém acreditaria, achariam que fosse um branco que queria vir enganá-los. O poder do benzimento foi tão forte, que Norato foi obrigado a voltar para o Rio de Janeiro, mas os Arapasso ainda esperam por ele até hoje.” (Manaus, Junho/2012. Rose Waikhon conta para Maria Sílvia a história de Cobra Norato – vai lendo em seu caderno enquanto conta a história que foi escrita por ela com base no relato de seu avô.)







“Na aldeia onde nasci, a gente costumava ver as pessoas de fora como uma coisa muito atrativa, até que chegou a época de ir para a cidade estudar, conhecer um pouco as pessoas de fora que hoje eu não chamo mais de ‘pessoas de fora’, porque assim como eu aprendi que as pessoas que a gente chamava de fora são iguais a gente, eu gosto que as pessoas de fora olhem para a gente e vejam também como sendo igual a qualquer pessoa. Poeta, escritor, palestrante são títulos que muitas vezes a gente não quer colocar isso como ‘eu só estou aqui por isso, porque sou professor, porque sou escritor’, eu queria colocar que só estou aqui hoje porque

sou um Maraguá, porque tudo o que hoje eu falo, eu quero mostrar, eu aprendi sendo um Maraguá. Faço Literatura porque venho de um povo de oralidade que guarda suas memórias. Gostaria de dizer que o indígena não está para ensinar, ninguém precisa vir dizendo que vai aprender com o indígena; no meu ponto de vista, o indígena está aqui para nos fazer lembrar de como nós devemos nos relacionar: porque umas coisas que a gente vê, como a tristeza na cidade, as pessoas perderam muito a questão de relacionar-se com o outro. Fica muito triste você entrar no elevador e as pessoas se afastarem de você quando você pergunta alguma coisa. Por quê? Você causa medo nas pessoas? E as pessoas falam que estão em busca de amizade, em busca de novas parcerias, e como você vai ser parceiro se você se afasta do outro? Essa sabedoria que a gente costuma dizer que são nossas tradições, nós botamos nos livros para passar para as pessoas, porque não existe presente melhor para você dar do que uma palavra amiga e a receber de volta. Um presente material você vai estragar, vai jogar fora, vai esquecer, e um abraço você não esquece, uma palavra você não esquece.”

(Ronivaldo Mendes – I Caxiri na Cuia)

“Então da forma que você deseja, consegue dominar qualquer tecnologia pra você utilizar em prol daquilo que você acredita, em prol do seu povo, da teoria do povo, no sentido do conhecimento dos direitos como ser humano, direito como pertencente de um país. Isso me fez fazer algumas composições e essas composições terminaram aparecendo, participando de festivais e hoje no Estado de Roraima, no meu povo especialmente, eles têm um certo... o



ânimo deles melhorou em função de eu ter aprendido essa tecnologia e ter feito disso um reflexo direto para eles. Então isso refletiu tão positivamente que quando eu fazia esses trabalhos de revitalização cultural eu tinha um momento com as crianças e os adolescentes, um momento de falar a eles a importância da gente se apropriar, da gente buscar esse conhecimento daqui para que as pessoas nos conhecessem melhor e comesçassem a ter um respeito, uma valorização. Resultado disso: hoje tem gente com quem eu trabalhava na época que estão nas universidades, que estão terminando cursos superiores, e eles falam que a minha passagem por lá, embora tenha sido por três anos, tenha sofrido esse resultado. Hoje eles aproveitam essas tecnologias que estão aqui e retornam pra comunidade da mesma forma que eu fiz.”

(Cristino Wapichana – I Caxiri na Cuia)

OS ÍNDIOS GORDOS, O FACEBOOK E A IDENTIDADE

Naine Terena*

A célebre frase «Posso ser quem você é sem deixar de ser quem sou» parece que não tem convencido algumas pessoas, em especial, aqueles que comumente são chamados de letrados. O domínio das tecnologias não indígenas parece que não vem agradando a muitos, já que desmonta o estereótipo do índio «mateiro», que vive na natureza, com as «vergonhas» de fora.



Para muitos o lugar de índio é na floresta e é inconcebível ver um indígena com um terno e gravata, o celular ou um tablet. Muitas pessoas pensam que todos os índios têm uma camionete. Existe a generalização da imagem indígena. Observa-se esse embate no mundo virtual, onde índios e não índios revelam as facetas do mundo real, sempre expondo um pouco do que pensa o povo brasileiro. Polêmica, a identidade indígena vem sendo tema de discussões que iniciam sempre em comentários que apresentam, em muitos casos, os pré-conceitos que se formam a respeito dos indígenas viventes no Brasil do século XXI.

Fatos recentes exemplificam minha colocação. Em um artigo escrito por José Ribamar Bessa, a respeito de uma matéria veiculada pelo Jornal «O Globo», o professor faz a crítica ao fato do jornal folclorizar o indígena. Postada nas mídias sociais, logo repercute. Há quem pense que os indígenas se utilizam da máscara de ser índios para não trabalhar, não pagar impostos, cometer crimes ou mendigar nas ruas das pequenas cidades. Logo também, vem a resposta de índios e não índios. Algumas tentando explicar a situação dos povos originários do país, suas formas de vidas e até as punições empregadas em casos como os crimes, apontados no texto postado. São mais de 27 comentários a respeito do assunto. «Quem disse que indígenas não trabalham? eles não fazem muito desmatamento como os fazendeiros porque é da natureza que tiram o seu sustento, diferente de vocês que derrubam uma área imensa para 'produzir' o quê? poluição, secar nascentes de rios, jogar venenos na água, terra... é isso que você chama de produção?... isso pra mim se chama desrespeito com a natureza...», argumenta o jovem indígena, que se apropriou do debate e da tecnologia para contestar a opinião.

Dias depois, encontramos um artigo acerca do índio civilizado. «Sexta-feira, quase dez horas da manhã. Ana Maria Braga recebe em seus estúdios globais impecáveis uma turma indígena gorda e ricamente paramentada, nas mãos violões de fabricação carapálida. Trazem como curiosidade uma pajé feminina que abençoa Ana Maria em pajelança ao vivo, mas com relógio no pulso para não perder a hora». Novamente postado, rapidamente vêm os comentários e reflexões:

«Gostaria de fazer uma observação que minha cara advogada provavelmente se precipitou ao comentar que a entrevista com Ana Maria da 'Turma indígena gorda' que te pareceu 'mais uma esquete sem propósito, onde ela foi a estrela alienada e díspar da real

* Jornalista, produtora Cultural e Doutoranda em Educação na PUC/SP.

situação do índio no Brasil'. Sua convicção está fora da realidade, atrasada de informação, pois só aceitamos aparecer em rede nacional exatamente para mostrar ao Brasil e ao mundo que nós, povos indígenas, ainda temos a sabedoria de viver na terra, e somos muito felizes apesar das dificuldades que vivemos, estamos muito ricos espiritualmente e materialmente. O relógio no pulso é pra dizer que gostamos da tecnologia criada pelo homem branco e iremos utilizar com sabedoria. Quanto ao violão do cara pálido, foi o que me inspirou na introdução da cura aos homens sem alma, sem coração e pobres de espírito». Resposta dada por um dos integrantes do grupo indígena que apareceu no programa da TV Globo e que certamente tem o domínio das mídias sociais e tecnológicas, fazendo uso da sua necessidade de intervir em temas que acabam passando despercebidos na educação do povo brasileiro.

É necessário uma intervenção não somente com relação aos povos indígenas, mas para todas as populações que estão povoando o imaginário dos brasileiros. É preciso educar para se conhecer o outro, compreender e assimilar o fato de que as culturas não são estáticas e que o Brasil comporta a diversidade cultural. O debate no espaço virtual é amplo e está lotado de indígenas. Diante da negação do índio com domínio das tecnologias, visualizamos, nisso tudo, uma situação interessante, já que ao dominar o ambiente virtual, os indígenas começam a expressar seus pensamentos, modos de vida, sua identidade, para quem quiser (e para quem não quiser) conhecer.



“Quem é o outro que mora aqui dentro junto com a gente? Porque sempre nos identificamos e até hoje a gente identifica quem tem escrito isso. Todos nós somos brasileiros; morou dentro do Brasil é só brasileiro. Então essa questão de fronteira não tem sido muito discutida; nós vivemos o tempo todo nesse embate fronteiriço, nós vimos aí vários indígenas falando que vivem em lugares de fronteira e isso nunca foi problema, pelo contrário, é o seu modus vivendi, então eu acho que hoje a realidade brasileira, o Brasil está aparecendo de fato porque essa questão da fronteira está vindo à tona, ela é importantíssima pra gente fortalecer ainda mais nosso desenvolvimento como povo, como

ser humano, como nação e etc, e é um lugar de privilégio da literatura, porque a literatura indígena, a escrita principalmente, se dá num lugar de fronteira. A escrita, o oral, o romance... quando tem um livro é um romance ou é uma narrativa? É um conto ou é um poema? É um poema ou é um canto? Então é um lugar de fronteira, e isso eu acho que este Caxiri na Cuia e todos os outros eventos que faremos daqui para a frente vão propiciar bastantes discussões sobre isso, sobre o que é essa fronteira em que nós vivemos.

(Edson Dorneles Krenak – I Caxiri na Cuia)

De tempos em tempos – nossas histórias Kaimbé

Mestres e contadores de histórias

Editora da Universidade Federal da Bahia – UDFBA – 2010



Um belo livro que conta histórias antigas do povo Kaimbé. São narrativas curtas, mas que apresentam a magia que ainda oferece a esse povo uma originalidade muito particular.

Muitos povos do nordeste foram vítimas dos descasos governamentais ao longo da história. Alguns deles sucumbiram, outros resistiram ocultando-se nas cidades onde passaram a cantar cantigas de saudades para não esquecer suas histórias tradicionais. Com a chegada da nova constituição de 1988, muitos grupos começaram a reivindicar o direito de existirem enquanto povos e mostrar que estão vivos e presentes no cenário nacional.

Uma das formas de se apresentarem ao povo brasileiro foi através da literatura. Este livro é um desses instrumentos. Aqui estão algumas das histórias que se mantiveram vivas na memória do povo Kaimbé. Aqui elas são contadas por Mestres e Contadores de histórias. Neste belo livro coletivo – editado pela UFBA – é possível encontrar a memória ancestral que sempre animou e anima a antiga tradição deste forte e lutador povo que orgulha o Brasil por sua resistência e por seu sentido de pertencimento a esta terra ancestral.

Vale lembrar que os desenhos que ilustram o livro foram resultados de oficinas realizadas na própria comunidade. São desenhos que retratam um modo muito especial de se relacionar com a natureza e com as pessoas.

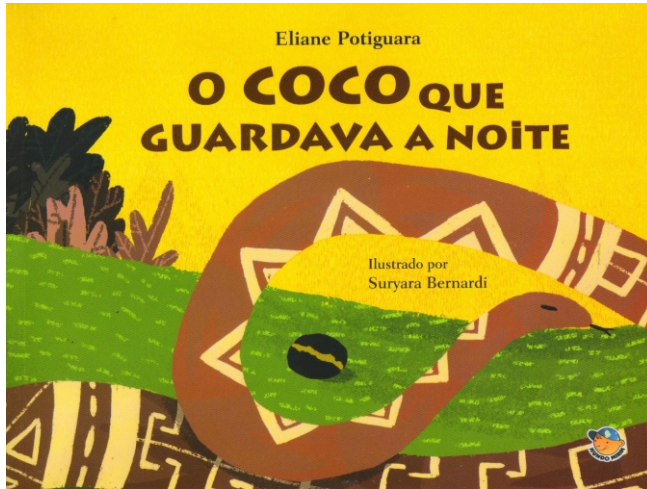
(Resenha de Daniel Munduruku)

O coco que guardava a noite

Eliane Potiguara

Ilustrações: Suryara Bernardi

Editora Mundo Mirim. SP, 2012



Este livro é a estréia de Eliane Potiguara na literatura infantil. Para isso, a autora escolheu recontar um mito do povo Karajá, habitante tradicional da Ilha do Bananal, no Estado do Tocantins.

A narrativa é muito ágil e prende facilmente o leitor entre 06 e 08 anos já que não entra direto no mito, mas o constrói a partir de uma “contação de história” feita para duas crianças na hora de dormir. Até aí se pode dizer que é uma leitura agradável permitindo uma apreensão sobre um povo tradicional e seu jeito de contar o surgimento da noite.

O livro, no entanto, incorre numa generalização que já não deveria constar em material de qualidade especialmente quando o que se propõe na atualidade é justamente uma revisão de termos que reforçam a estereotipia enfrentada pela diversidade nativa brasileira. Refiro-me especialmente ao uso do termo tribo, usado no texto. Esta palavra esconde justamente a real compreensão necessária para se valorizar os POVOS indígenas brasileiros. Claro que já está no DNA do brasileiro chamar estas organizações ancestrais de tribos e é facilmente compreensível o porquê de a autora – ou será que foi a editora? – manter a palavra no texto.

Outro elemento – que no caso de livros infantis é de suma importância observar – trata-se da ilustração. No meu entender a artista optou de forma equivocada pela estereotipia. Ao se observar atentamente as ilustrações é possível notar que as figuras humanas são sempre parecidas e trazem grafismos que misturam diferentes povos e tradições. Isso confunde o pequeno leitor gerando uma interpretação generalizante e empobrecedora da diversidade indígena brasileira.

No final do livro há um importante esclarecimento sobre o povo Karajá e o projeto que abriga o texto: filosofia para crianças. O propósito é bonito, mas se tivesse havido mais cuidado...

De qualquer forma é um bom livro. Precisa apenas ter estes cuidados quando se for responder às perguntas das crianças leitoras.

(Resenha de Daniel Munduruku)

Com a noite veio o sono

Lia Minápoty

Ilustrações: Maurício Negro

Editora Leya. SP, 2011.



“O mito traz consigo a magia do princípio do mundo. Naquele tempo havia harmonia e o mundo era povoado por forças que buscavam controlar a noite, o dia, o fogo, os alimentos, os homens e os animais, o tempo e a natureza. Era um tempo que inspirava cuidados com o corpo e com o espírito e de tudo emanava o mistério e a magia capazes de dar a sentido a existência”. Esta é uma parte do texto que ilustra a quarta capa desta publicação.

Este livro, escrito por uma Maraguá, é um encanto. Seu enredo é já bem conhecido por se tratar do surgimento da noite, argumento tratado e retratado na literatura infantil. O que este tem de diferente é o fato de ser narrado por um membro nativo desse povo amazônico que tem como característica ser possuidor de um repertório de histórias de espanto e terror.

É uma história que prende até o final. Lembra os bons contadores tradicionais que sempre enfeitiçam seus ouvintes com sua maneira de narrar. A autora consegue essa façanha o que torna o livro muito atraente além de oferecer pistas para a compreensão do povo retratado.

As ilustrações de Mauricio Negro acompanham e aprofundam a narrativa permitindo que o leitor possa mergulhar e se sentir perturbado com as novidades que vai descobrindo. No final há um glossário onde se pode ter acesso às palavras no idioma nativo que permeiam todo o livro. Há também um bom texto introdutório sobre o povo Maraguá.

Um livro indicado para crianças entre 07 e 10 anos.

(Resenha de Daniel Munduruku)

Yahi Puíro Ki'ti

A origem da constelação da Garça

Jaime Diákara
Ilustrações: Thalles Alexandre
Valer Editora. AM, 2011



Todo mundo olha para o céu em noites sem lua tentando desvendar o que há por trás das estrelas. Há quem pense que nada há ali além do acaso cósmico. Há quem creia que o infinito seja uma divindade que controla tudo.

Desde tempos imemoriais, no entanto, os povos tradicionais olham para o céu como quem lê um livro onde estão escritas as letras dos acontecimentos. Sol e chuva; morte e vida; nascimento, mudanças climáticas; estações que se apresentam, seres que se movimentam deixando claro que algo está acontecendo. São povos que lêem o ambiente em que vivem pela observação minuciosa da própria natureza.

É isso que vem nos ensinar a história Dessana escrita por Jaime Diákara em seu livro sobre a origem da Constelação da Garça. Nela encontramos informações importantes para compreendermos porque este povo considera tão importante a observação da natureza para se poder viver uma vida mais equilibrada. É uma história que traz elementos que podem nos fazer pensar com cuidado sobre a relação que estamos tendo com a natureza.

O texto é simples, mas conta ao que veio, apesar de usar o termo tribo para se referir ao povo Dessana. As ilustrações deixam um pouco a desejar muito embora tragam elementos gráficos que permitam conhecer o povo que retratam, ainda que caiam em alguns estereótipos. Há também um belo texto de abertura, mas que poderia perfeitamente ter entrado como posfácio uma vez que é de difícil compreensão do público ao qual o livro é voltado - que são crianças entre 07 e 09 anos. É um texto rebuscado para abrir um livro infantil. O projeto gráfico poderia ter sido melhor desenvolvido e o tamanho do livro - que faz parte de uma coleção - também poderia ter outro formato já que esse público gosta de livros maiores. Vale lembrar que Jaime Diákara é Dessana e reside atualmente em Manaus onde está estudando e se especializando como astrônomo indígena.

(Resenha de Daniel Munduruku)

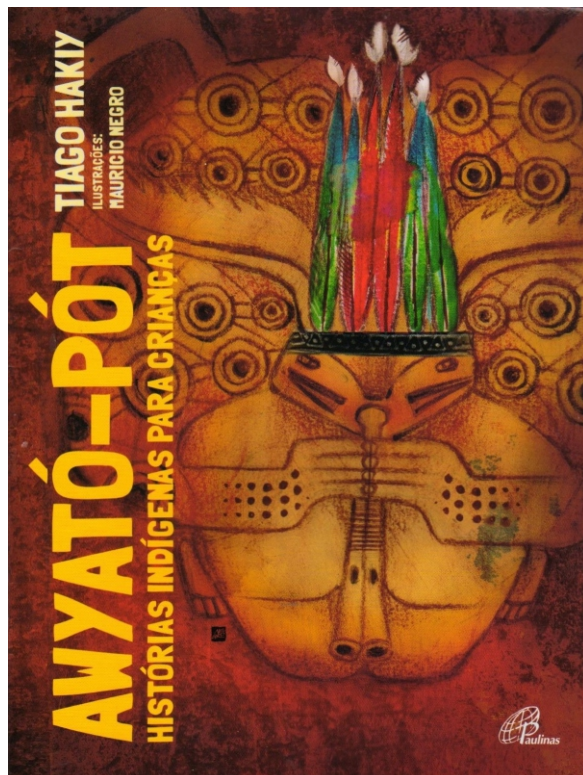
Awyató – Pót

Histórias indígenas para crianças

Tiago Hakiy

Ilustrações: Mauricio Negro

Editora Paulinas. SP, 2011.



Tiago Hakiy é um grande poeta do povo Saterê-Mawé. Escreve poesia e as recita como ninguém. Encanta a todos pelos lugares onde passa por trazer consigo a mensagem da floresta, o orgulho por sua origem que procura retratar nos poemas que compõe.

Apesar de já ser dono de uma grande produção literária – mormente ligada à poesia – Tiago estréia na literatura infantil e juvenil com este belo livro onde narra a história de um herói que dá título ao livro: Awyató-Pót. Através de uma narrativa leve, o livro nos apresenta como foi o nascimento do menino-herói; como a noite foi aprisionada pelas cobras; como ele venceu o temido Juma e como foi ludibriado pelo sapo.

São narrativas bem ágeis e que introduzem os leitores no universo mágico dos Saterê-Mawé. As ilustrações formam um livro à parte, pois permitem que os leitores imaginem a narrativa e possam melhor compreender esta complexa cultura.

Uma única observação é que o texto ainda traz o tratamento do povo Saterê-Mawé como uma simples tribo (termo usado no livro)

É um livro muito bom para pequenos leitores entre 08 e 10 anos por conta do número de páginas.

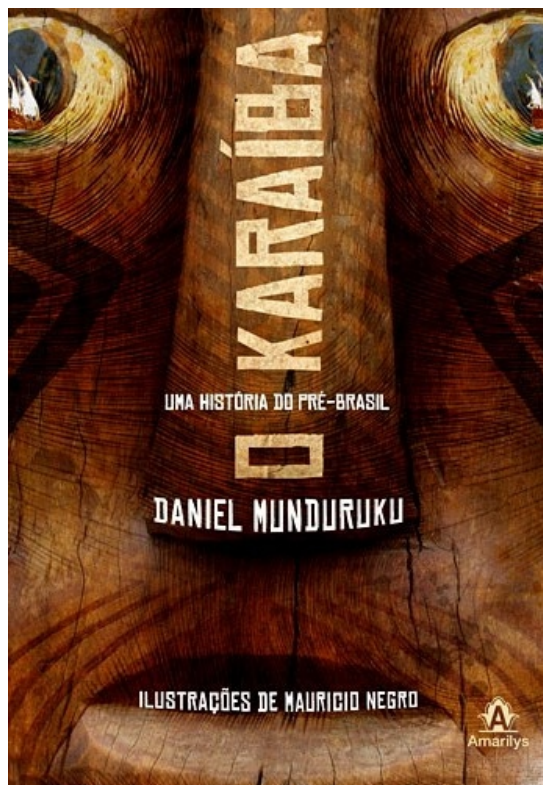
(Resenha de Daniel Munduruku)

O Karaíba: Uma história do pré-Brasil

Daniel Munduruku

Ilustrações: Maurício Negro

Editora Amarilys. SP, 2009



O livro “O Karaíba” apresenta uma incrível história cheia de aventuras com direito a romances. Este livro faz uma alusão à chegada dos europeus e uma representação de como era a vida antes da chegada do ocidental neste território agora chamado Brasil.

Após uma profecia feita pelo Karaíba, o chefe Kaiuby ordenou a seu mensageiro mais eficiente repassar a notícia aos seus parentes de outras aldeias. Essa era uma missão muito importante confiada a Perna Solta, um jovem valente, corajoso e sobretudo veloz. O objetivo de Perna Solta era ter êxito na missão e retornar o quanto antes para os braços de sua amada Maraí, mas nem ele sabia que enfrentaria vários obstáculos pelo caminho. Esta missão não seria como as outras já realizadas por ele, mas seria uma que iria mudar muito a sua vida e a de outros guerreiros e povos que formam esta interessantíssima história.

Convido-te a saborear essa história que foi formulada a partir da ótica de um remanescente dos povos que viveram no Brasil há mais de 500 anos atrás.

(Resenha de Luciano Ariabo Quezo)

Olho d'água: o caminho dos sonhos

Roni Wasiry Guará

Ilustrações: Walther Moreira Santos

Editora Autêntica. SP, 2012



Terceiro livro de Roni Wasiry Guará, escritor que pertence ao povo Maraguá, «Olho d'água: o caminho dos sonhos» é um chamado, um grito de preservação, um clamor para cuidarmos da Mãe Terra, senhora da teia da vida. O livro nos ensina que como seres vivos, criados sob o manto da liberdade, devemos cuidar do nosso planeta, pois a terra é nós e nós somos a terra. Os ventos estranhos não podem mais machucar o meio ambiente, dependemos dos rios para sobrevivermos, nossas canoas precisam continuar deslizando suavemente rumo a um futuro onde o homem possa viver irmanamente com a natureza, mãos dadas, rumo ao sol do bem estar; pois somente assim a árvore gigantesca da Mãe Terra continuará de pé.

Estas são as primeiras impressões que “Olho d’água” nos impregna. O livro é escrito de forma sublime pelas mãos de um escritor indígena que vive à margem de um rio, que ata sua rede de tucum sob o olhar de uma floresta que parece não ter fim. Mas ele sabe, para que todo este universo feito de floresta, animais e água possa continuar existindo é necessário que o homem possa saber cuidar. A preocupação do escritor fica evidente quando ele afirma que “Nossa terra está queimando, e em pó e cinza se tornando”. Esta é uma preocupação que deve ser de todos, hoje, amanhã e sempre. As futuras gerações precisam conhecer a importância de preservar, mas para isso a elas deve ser legado o respeito à Mãe Terra.

Não foi à toa que este livro de Roni Wasiry Guará ganhou o 8º prêmio Tamoios. Nele podemos encontrar, escrita de forma simples, uma pura declaração de amor à Natureza,

não só nos impressionando com as belas frases poéticas apresentadas pela natureza, como se vê no trecho “Logo um novo dia virá, e a cada amanhecer um novo ser se renova em cada um de nós”. O livro mostra que o homem que vive no meio da floresta cuida do meio onde vive, e para isso é necessário todo um complemento, do legado cultural aos ensinamentos educacionais, tão importantes para os povos indígenas, que em sua essência são frutos dos ensinamentos dos mais velhos.

O livro vai amadurecendo em cada página, mostrando que para saber amar a Mãe Terra, é necessário saber o que ela nos dá. E é todo um universo que somente quem sobrevive sob a sombra da grande mãe é que pode dizer. Os povos indígenas aprenderam a cuidar da natureza, porque sabem que disto depende a sua sobrevivência. A ganância humana vem destruindo ao longo dos tempos espaços onde antes era pura beleza, transformando em desertos lugares onde outrora curumins e cunhantãs inventavam sonhos, com espetos nas mãos, assando curimatã, tambaqui, batata, macaxeira. Este e muitos outros recados este livro nós dá: lendo-o aprenderemos um pouco mais sobre o sentido de cuidar de quem cuida de nós: a Mãe Terra.

(Resenha de Tiago Hakiy)

Saberes Xukuru: a cura pela natureza sagrada

Edinaldo dos Santos Rodrigues*

Ilustração: Geraldo Alves de Carvalho

Gráfica da UFSCar, SP, 2012.

Por Edinaldo dos Santos Rodrigues



* Indígena da etnia Xukuru do Ororubá, graduando de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos e autor junto com outros membros do livro «Saberes Xukuru: A Cura pela Natureza Sagrada».

Dentro da convicção da necessidade de um amplo trabalho de divulgação e fortalecimento dos modelos tradicionais de curas, foi realizada a primeira publicação sobre curas tradicionais do povo Xukuru. A iniciativa partiu do Conselho Local de Saúde Indígena do Povo Xukuru do Ororubá (CISXO) que existe desde julho de 2000, com a implantação das ações de saúde indígena no território em 1999. Desde o início discutíamos a importância de valorizar ações de saúde integradas entre o modelo biomédico implantado nas aldeias pela Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) e os saberes tradicionais, mas só em 2006 foram intensificadas as discussões com a realização de dois encontros com o pajé e outros detentores dos saberes tradicionais.

Tais encontros deram origem ao primeiro livro impresso, quando se discutiu a importância de uma publicação para ser trabalhada na comunidade com profissionais da saúde e com professores nas escolas indígenas. Portanto, o principal objetivo da publicação foi divulgar junto às equipes de saúde indígena e nas escolas a importância das curas tradicionais em consonância com os programas de saúde indígena. O resultado final, embora ainda bem artesanal, teve boa aceitação da comunidade, entendendo-se que no contexto em que vivemos é muito importante incentivar tais ações, pois os indígenas mais jovens não terão acesso a esses conhecimentos se não forem incentivados a valorizar, participar, pesquisar e registrar em papel suas tradições e as tradições dos seus antepassados, que nos tempos atuais estão deixando de ser praticadas.

Este material deveria ter sido publicado logo nos anos iniciais após a realização dos encontros e das pesquisas de campo com apoio da FUNASA na época gestora da saúde indígena e também com a obrigação de incentivar iniciativas comunitárias em saúde nas quais o nosso trabalho se enquadrava. No entanto, por razões desconhecidas por nós, isso não aconteceu. Com a minha saída da comunidade em 2008 para estudar na Universidade Federal de São Carlos, o trabalho ficou parado, embora o conselho tenha conseguido algumas parcerias para a formatação e revisão do material.

Só no final do primeiro semestre deste ano, através de uma parceria com o Grupo de Pesquisa LEETRA, liderado pela professora Maria Sílvia Cintra, grupo que existe há quatro anos e tem como um de seus objetivos apoiar a permanência dos graduandos indígenas na universidade, foi possível a impressão do primeiro volume pelo Departamento de Letras/UFSCar. Isto proporcionou seu lançamento junto ao povo Xukuru, no dia 27 de julho de 2012, com a participação de lideranças indígenas, detentores dos saberes tradicionais e órgãos ligados à saúde indígena como a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e a Fundação Osvaldo Cruz (FIOCRUZ), quando foi discutida uma reedição mais bem elaborada, além da adaptação do material para ser trabalhado nas escolas do povo Xukuru.

Considerando que a iniciativa é muito pertinente e abre horizontes para outras iniciativas no povo onde



Lançamento do livro na comunidade indígena Xukuru - Julho de 2012.

foi realizada e também em outros povos, é importante que esse trabalho seja conhecido por outros povos a partir dos estudantes e pesquisadores indígenas da UFSCar. Sabemos do quanto ainda se fazem presentes as tradições entre os povos indígenas brasileiros, mas também temos consciência do quanto já perdemos e do quanto também se encontram ameaçadas de desaparecer quando se trata de usos, costumes e tradições. Por isso consideramos importante a formação de parcerias entre comunidades indígenas, seus estudantes de graduação e universidades que recebem estudantes indígenas.



Não vou dizer aqui que essa publicação é uma literatura indígena no sentido mais comum de literatura, mas pode ser considerado um trabalho que se soma às literaturas indígenas por refletir conteúdos da história de um povo, representações de identidades e vai muito mais além, busca valorizar uma das principais expressões do patrimônio material e imaterial de um povo: as curas tradicionais. Do ponto de vista acadêmico, a produção de materiais que envolve conhecimento tradicional precisa ser melhor discutido para ter seus direitos autorais preservados, pois o conhecimento pertence apenas àquele povo e a utilização do mesmo é exclusivamente do grupo.

No entanto, percebemos que é preciso construir parcerias para incentivar as comunidades tradicionais a vivenciarem suas tradições que por causa dos estigmas, do preconceito e da violência que sofreram e ainda vêm sofrendo até nossos dias têm deixado de vivenciar.

Sobre Xukuru do Ororubá

O território Xukuru está localizado na Serra do Ororubá, há 220 km do Recife, medindo 27.555 ha. correspondendo a 27% do município de Pesqueira em Pernambuco. A população Xukuru é de aproximadamente dez mil índios. Falamos o português, mas também muitas palavras da nossa língua materna. São palavras e expressões ensinadas pelos mais velhos, trabalhadas na educação escolar, conforme prevê o Projeto Pedagógico das nossas escolas.

Lutamos e resistimos desde a época da invasão dos Portugueses em 1500. No início da colonização, quando, em 1767, a região da aldeia Cimbres chegou à categoria de cidade, muitos parentes foram expulsos da área, mas, mesmo assim, resistiram. Eles se fixaram na Serra do Ororubá, lutando por seu território tradicional e mantendo viva a tradição.

Durante várias décadas, nosso povo viveu pressionado por uma quantidade muito grande de fazendeiros invasores, que a cada dia avançavam mais no nosso território, devastando as matas, plantando capim e palmas, criando gado e expulsando as famílias indígenas dos lugares onde moravam. Porém, o nosso povo nunca recuou da luta, e

resistiu bravamente a essas práticas de massacre.

A partir de 1985, iniciamos uma grande luta pela reorganização política e estrutural do nosso território sob a liderança do grande Guerreiro Cacique Xicão, com a participação do Pajé Zequinha e das 23 lideranças das aldeias, buscando o nosso objetivo maior, que era a identificação, delimitação, demarcação, desintrusão, homologação e registro do nosso território.

No período da elaboração da nova Constituição do Brasil, os Xukuru e outros povos da região Nordeste, liderados pelo Cacique Xicão, participaram de várias discussões e mobilizações, dentro e fora de nosso território, com o movimento indígena e indigenista brasileiro, debatendo e construindo propostas políticas, tendo em vista a construção da Carta Magna.

Foi assim, com muita luta e resistência, que fizemos reconhecer nossas organizações sociais, nossos costumes, línguas, crenças e tradições, como também os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupamos. Sendo atribuída à União a competência quanto ao processo de demarcação de nossas terras, exigimos que se respeitasse todos os nossos bens culturais e asseguramos às nossas organizações o direito de ingressar em juízo em defesa de nossos interesses, acabando assim com a tutela que existia até então.

Lutamos, resistimos, nos articulamos, e nos organizamos. Fizemos muitas reuniões, discussões e assembléias. Em 1989, junto com outros povos da nossa região nordeste, criamos a Comissão de Articulação Indígena Leste/Nordeste, que hoje se chama Articulação de Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo - APOINME.

Internamente também nos reorganizamos, criando a Comissão Interna do Povo Xukuru, a Associação do Povo Xukuru, os Conselho de Lideranças, o Conselho Indígena de Saúde Xukuru do Ororubá (CISXO) e o Conselho Indígena de Educação Xukuru do Ororubá (COPIXO).

Como o governo não cumpriu com o que rezava a Constituição, fizemos retomadas para garantir nosso território. Foi então que mataram o filho do Pajé, o nosso advogado Geraldo Rolim. Mais tarde, acreditando que iriam acabar com a nossa luta, eliminaram o nosso líder maior, o cacique Xicão.

No entanto, não paramos. Sob a proteção da Mãe Tamain, e a determinação das lideranças, garra, vontade e mobilização de todo nosso povo, novamente brotou, em cada Xukuru, o guerreiro e a guerreira que estavam adormecidos. Foi então que nasceu um novo guerreiro: o Cacique Marcos Xukuru: com ele continuamos a nossa luta.

Mesmo assim, continuaram a nos perseguir, assassinaram Chico Quelé, liderança da Aldeia Pé de Serra, e acusaram nossos líderes de terem feito essa barbaridade, criminalizando o nosso povo. Em um outro momento, atentaram contra a vida do nosso Cacique Marcos, mas não conseguiram atingi-lo, graças à bravura dos guerreiros Nilson e Milsinho que entregaram suas vidas para salvá-lo. Nosso território hoje está em nossas mãos, estamos construindo uma sociedade justa, onde todos e todas tenham a oportunidade de ter uma vida digna.

(Trecho retirado do livro «Saberes Xukuru: A Cura pela Natureza Sagrada», pp. 09 e 10)

Curas Tradicionais Xukuru

Ao longo da nossa história, as práticas de curas tradicionais, desenvolvidas pelo pajé, pelos rezadores(as) e pelas parteiras tradicionais sempre tiveram um papel muito importante na saúde do nosso povo, ajudando na busca da cura e também salvando vidas. Nos nossos rituais de cura utilizamos instrumentos musicais, danças, orações, e plantas medicinais para fazer remédios (meisinhos, como chás, compressas e infusões), também derivados de animais e até mesmo do barro ou do pó da terra.

Nós temos várias pessoas que praticam a medicina tradicional. Algumas conhecem as plantas e como elas curam, outros sabem as rezas, as palavras certas para curar as doenças, e algumas mulheres são parteiras. Eles e elas têm o poder e o dom dado por Tupã. São filhos e filhas da Natureza Sagrada. Nela nasceram, nela vivem e nela serão plantados. Esses conhecimentos são muito importantes para o nosso povo, fazem parte do nosso passado e queremos mantê-los no presente.

A prática da cura está diretamente associada à fé, por isso temos rituais que aproximam esta prática da religião. Nosso pajé, os benzedeiros e as parteiras revelam um profundo domínio desse campo sagrado. Todos tiveram e têm até hoje grande significado para nós. As curas realizadas através das pajelanças, dos rituais, das orações, do uso das plantas medicinais e dos derivados de animais existentes em nossas aldeias sempre contribuíram para cuidar das pessoas no passado, e continuam a fazer isso agora no presente.

A natureza sagrada é quem escolhe aquele ou aquela que irá desenvolver poder de cura entre nosso povo. Da natureza vem a cura, a esperança, a paz, a Jurema sagrada, os encantados, os irmãos de luz, o Mestre rei do Ororubá, Tupã e o Guerreiro do Vento. Por isso, neste livro vamos homenageá-los para nunca serem esquecidos e para que nós passemos continuar praticando a nossa medicina.

(Trecho retirado do livro «Saberes Xukuru: A Cura pela Natureza Sagrada», p. 16)



Língua e Cultura Indígena Umutina no Ensino Fundamental

Luciano Ariabo Quezo

Ilustrações: Luciano Ariabo Quezo

Gráfica da UFSCar, SP, 2012.



Apresentação de Maria Sílvia Cintra Martins

Com a lei 11.645/08 tornou-se obrigatório o estudo da história e da cultura indígena no Ensino Fundamental e Médio em todo o território nacional. Com isso, há hoje muitas questões que merecem aprofundamento nos currículos escolares, como o reconhecimento da diversidade de etnias e línguas indígenas espalhadas por todo o território nacional e do fato de muitas delas correrem o risco de extinção, carentes de registros escritos ou digitais.

Quando o Luciano ingressou no curso de Licenciatura em Letras da Universidade Federal de São Carlos, uma de nossas primeiras conversas voltou-se a essa temática, diante da sua preocupação com a revitalização da língua umutina. Logo ele montou seu primeiro projeto de pesquisa sobre a importância da língua umutina em sua comunidade e eu, como orientadora do projeto, sempre pude sentir em nossas conversas uma forma equilibrada de diálogo, já que nós dois sempre podíamos aprender um com o outro. Assim

continuamos em seu segundo projeto, voltado à construção deste livro didático para ser usado nas séries iniciais do Ensino Fundamental da escola da aldeia umutina, em Barra do Bugres/MT. Pude orientá-lo, ao mostrar-lhe vários volumes de livros didáticos para o ensino de línguas indígenas, assim como para o ensino da própria língua portuguesa nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Por outro lado, no entanto, era eu quem aprendia muito com ele, principalmente do ponto de vista ético, ao acompanhar a forma cuidadosa com que sempre se questionava sobre a melhor maneira de contribuir com sua comunidade de origem.

Assim, um primeiro volume de poucas páginas foi cautelosamente elaborado e levado à aldeia, de forma a que pudesse ser submetido à avaliação de professores e administradores escolares. Em certa fase da construção do livro, eu mesma visitei a aldeia, levei o material que ele elaborara, submeti-o à apreciação do corpo docente da Escola Estadual «Jula-Paré», acompanhei o trabalho de uma das professoras em sala de aula, pude conhecer o tipo de trabalho pedagógico que já era desenvolvido ali na pré-escola e nas séries iniciais. No início do ano seguinte, foi o Luciano quem visitou sua aldeia e colheu novas informações e sugestões.

Por isso tudo, podemos dizer, hoje, que este livro é resultado de um trabalho conjunto, dentro do espírito verdadeiramente participativo, não porque o Luciano aprendeu a desenvolver pesquisa participativa na universidade – outras coisas certamente ele aprendeu e vem aprendendo na universidade – mas a força da pesquisa participativa que é sentida de forma intensa nos resultados aqui presentes provém da própria cultura indígena à qual o Luciano pertence, do sentido de solidariedade que está entranhado nele, por pertencer a um povo indígena, neste caso, umutina.

Aos poucos também fui me inteirando do pendor artístico do Luciano, pois além de conhecer como poucos, hoje, o idioma umutina, também pôde aprender, desde cedo, certa arte do desenho presente em sua comunidade e que comparece de forma bela e delicada na composição deste volume. Vale notar, neste ponto, que já existem, na aldeia umutina, outros professores que desenvolvem trabalhos pedagógicos semelhantes ao que é proposto aqui.

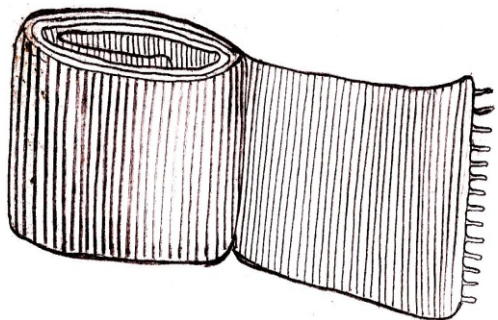
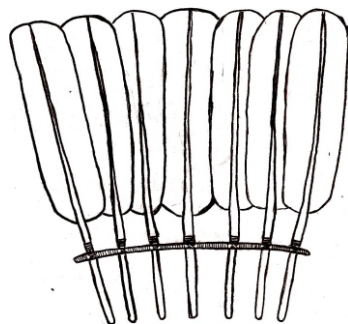
Esperamos que uma segunda edição deste material possa apresentar resultados da participação, do trabalho e do envolvimento das crianças, assim como de novas sugestões advindas de professores, gestores e anciãos da comunidade umutina. É dessa forma que pretendemos contribuir para a revitalização e para o conhecimento e reconhecimento da cultura e da língua umutina, primeiro na própria aldeia, depois em todo o território nacional, onde esperamos, também, contribuir no sentido de ensinar novas iniciativas semelhantes a esta no que contém de crença na força e na necessidade de revitalização das culturas e línguas indígenas brasileiras.

Artesanato Umutina-Balatiponé

Todo o povo indígena tem sua forma de viver, tem sua arte, até mesmo o povo Balatiponé. O povo Balatiponé tem sua arte de várias formas, uma delas, é o enfeite corporal. Vamos conhecer?

1 Hákikano

Este é um enfeite utilizado na parte superior da cabeça, sendo usado somente por homens em determinadas cerimônias. Antigamente o objeto na maioria das vezes era feito com penas de tuiuiú ou de gavião real.

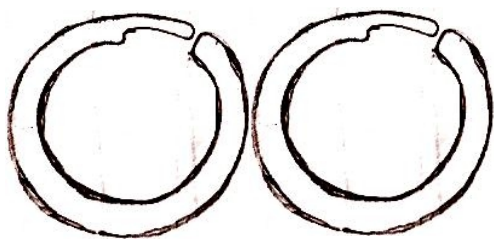
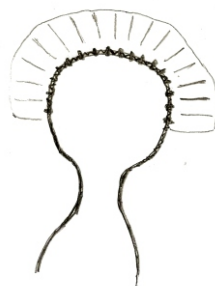


2) Ajupo

Já este é uma arte feita com seda de algodão batido, ou seja, trançado. Tem sempre o mesmo comprimento e é feito também para se usar no alto da cabeça somente por homens em determinadas cerimônias.

3) Bolo

Adorno utilizado somente por homens, colocado na cabeça, geralmente feito com penas de arara ou de papagaio



4) Babódokwá

É uma argola pequena feita de coco de tucum, que serve também para segurar brinco de penas. O objeto é usado por homens e mulheres.

5) Amikitá



Esse brinco é feito de penas coloridas ou não, utilizado por homens e mulheres. O brinco dos homens geralmente é feito de pena de gavião, o da mulher é feito de pena de mutum ou de arara. Sempre o brinco da mulher é maior.



6) Hatorikaré okopo

Colar de dente de queixada usado por homens e por mulheres.

7) Ajikuitá okopo

Colar de dente de onça pintada usado somente por homens.

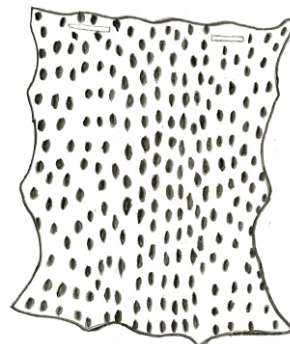


8) Xuaré

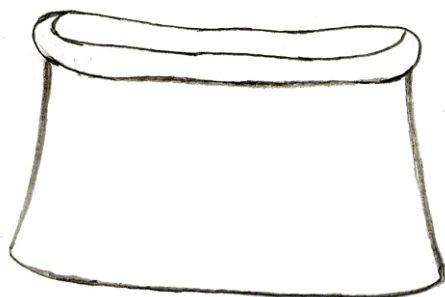
São braceletes feitos de penugens de tucum, usados por homens e por mulheres. Sempre o bracelete do homem é maior.

9) Berika Ajikuitá

É pele de onça pintada e só os homens têm a permissão de usar, porém, não qualquer homem, justamente porque não é fácil matar uma onça. Antes todos os homens mais velhos tinham esse tipo de adorno, o qual representava valentia e muito respeito. Era permitido usar pele de outros animais, mas o mais valioso e cobiçado é o da onça pintada.



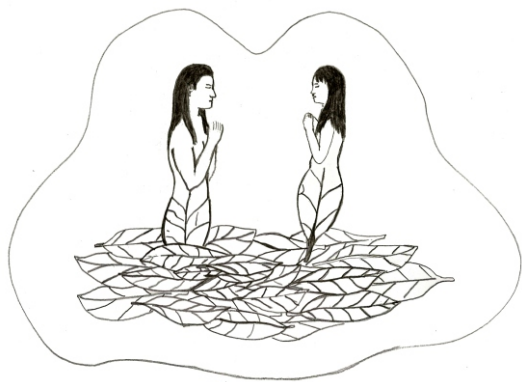
10) Ametá



Existem dois tipos dessa vestimenta, a masculina e a feminina. A vestimenta masculina é confeccionada com seda de broto de buriti e a feminina é de seda de algodão batido. Atualmente a saia feminina também é feita de seda de tucum tingido de urucum. Antes era usada diariamente pelas mulheres.

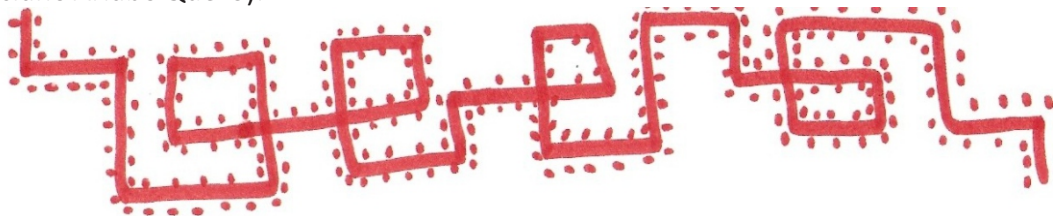
Narrativas umutina O'rebutá barêpô

Hindondo nokuteynatono, Balatiponé kiawá moto. Unukukwarekwá ayxoré Haypukú amenú moto toré. Unukwarekwá meyukí, atabé ipualo inyazo, atokwá uri he xakaboe to moto he. Ipúxixinikí axipá. Bolotoximana, amameti mataré, jikixo rinimã pwe arikixi, ouá o'hebutá balatiponé. Haypuku kuku aketo, samati balatiponé he amatara ouá ipoxixiniki há xipá.



Em tempo muito distante, não havia pessoas na terra, apenas um ser grande, chamado Haypukú, andava muito triste. Um dia, ele resolveu juntar frutas e folhas de árvore, juntou bastante e deixou ali. Então ele foi para sua casa. À noite ele ouviu conversas de gente, e curioso foi olhar e percebeu que tinha nascido gente das coisas que ele juntou. Haypuku ficou muito contente e os convidou para ir a sua casa.

(Trechos do livro «Língua e Cultura Indígena Umutina no Ensino Fundamental», de Luciano Ariabo Quezo).



“Como eu falei pra vocês, a coisa do cinema tem uma linguagem mista, ela é muito rica porque o que você ouve não tem tanta força quanto a força da imagem, e a força da imagem em ação junto com a sonoridade isso dá uma força muito grande, e isso faz com que a gente tenha observação melhor do ambiente, uma leitura melhor do ambiente, do tempo, do espaço, e faz com que aquilo que foi captado fique ali, disponível para qualquer época que você queira.”



(Cristino Wapichana – I Caxiri na Cuia)

A MORTE DE GALDINO

Olívio Jekupé

Ah, como fiquei triste com a matéria do nosso
Parente Pataxó da Bahia, que morreu brutalmente
Queimado, como se não fosse gente.

É, mas como tem gente perversa neste mundo
Nhanderu, nosso Deus.

O que eles fizeram com nosso parente, não é
Papel de ser humano, também não digo que é
De animal, mas sim de um monstro e que são
Capazes de matar seus próprios pais.

Mas isto não pode ficar assim, é preciso que se
Faça justiça e que estes assassinos sejam condenados,
Aliás, sei que será difícil, pois estamos no Brasil.

Mas se a justiça brasileira não fizer nada, sei
Que a justiça de Deus fará, porque Ele sempre
Está ao lado dos oprimidos, que são explorados,
Humilhados ou assassinados como aconteceu com
O nosso parente Galdino Pataxó.

Sei que a justiça de Deus não falha, por isso
Podem aguardar, seus assassinos...

OPA'I AGUE GAUDINO

A, xeporiau rei matéria,
Xeretarã pataxo re'egui Bahia ,
Omanõ jurua kuery gui,
Okaipa, ka'aguy regua ramĩ,
reta vai ete jurua kuery coo yvy re,
Nhanderu, (nosso deus)

Ha'ekuery ojapo ague nhaneretã,ha'e 'y,
Kuatia py jurua, xee mã xearvu ha'e,
Ka'aguy regua,va'eri mba'emõ vaikue ka'aguy regua ma,
Ate tuu kuery eteverã ojuka ojuxevy,
Va'eri nami ma nda'evei oiko aguã ,ha'e ramo ma,
Ejapo Ivaí aguã jurua kuery pe oiko porã aguã,
Aliás, aikuaa ndaxyi, kova'e yvy re jaikorã,
Va'eri nhandekuery nhandevaia noenduirã,
Nhanderu ivai ramomã ha'e kuery oikuaa ma arã,
Nhanderu ma oiko haxy hyvy'i oiko riaa,
Oiko porã hegui jojuka va'e nhamboaxy oiko aguerami,
Nhanerentarã xamõi galdino pataxo,
Nhanderu ojapo ague ndopai kova'ere,
Pemõi porã jojuka va'e kuerygui...

ENTREVISTAS

Maria Sílvia: Sobre seu pai, Diakuru, Américo Castro Fernandes, o que você gostaria de falar?

Jaime Diakara: Meu pai nasceu, ele é Kumu-payá, ele é Gente do Universo, já existia antes do que é Pamuri-masã, o Tukano. Por isso que ele conhece todo o histórico, a ciência do conhecimento Dessana. Meu pai conheceu todo mundo que conhece a realidade Dessana, isso chama-se a realidade do conhecimento tradicional.



Maria Sílvia: A pesquisadora francesa Dominique Buchillet esteve conversando com seu pai, gravou entrevistas, é isso que aconteceu?

Jaime Diakara: Aconteceu que ele queria passar essa informação porque ele pensou que o mundo dele existiria só naquele momento.

Maria Sílvia: Como filho do senhor Américo, você se vê como continuador na luta pela valorização da cultura indígena?

Jaime Diakara: Meu pai em português seria o pioneiro, e eu quero continuar o trabalho, não só eu, também meu irmão, aí dividiríamos em partes, o outro vai trabalhar com gestão de benzimentos, o outro com danças, o outro divulgar o trabalho de criação literária.

Maria Sílvia: O seu irmão é Durvalino, é isso? É ele que ajudou a transcrever as narrativas para a «Coleção dos Narradores Indígenas do Rio Negro»?

Jaime Diakara: Isso, aí meu pai, como ele é primogênito, ele repassa todas as informações, mas ele já trabalhou muito e ele já cansou. Ele não acredita mais, ele diz que a gente passa, repassa, repassa e não traz retorno.

Maria Sílvia: Com quantos anos mesmo está seu pai?

Jaime Diakara: Noventa anos.

Maria Sílvia: Agora você como escritor está pegando as narrativas, transformando e produzindo histórias para crianças?

Jaime Diakara: Eu estou fazendo isso para as crianças saberem, transformar o mito em literatura infantil, para eles saberem, como que é o mundo indígena, como que é o mundo do conhecimento; como que o antropólogo fala, como que o índio pensa; transformando, dizendo: esta aqui é que é a realidade. Estudando, estudando, chegando lá: eu conheci o literário, agora eu sou um antropólogo. Mas não chegar de cima de tudo isso, sem conhecer isso aqui ainda (mostra a capa de seu livro “Yahi Puíro Ki'ti”).

Maria Sílvia: Então você acha que essa versão literária ela é mais fiel à narrativa indígena, é isso? E quando é na publicação da Antropologia perde um pouco o lado literário, você quer falar isso?

Jaime Diakara: Perde porque é uma pesquisa resumida. Por isso que eu quero fazer esse tipo de trabalho de coleção. Este é o primeiro.

Maria Sílvia: Muito interessante. E aí a linguagem também muda, modifica a linguagem?

Jaime Diakara: Muda, o português prá nós é diferente, é diferente do Tukano.

Maria Sílvia: E você acha que na narrativa original mesmo, Dessana, o tipo de palavras era assim simples, como é para as crianças?

Jaime Diakara: Não, não. Meu pai para contar pra nós essa história da origem, da etnoastronomia, ver estrelas, era seis horas da tarde, comidinha, maniquera, tomando lá, sete horas da noite ele dizia, mostrava estrelas: essa é, dizia assim, em língua indígena, a única estrela que não muda, pros brancos é Cruzeiro do Sul.

Maria Sílvia: Ah, entendi, então quer dizer que ele ia contando as histórias e mostrando as estrelas. E isso então demorava muito tempo, eram várias noites que ia contando? Na medida em que ia mudando, também?

Jaime Diakara: Isso. Ele dizia, em português, é jararaca, não vai pescar porque a cobra está escolhendo peixe.

Maria Sílvia: A narrativa ela está também ligada com o artesanato e com o benzimento? Explica um pouquinho essa relação pra gente.

Jaime Diakara: Cada época tem uma história pra benzer, cada uma tem seu benzimento adequado, para o bem ou para o mal. O Cruzeiro do Sul, por exemplo, ele é imortal e mortal, ele não sai do lugar. Esse aqui que é o grande líder nosso, do universo. Vou contar um pouquinho a história disso aí. Ele mandou caçar a lontra, porque queria fazer uma festa. Só que a lontra desobedecia ele. Como ele já sabia o mundo, ele controlava tudo, pegaram muito peixe e começaram a comer, daí, o que que ele fez? Eu vou matar quem que foi o chefe. Aquela cruz tem três pontas, significa uma espinha. Ele fez essa maldição com as pessoas que desobedeceram, eles engasgavam e morriam. Aí ele colocou no centro do universo, se o ser humano desobedecer, sempre vai morrer, por isso existe a cruz. Quando o Kumu vai benzer, ele tem contato diretamente com os deuses. Se ele quer benzer, pra fazer um roçado, cheio de mandioca, fartura, pega e faz um benzimento e entra em contato diretamente. Isso é que se chama deuses, deuses espirituais da ciência da humanidade.

(Trechos de entrevista concedida pelo escritor Jaime Diakara à professora Maria Sílvia Cintra Martins em Manaus, em junho/2012).

Maria Sílvia: Rose, você é uma poetisa, você é uma literata indígena, conta isso um pouco pra gente.

Rosi Waikhon: Eu tinha muitas narrativas contadas pelo meu pai e eu tive vontade de passar isso pro papel. Tudo começou por causa do meu nome, eu não conseguia entender por que meu nome era Rosilene Fonseca Pereira – Pereira, de onde vem? Ah, vem de pera! Eu falei: nossa não tem nada a ver com meu nome, Pereira, então eu fiquei muito brava. Daí depois, ah, Fonseca, tem Deodoro da Fonseca, aí eu ficava, mas ele é meu parente? Não, não é meu parente, aí eu fui lá com meu avô, meu avô Arapasso.

Maria Sílvia: Isso você tinha quantos anos?

Rosi Waikhon: Ah, eu tinha quatro, cinco anos, eu era criança. Daí eu sentei e falei assim: vovô, você vai me contar por que o meu nome é assim. Ele começou a rir e falou: ah, minha neta, isso aí é quando os missionários chegaram. Eles chegavam assim: Vem cá, teu nome vai ser José Fonseca Ramos da Silva. Foi aí que eu comecei a escrever, eu escrevi também as histórias dele, mas assim, nunca publiquei. O que eu escrevo são várias coisas, desde a questão das narrativas, o que eu penso, meu sonho, tem muita coisa do sonho, então eu escrevo. Eu também faço desenho assim. Não é aquela coisa que a gente vê, estética, é diferente o nosso jeito, tanto de escrever como de desenhar. O valor que é dado pra fora é diferente dos nossos valores.

Maria Sílvia: Fala um pouquinho do sonho então, você fala que você sonha e aí você tem vontade de escrever... Em que medida então o sonho está relacionado com a literatura?

Rosi Waikhon: Então o sonho pra nós, nós acreditamos muito nesse sonho, tudo acontece nesse outro mundo, né? Eu digo assim, é um mundo que ele dura, ele pode durar, a gente dorme mas ele pode durar mais tempo, então tem muitas coisas que o sonho nos alerta: se vai ter algum problema, como é que a gente tem que se prevenir. Também tem sonhos de lugares bem distantes, umas paisagens bonitas, aí a gente desenha, a gente escreve.

Maria Sílvia: E você tira alguns elementos do sonho e inventa outros, é mais ou menos assim?

Rosi Waikhon: Tem narrativas que eu não mexo, são narrativas sagradas, eu não posso mudar uma vírgula do que foi contado. Tem essas outras coisas do sonho também que eu faço conforme o sonho; tem um terceiro que eu crio assim, contos do cotidiano.

Maria Sílvia: Esse seu jeito de inventar é resultado do contato com o não indígena ou já faz parte do jeito indígena?

Rosi Waikhon: Então, é uma estratégia que eu encontrei para não mexer nas minhas narrativas, eu não queria mexer, aí eu vi nos livros. Eu ficava pensando, como é que esse pessoal faz? Acho que eles devem inventar, então eu posso inventar também.

Maria Sílvia: E você está escrevendo mais em língua portuguesa ou é na sua língua?

Rosi Waikhon: É mais na língua portuguesa porque eu não falo mais a minha língua, né?

Maria Sílvia: Eu mencionei pra você que houve uma professora que fez uma palestra na nossa universidade, e ela comentou num certo momento da palestra – que eu achei que foi um comentário muito desagradável – que a Literatura Indígena ela ainda é muito “fraquinha” e que os indígenas precisavam ainda aprender a fazer literatura com os não indígenas (Rose ri), então eu queria que você comentasse sobre isso.

Rosi Waikhon: Então essa questão de Literatura – até a palavra às vezes é muito abrangente – porque a gente acaba usando a palavra Literatura, pra mim Literatura, a nossa literatura é um pouco diferente do que é a literatura no Brasil, ou no mundo, porque a gente considera literatura pintura, conto, oralidade, poesia, performance, dança, adereço, tudo está na nossa Literatura, tudo isso faz parte, agora tem essa parte de escrever mesmo, né? A gente percebe também que alguns parentes nossos tiveram a possibilidade de entrar na escola, numa instituição educacional, mas a gente tem os cuidados de ver os que são da oralidade, que eles que contam, eles que sabem, mas não falam direito essa Língua Portuguesa, a gente fala assim que dá pra entender, mas o importante pra gente é dizer que não é que ele seja fraco, é diferente desse estilo, né? É uma outra forma de escrever, de contar, mas tudo que a gente quer contar tá lá. Tem um livro, não sei se você já teve oportunidade de ler, do guarani, do Olívio Jekupé, “Quinhentos Anos de Angústia”, ele me deu de presente uma vez, algumas pessoas acham assim o livro super ruim, e tal, eu consigo entendê-lo porque ele expressa aquilo que a gente vive, sabe, quando ele fala dos Quinhentos Anos de Angústia ele está se referindo aos momentos desse impacto, dessa vivência. Eu gosto de escrever certas coisas assim, que me deixam mal, quando eu vejo as pessoas falando de nós indígenas, né, dizendo que a gente é um problema, indígena é preguiçoso, por exemplo. Isso aí me incomoda muito porque nós não somos preguiçosos, né, nós temos uma outra forma de pensar, até porque a gente nunca trabalhou oito horas por dia, a gente trabalhava só quatro horas. Essas coisas eu escrevo, eu escrevo, escrevo, escrevo, escrevo, falando o que eu penso. Então o livro dele, algumas pessoas falam: Ai, livro feio! Mas eu entendo o que ele está querendo dizer, ele é uma pessoa que escreve, escreve, escreve, e as pessoas acham que não é legal, mas eu particularmente admiro, tanto é que eu falo assim: poxa, que bom, eu acho que isso também é Literatura.

Maria Sílvia: Você falou também pra mim que talvez um dia você vá querer escrever sobre os internatos – você queria falar um pouquinho?

Rosi Waikhon: Ah, então, eu tenho vontade de escrever sobre isso.

Maria Sílvia: E ninguém conhece muito sobre isso ainda no Brasil, não, é como se isso aí não tivesse existido por aqui.

Rosi Waikhon: Então, eu gostaria de escrever até porque eu passei por esse regime, né?

Mas é interessante. Existem vários pontos ali, meu pai sempre fala: nós ficamos do lado da igreja, aceitamos, porque a gente quis. Nós tínhamos o nosso conhecimento e houve várias situações, teve o pessoal pegando pra escravização e tal, quando os missionários chegaram, eles chegaram justamente nesse período, então foi uma forma de dar um tempo, né, mas eles já vieram com outros interesses. Qual que era o interesse deles? De evangelizar, de converter, de “civilizar”, enfim, aquela ideia trazida do período medieval, porque eles é que mandavam. Foi por isso que meu avô dizia: Olha, o dia que tu souber escrever, escreva sobre isso, fale de nossa História. A primeira vez que ele viu a TV, ele falou assim: Ah, filha, tá errado, tudo, tudo tá errado. Ele disse: Eles nos enganaram, tudo era mentira.

Maria Sílvia: Então seu avô já estava percebendo esse seu potencial prá escrita, ele já imaginava que você ia cumprir essa parte...

Rosi Waikhon: Ele falava: É, eles vieram aqui, invadiram nossa terra tiraram tudo que a gente tinha, isso precisa ser escrito, essa história precisa ser contada. Eu falava: Eu vou escrever sobre isso.

Maria Sílvia: Então fala um pouco como que você vê que a Literatura pode ter um papel dentro do movimento indígena.

Rosi Waikhon: Eu penso que a Literatura tem esse papel, né, de falar um pouco da gente, como que nós somos, falar como que a gente vive, falar também sobre nossos sentimentos.

Maria Sílvia: Outra questão que eu queria que você falasse e que às vezes me incomoda um pouco é de ver a Literatura Indígena muito circunscrita apenas no mercado da Literatura Infantil e Infanto-Juvenil.

Rosi Waikhon: Então, foi o espaço que nós conseguimos, o pessoal da Literatura Infantil, graças ao Daniel que começou esse trabalho, ele foi a pessoa que começou o movimento de literatura. Eu acredito que é o início, parece que a literatura mais “técnica” é a literatura escrita por especialistas.

Maria Sílvia: Porque o que me incomoda é o fato de que acaba associando com essa questão de achar que o indígena é como se fosse criança...

Rosi Waikhon: Eu nunca tinha pensado nisso, pra ser honesta, só pensava: deram um espaço pra gente, a gente tá lá. Tem outra questão, que é a questão das editoras, a maioria é de literatura infantil. O que eu percebo nas editoras é que você meio que tem que se enquadrar no que o mercado vai vender.

Maria Sílvia: Uma ideia que eu te falei ontem é de um grupo de escritores indígenas fundar uma editora própria. É interessante porque aí teria o olhar do indígena e os próprios ganhos estariam voltados para a causa indígena.

Rosi Waikhon: Tem uma coisa que me inquieta né, a oralidade e a escrita, você conhece a «Coleção dos Narradores Indígenas do Rio Negro»? É super interessante e tal. Hoje muitas pessoas citam, mas não citam na oralidade, a história da oralidade, entendeu? Então você valoriza mais o que está escrito.

Maria Sílvia: Por isso que eu entendo mesmo que às vezes pode ser que seja um desafio para os indígenas, um desafio interessante, porque hoje nós temos justamente novas tecnologias, né? Então talvez o indígena não precise pensar apenas no livro, já pode pensar em outro formato que possa entrar a oralidade junto com a escrita, junto com os grafismos, com vídeo, uma coisa mais complexa, que cabe, por exemplo, hoje em dia no blog, aí a oralidade poderia ser valorizada.

Rosi Waikhon: Verdade, eu acho interessante, é bom que você tocou nesse ponto.

(Trechos de entrevista concedida pela escritora Rosi Waikhon à professora Maria Sílvia Cintra Martins, em Manaus, em junho de 2012).

“Então essa aqui é uma anotação que eu fiz perguntando ao meu avô sobre essa questão do nome dele e de uma viagem dele quando ele era bem pequenininho ainda. É assim: José Fonseca foi um nome dado pelos missionários que chegaram a sua aldeia. O padre Pedro colocava eles em fila e em seguida logo os batizava com nomes portugueses. José Fonseca ainda teve a oportunidade de viver na maloca e por isso sabe contar como era a estrutura da mesma. Os missionários na época se comportavam como se fossem militares. O que marcou a vida de José Fonseca durante sua estada no colégio foi uma viagem que fizeram a Manaus. A viagem foi um prêmio pois estes foram os melhores de comportamento. Foram trinta alunos, José era o menor aluno. De Taraquá a São Gabriel da Cachoeira vieram a remo, em várias canoas; em São Gabriel dormiram em redes no colégio. No dia seguinte caminharam vinte e cinco quilômetros até a beira do rio, passando a cachoeira, que seria a estrada de Camanaus agora. Passaram-se dois dias até chegar em Tapuruquara. Chegando em Santa Isabel o dono do barco fez algumas compras no armazém de J.G. de Araújo, comerciante da época que dominava toda a Amazônia. Em Tapuruquara era só o que existia, não havia outras casas, todos os que moravam no Alto Rio Negro vinham comprar mercadoria em Tapuruquara. O barco era movido por lenha, a comida era boa. (...) Chegando a Manaus todos usaram a melhor roupa, mas de pés no chão, sem nada (...). Fizeram uma apresentação no Teatro Amazonas, as autoridades estiveram presentes, 'O drama de São Tarcísio'. Quando chegaram em Manaus a cidade era pequena, os missionários foram buscar os meninos do Alto Uaupés. Os moradores de Manaus diziam: olha, são índios (...). Os meninos fizeram uma homenagem ao governador, na época cantaram, recitaram poemas. O filho do governador pediu aos seus secretários que tirassem medida da cabeça dos meninos para fazerem chapéus para cada um deles. Após o almoço, foram à loja de calçados J.G. de Araújo, foram bem recebidos e receberam sapatos de borracha.”

(Manaus, Junho/2012. Relato de Rosi Waikhon – memórias de seu avô Arapasso)



A LITERATURA INFANTO-JUVENIL INDÍGENA NA EDUCAÇÃO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS¹

Roma Gonçalves Lemos

“A incipiente Literatura Indígena escrita é a prova cabal de que estamos em movimento e resistimos historicamente às adversidades: temos muitas histórias para contar”
(Edson Kayapó)

“Ninguém ama o que não conhece” (Paulo Freire)

Vou discutir aqui a importância que a literatura infanto-juvenil indígena tem no contexto da produção de uma literatura brasileira na contemporaneidade. Apesar do preconceito contra as línguas, religiões e ciências produzidas pelos indígenas, assistimos nos últimos tempos ao surgimento de uma literatura sofisticada, que tem como objetivo registrar histórias seculares, antes atualizadas somente através de narrativas orais. Sabe-se que as culturas indígenas vêm se modificando ao longo dos anos, assim como outras culturas em processo de interação. Disso, resulta a necessidade de se armazenarem essas histórias como forma de perpetuação e manutenção das culturas dos diversos povos originários. Porém, há algumas dificuldades no que diz respeito ao reconhecimento dessa literatura.

A literatura infanto-juvenil frequentemente utilizada na escola possui referenciais eurocêntricos, quando não, clássicos folclóricos brasileiros em que os povos originários são retratados de maneira caricata e homogênea, assim como são representados de forma romântica, reforçando o mito do “bom selvagem” e de modo atemporal como se não tivessem lugar no tempo presente.

Nas palavras da escritora indígena e professora Doutora Graça Graúna (2008),

A literatura indígena no Brasil continua sendo negada, da mesma forma que a situação de seus escritores e escritoras continua sendo desrespeitada. A situação não é diferente com relação aos escritores negros e afrodescendentes. Essa questão ainda não se livrou do prisma etnocentrista. Como se pode ver, a situação do(a) escritor(a) negro(a) e indígena não está desapartada da realidade. A sua história de vida (auto-história) configura-se como um dos elementos intensificadores na sua crítica-escritura, levando em conta a história de seu povo. Sendo assim, as especificidades da literatura indígena, tanto quanto as particularidades da literatura africana devem ser respeitadas em suas diferenças.

¹ Trecho da monografia de conclusão de curso da autora, com o título “A Literatura infanto-juvenil indígena como espaço de mediação pedagógica para entendimento das culturas dos povos nativos do Brasil” (Universidade Veiga de Almeida, Rio de Janeiro, RJ, 2010).

Neste contexto, vinculado ao INBRAPI, surge o NEArIn (Núcleo de Escritores e Artistas Indígenas), criado por ocasião do I Encontro Nacional de Escritores Indígenas ocorrido no ano de 2004 no 6º Salão da FNLIJ, no Rio de Janeiro. A ideia de criação do Núcleo originou-se a partir da necessidade que os escritores e artistas indígenas de diversas etnias tinham de se organizar, de forma a discutir os rumos que a sociedade brasileira estava dando às histórias tradicionais indígenas.

O NEArIn surge, assim, das demandas do movimento cultural indígena, objetivando proteger o saber tradicional dos usos e abusos decorrentes do domínio público, e dar visibilidade à produção literária e artística. Tem também como propósito formar e promover novos escritores, auxiliando no aprofundamento do entendimento da legislação autoral brasileira e o consequente avanço para o debate sobre o direito autoral coletivo. Aborda, também, a questão do direito à leitura e do acesso à literatura nos territórios indígenas, bem como a criação de políticas públicas que atendam a este direito humano inalienável. Nesse sentido, o NEArIn se constitui num movimento político de luta pelo reconhecimento e preservação do patrimônio cultural dos povos indígenas. Como prevê o artigo 216 da Constituição Federal de 1988:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

A literatura indígena, além da sua função estética, tem uma função social de assegurar o registro das narrativas orais, sem, contudo se contrapor a elas, e de fortalecer as tradições dos povos dentro da aldeia, na medida em que ela deixa registrados, para as gerações posteriores, o conhecimento e as histórias contadas pelos seus antepassados; e fora da aldeia, na medida em que ela promove o diálogo entre as culturas, não só entre os diversos povos, como com as sociedades não indígenas. Consideramos, por isso mesmo, que a literatura tem muito a contribuir no processo pedagógico, para a compreensão do universo cultural e simbólico dos índios, tanto no presente quanto no passado. Assim como esse patrimônio literário tem um papel significativo para a afirmação identitária dos povos indígenas do Brasil, é também na literatura que se afirma a ancestralidade, os saberes dos antepassados. Essa literatura está para além da escrita: ela também se materializa em outros textos, na dança, nos cânticos, na contação de histórias, no ato de catar piolhos, nos rituais.

Compreender a Literatura Indígena é entender que ela se manifesta nas diversas formas de transmissão do saber; que ela é a reverberação do que mora dentro do corpo de nossa gente. A Literatura entendida nesses moldes nos completa enquanto pessoas, porque nos lembra sempre de onde viemos, para onde vamos e qual o sentido de nossa pertença a esse planeta. É, portanto, um modo todo peculiar de ler o mundo em que vivemos e dar uma criativa resposta às questões que a vida está sempre nos levantando.

A realidade é que, frequentemente, equívocos são cometidos na prática pedagógica em relação às sociedades indígenas no Brasil. O pesquisador Bessa Freire³ destaca cinco equívocos que ele julga serem mais frequentes. São eles:

1. O índio genérico
2. Culturas atrasadas
3. Culturas congeladas
4. Os índios fazem parte do passado
5. O brasileiro não é índio

Com relação ao índio genérico “a primeira ideia que a maioria dos brasileiros têm sobre os índios é a de que eles constituem um bloco único, com a mesma cultura, compartilhando as mesmas crenças, a mesma língua”. Segundo Censo do IBGE de 2000, o Brasil é constituído por 230 etnias indígenas, que falam em torno de 180 línguas de diferentes troncos linguísticos. Percebendo-os enquanto grupos étnicos, poderíamos citar aqui alguns como: Kaingang e Guaraní Nandeva (Região Sul), Krenak e Maxacali (Sudeste), Guajajara, Pankararu, Fulni-ô (Nordeste), Yanomami, Macuxi e Baniwa (Norte), Kayapó, Xavante (Centro-oeste) entre muitos outros povos de diferentes regiões do solo brasileiro e com histórias e culturas diferenciadas. Para Vangri Kaingang, escritora, artista indígena e membro do NEARIn, em entrevista de 2010 no antigo Museu do Índio no Rio de Janeiro,

Um dos piores equívocos cometidos pelos não índios é pensar que todos os índios são iguais. Pensar o indígena de uma maneira homogênea. Nós Kaingangs, somos um povo guerreiro, diferente dos pataxós, dos Guaranis e de outros povos. Nós temos uma diferença social muito marcante que se traduz na nossa cultura, nos nossos costumes, nos nossos hábitos, nas nossas pinturas. A pintura expressa um significado, uma história. As pessoas têm imagens dos índios, pintados, seminus com cocares, empenados e com roupas tradicionais. Essa é uma imagem que a mídia mostra de índios da Amazônia ou do Xingu. [...] Cada povo

² Munduruku, Daniel; Wapichana, Cristino. Antologia Indígena. Campo Grande: Secretaria de Estado de Cultura, 2009, p.10.

³ Freire, J.R. Bessa. Herança cultural indígena: quem são os herdeiros? Coletânea de Textos: história e culturas afro-brasileiras e indígenas. Rio de Janeiro: PCRJ, 2008.

tem o seu adorno, o seu tipo de pintura e os usa em momentos diferentes. Eu moro numa região, onde durante seis meses faz frio. Eu não tenho que ter a cara dos meus parentes de Pernambuco, da Amazônia ou do Xingu. Eu moro num lugar frio, e não tenho a pele tão morena. Nós, os Kaigangs, não comemos farinha. Comemos milho vermelho, branco, nós gostamos de comer carne. Os pataxós, por exemplo, gostam muito de peixe. Existem muitas diferenças, é a multiculturalidade da gente. A diferença cultural, étnica específica de cada povo. Tanto a língua, quanto o costume, a pintura e até a própria estrutura física. É a especificidade de cada povo em suas regiões.

O segundo grande equívoco apontado por Bessa Freire diz respeito ao ato de pensar as sociedades indígenas como culturas atrasadas e primitivas. Como podem sociedades que produzem conhecimentos tão sofisticados sobre a natureza serem atrasadas? Como podem sociedades que produzem arte, literatura, música, grafismo, religião e educação que ensina valores serem consideradas como culturas primitivas? Durante muito tempo e ainda hoje, os povos indígenas desenvolvem uma visão filosófica da relação homem/natureza alicerçada em suas concepções de organização social. Essas visões partem de um profundo respeito aos recursos naturais como base e fonte de vida.

O fato de serem culturas orais e dominarem outras línguas que não a do colonizador não é um atributo que os coloca em condição de inferioridade. Dado que a História comprova, a imposição da língua segue-se à dominação dos povos. Nesse sentido, não existe língua inferior, nem superior: o que existe são povos dominantes e dominados. Como afirma Bessa Freire,

O processo colonial e a catequese fizeram de tudo para acabar com as línguas e religiões indígenas, não conseguiram. Padre João Daniel, um jesuíta que viveu na Amazônia no século XVIII faz um balanço desse processo, num livro bonito que ele escreveu: “Tesouro Descoberto no Rio Amazonas”. Lá, ele conta que por volta de 1750, um missionário espancou uma índia do Marajó com bolos de palmatória, dizendo: “só paro de bater quando você disser 'basta', mas não na tua língua. Ela calou. Suas mãos sangraram, mas ela não traiu a língua mãe”.

Assim também foi para com as religiões, os saberes tradicionais indígenas que também foram considerados pelo colonizador como um conjunto de superstições. “As ciências indígenas também foram tratadas de forma preconceituosa pela sociedade brasileira. Os conhecimentos indígenas foram desprezados e ridicularizados como se fossem a negação da ciência e da objetividade”, segundo o mesmo autor. Não obstante, apesar de toda forma de coerção aos conhecimentos tradicionais, inúmeros trabalhos acadêmicos em diversas áreas do conhecimento hoje se debruçam sobre as sociedades indígenas, descrevendo e valorizando o conhecimento que elas possuem sobre a natureza.

A ideia de congelamento das culturas indígenas é mais um dos equívocos a que assistimos atualmente. Alguns professores, auxiliados pelos livros didáticos e alguns paradidáticos, ajudaram e ajudam a formar uma visão distorcida do indígena, quando se utilizam apenas de informações produzidas e escritas em arquivos, documentos e livros

referentes aos primeiros séculos da colonização. Nesse contexto, deixam de considerar que a história do indígena perpassou todo o processo da colonização até os dias de hoje. Afinal, são 510 anos de História pós-colonização. Isso porque não se sabe da História pré-colonização, pois só se considera a História do índio na literatura escolar após o contato com o colonizador.

Supõe-se que se existe a necessidade da decretação de uma lei como a 11.645/08, é porque isso nos revela que existe também um profundo desconhecimento acerca da história e da cultura dos povos indígenas no Brasil. Esse desconhecimento, traduzido em ignorância, faz com que certos professores reproduzam estereótipos discriminatórios e racistas, quando não uma visão museológica do índio. Em outras palavras, um índio que só existe no passado, que ficou congelado no tempo ou desapareceu da história.

Nessa perspectiva, ao pensar o índio apenas no pretérito, ignoramos o fato de que ele está presente entre nós, trabalhando, estudando, se formando nos mais diferentes níveis e produzindo arte e literatura. O índio, hoje, atua na sociedade de diferentes formas, organizado em diferentes núcleos, como é o caso do NAI (Núcleo de Advogados Indígenas), NumIn (Núcleo de Mulheres Indígenas) e do NEARIn (Núcleo de Escritores e Artistas Indígenas), na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da OAB, junto ao Ministério Público lutando pela demarcação de seus territórios, no Plenário, no Ministério da Educação e em tantos outros lugares.

Recentemente ocorreu um fato envolvendo o julgamento das terras Raposa Serra do Sol, em Roraima. Em dezembro de 2008, cinco povos indígenas (Macuxi, Wapixana, Ingaracó, Patamona e Taurepang), há trinta anos em disputa pela demarcação de suas terras nessa reserva, tiveram seus direitos defendidos pela advogada wapixana, Joênia Batista de Carvalho. Ela foi a primeira indígena a defender uma causa no Supremo Tribunal Federal. Esse acontecimento histórico nos convida a refletir sobre a história dos índios em nosso país:

Cabe assinalar a atuação de Joênia que, formada em direito, atuou como defensora de seu próprio povo. Participou do ritual do julgamento com a toga que a função exige e com o rosto pintado conforme as tradições de seu povo. Com coragem e determinação, defendeu os direitos dos índios que acabaram ganhando a causa. Alguém duvida que ela seja índia? Com certeza, sim. Entre os argumentos contrários à demarcação daquelas terras incluem-se os argumentos de que muitos dos grupos ali envolvidos há muito deixaram de serem índios.⁴

Por que será? Esse fato pode ilustrar como foi cristalizada, em nosso imaginário, a imagem de um índio puro, autêntico, que é aquele que anda nu, na floresta, mora na oca e usa arco e flecha e cocar. Ao encontrar um indígena fora desses padrões, erroneamente o categorizamos como um ex-índio, o que seria o mesmo equívoco que dizer que somos ex-brasileiros, uma vez que nos apropriamos cada vez mais de novas tecnologias e produtos de origem estrangeira. No imaginário brasileiro, ainda não se concebe que o índio possa ser advogado, professor, enfim, exercer as profissões de prestígio social que requerem

⁴ Almeida, Maria Regina C. Os índios na História do Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

uma maior especialização. Que possa se apropriar das novas tecnologias, sem perder sua identidade indígena. Evidentemente, ainda são poucos os representantes, mas através da luta eles vão ganhando o seu espaço. Muito ainda há de ser feito, pois a dívida histórica do Brasil com os indígenas é incomensurável.

O quarto equívoco diz respeito à representação do índio como um sujeito histórico do passado, o que não deixa de ser uma visão que reafirma o equívoco anterior de um índio portador de culturas congeladas. É muito comum ouvirmos, nas salas de aula, discursos que enfatizam a figura indígena sempre no pretérito: “os índios viviam”, “os índios moravam”, “os índios comiam” e tantos outros enganos que acabam por criar e reforçar paradigmas, levando quase sempre o educando a concluir que os indígenas não existem mais, que sumiram no tempo junto com as arcaicas caravelas de Cabral. Um dos maiores problemas de se pensar o índio no passado é associá-los como obstáculos ao progresso. Paradigmas construídos em virtude da modernidade nos remetem a concluir que, se os índios não acabassem, a dita “civilização” jamais teria acontecido.

Tal fato se traduz ao longo dos anos em atitudes preconceituosas. Podemos ilustrar, como exemplo, o crime cometido contra o índio Galdino, que foi queimado vivo, em Brasília por cinco jovens de classe média. Façamos uma reflexão: Quem assassinou o indígena Galdino? Nas palavras de Munduruku, “quem matou Galdino não foram os jovens, mas a própria sociedade representada pela escola”.⁵

O mais repugnante é que a atitude desses jovens em muito nos lembra da barbárie cometida contra esses povos há muitos séculos atrás. Precisou um ato como esse para chamar a atenção do Brasil ao óbvio: os indígenas são povos resistentes e guerreiros, que sobreviveram a todos os atentados contra suas vidas, histórias e culturas, e que estão no campo, no contexto urbano, por muitas vezes em situações de miséria, pois não há política pública que os atenda. No caso do Galdino, poucos são os que conhecem a verdadeira razão de ele estar dormindo naquele ponto de ônibus, em Brasília: juntamente com outras lideranças, o pataxó Hã-Hã-Hãe Galdino tinha ido reivindicar a demarcação das terras de seu povo em conflito fundiário com fazendeiros.

Então fica a reflexão: Por que não levamos o índio Galdino para as discussões dentro das salas de aula? Por que não abordar a temática indígena na contemporaneidade? Por que não trazer o próprio indígena para as escolas, para falar de sua cultura e história? Vamos além: por que não criar uma disciplina própria, abrir concursos para professores indígenas? Por que não trabalhar a literatura escrita pelos próprios sujeitos da história, ao invés de ensinar nossos educandos a somente aprenderem a pensar e aprenderem a aprender pela ótica do colonizador (invasor)?

Ailton Krenak, ativista e escritor indígena nos propõe a seguinte reflexão:

Esconder, desse jeito, o Brasil do povo brasileiro é uma coisa muito ruim, porque é também impedir o povo brasileiro de tomar conta dele mesmo. Se você não conhece sua casa, pode deixar uma parte dela abandonada. Com isso, ela vai quebrando, caindo [...] porque você não a conhece, não cuida dela. E o povo brasileiro tem cuidado muito pouco da casa em que mora. Fica sentado na varanda, tomando conta da rua;

⁵ Munduruku, Daniel. Catando piolhos: contando histórias. São Paulo: Brinquebook, 2006, p. 67.

enquanto isso, o quintal e a casa dele são roubados, mexidos, envenenados. Mas ele está muito seguro de si, sentado na varanda. [...]Essa omissão me assusta muito, porque é a situação de quem mora na varanda e não presta atenção na sua casa. Vocês só vão prestar atenção na casa, no dia em que ela estiver queimando, pegando fogo e só tiver sobrado cinzas. A nossa casa é a mesma de vocês. O rio que é importante para o meu povo é o mesmo rio que vai dar água para o seu filho e para o seu neto.⁶

Como quinto e último equívoco, o professor Bessa Freire destaca: O brasileiro não é índio. Esse é certamente um equívoco muito comum, e que faz parte das argumentações do senso comum, que não concebe, por motivos de natureza preconceituosa, a sua ascendência indígena. Quem nunca ouviu alguém falar assim: “Eu tenho descendência indígena, minha avó era índia”. Isso não é incomum e tem uma explicação: a identidade nacional brasileira foi forjada de maneira a ocultar a dominação colonialista sobre os povos indígenas e africanos trazidos como cativos.

O processo de colonização se deu tão perversamente e atinge a subjetividade de tal forma, que leva à negação da ancestralidade. Isso é verificado pela ausência positiva da figura do indígena e do negro na literatura infanto-juvenil, que quase sempre aparece de maneira profundamente descaracterizada. Esse processo de omissão da violência colonial veiculada pelas mídias e pela escola interfere diretamente na constituição identitária dos educandos, que têm dificuldade de se identificarem com aqueles que lhe são apresentados como vencidos, sem cultura, atrasados, congelados, enfim, portadores de todos os equívocos mencionados.

Por isso tudo, acreditamos que a literatura precisa ser compreendida nas escolas como um legado desses povos, um bem cultural, que pode e deve ser disponibilizado criticamente para nossas crianças e jovens. Assim como deve fomentar o aparecimento cada vez maior de novos escritores que ajudem a enriquecer as salas de aulas das escolas indígenas e não indígenas, e venham a contribuir para o enriquecimento desse patrimônio cultural. É necessário que esse movimento se fortaleça, para fazer frente a um mercado editorial, e assim possa negociar, de uma maneira cada vez mais igualitária, sobre o que escrever, e assim escrevendo, continue a manter viva a cultura de povos tão ameaçados em sua existência. Por isso, acreditamos que a literatura como patrimônio não tem apenas função estética, mas, também, função política. Acreditamos que tal patrimônio pode se transformar num conhecimento revelador aos não indígenas, e como um bem cultural no sentido da preservação, reprodução e manutenção dos conhecimentos originários desses povos.

Partiremos de uma fala do escritor indígena Olívio Jekupé, em entrevista concedida ao Programa Entrelinhas da TV Cultura, em 2009, que afirma ser a literatura indígena o registro da oralidade e a oralidade um tipo de literatura. Nesse discurso está contida uma quebra de paradigma do conceito tradicional de literatura. O conceito tradicional de literatura concebe apenas determinados tipos de textos, que sofrem inúmeras classificações de gêneros literários e são expressos através de códigos gráficos. Esses

⁶ Citado por Daniel Munduruku, em *Catando piolhos: contando histórias*. São Paulo: Brinquebook, 2006, p. 66.

textos são concebidos em duas vertentes: os clássicos que fazem parte da cultura erudita e a literatura popular que faz parte da chamada cultura popular. A fala de Jekupé problematiza o conceito ocidental hegemônico de literatura, como produção erudita, realizada por um determinado grupo, e legitimada pela Academia, como aquilo que deve ser considerado literatura, e assim adquirir status de patrimônio cultural. Todo esse processo está atravessado por relações de poder, que servem à manutenção de padrões dos grupos dominantes.

Esses padrões se traduzem na reprodução de símbolos de beleza, de formas ideais de relacionamentos amorosos, de organização social, que influenciam a construção das identidades das crianças e dos jovens. Padrões culturais de setores das classes dominantes retratados nessas mídias, dentre elas, a literária, destinada ao público infanto-juvenil e bastante veiculada nos espaços pedagógicos. Essas obras, servindo de entretenimento e prazer às crianças e adolescentes, até das classes populares, continuam moldando valores das crianças e jovens, do ontem e de hoje. Esses valores, mesmo de modo inconsciente, influenciam escolhas, fazendo com que sejam ressignificados e mantidos pela sociedade por gerações.

A literatura, em meio a isso tudo, parece ter o seu poder de bem cultural enfraquecido frente aos apelos de uma sociedade consumista, onde o bem material adquire cada vez maior valor. Por outro lado, a concepção dominante de bem cultural está atravessada por uma visão de senso comum, que toma este como: um conjunto de obras de escritores e artistas clássicos, na sua maioria expressiva, brancos, europeus ou norte-americanos e pertencentes às elites, e por isso mesmo só podem ser adquiridos pelas mesmas, que os ostentam nas prateleiras de suas bibliotecas, ou nas prateleiras de suas casas. Já os bens culturais dos povos indígenas, africanos e outros, pode-se supor que são comprados como souvenirs exóticos para enfeitar os recintos dessas mesmas casas. Quanto aos livros, ou a literatura sobre esses povos “exóticos”, deixa-se aos intelectuais, que bom uso façam deles, em seus trabalhos de pesquisa. Mas a literatura indígena é pouco pensada como um bem cultural, que ao representar a cosmovisão dos povos indígenas, pode ser identificada como verdadeiro legado, para a ampliação do conhecimento e do patrimônio das futuras gerações, tanto para as crianças e jovens não indígenas, quanto para os de origem indígena.

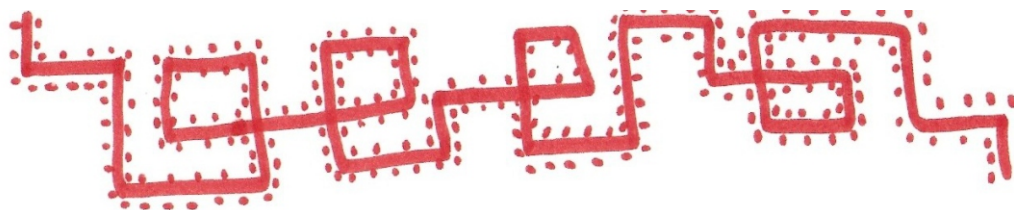
Para os indígenas, ela representa a possibilidade de registro de suas histórias e culturas: a cosmovisão desses grupos retratada nos seus mitos, além de histórias do cotidiano das aldeias, que por vezes passam despercebidas, mas que, quando colocadas no papel, ganham outro significado. Já para as crianças e adolescentes não indígenas, é um mundo que se descortina aos seus olhos.

A Literatura infanto-juvenil indígena tem um espaço importante nas escolas indígenas e não indígenas, é um instrumento de suma importância na construção do conhecimento dos educandos e na formação de novos leitores, fazendo com que eles despertem para o mundo onde o imperativo da pluralidade cultural é uma realidade. Os professores dos primeiros anos da educação básica devem trabalhar com a literatura indígena, disponibilizando-a, assim, como um bem cultural acessível às crianças e jovens não indígenas. Esta constitui um material indispensável à prática pedagógica. Por intermédio das diferentes narrativas literárias, além de se potencializar o desenvolvimento formativo em várias dimensões, oferecem-se aos alunos possibilidades

de desconstrução do discurso de superioridade que está embutido em literaturas hegemônicas, que fazem parte do cotidiano das escolas não indígenas, como, por exemplo, os contos de Perrault e Grimm.

A premência de se apresentarem outras possibilidades literárias vai ao encontro da necessidade de se desvelar uma História do Brasil que atravessou os séculos, secundarizando a importância da contribuição dos diferentes grupos étnico-raciais, como os indígenas e os negros. Essa prática amplia o leque de reconhecimento do mundo, desconstruindo visões essencialistas, etnocêntricas e discriminatórias.

A literatura - para escritores indígenas como Daniel Munduruku, Olívio Jekupé, Eliane Potiguara, Graça Graúna, Ailton Krenak, Vângri Kaingang, Wasiry Guara e muitos outros - tem a função social, cultural e política de preservar a História contada pelos mais velhos às gerações posteriores. Dessa forma, colabora para a manutenção, a tradição e o valor das culturas das diferentes etnias indígenas espalhadas pelo território brasileiro, assim como oferece aos não indígenas a possibilidade de imersão no universo cultural desses povos.



"A gente se encontra, nos chamamos de parentes, mas não é que somos parentes. Nós nos tratamos como 'parentes' porque sabemos que somos fruto de uma mesma origem, digamos, mas somos todos absolutamente diferentes nas nossas concepções todas, nas nossas ideias, no nosso modo de ser, de atuar no mundo, de agir, e essas concepções são complementares, se fundem em alguns momentos, mas também trazem as suas diferenças, suas divergências. Se hoje em dia não se une para enfrentar um ao outro enquanto povo, a gente certamente se une para combater outros povos que vêm para roubar nossos

territórios, que vêm para detonar a cultura, aquele que vem trazendo toda a riqueza ou a visão da riqueza que o Ocidente traz, enfim, é um novo tipo de enfrentamento que é necessário fazer para que a gente possa efetivamente sobreviver. Aí entra um pouco a história da Literatura como um elemento novo na cultura indígena. Os indígenas sempre foram muito criativos na sua atuação diante do mundo, aliás, viver sem tecnologia é muito mais difícil do que viver com essa tecnologia toda, exige muito mais criatividade, e a cada dia você renovar essa criatividade. A gente não repete as coisas, a gente tem que criar sempre a novidade para que a gente possa dar uma resposta àquilo que o mundo nos apresenta e aquilo que é necessidade para cada povo. A isso tudo a gente tem chamado às vezes de Tecnologia da Memória, as novas tecnologias da memória porque vocês sabem que a cultura ela é basicamente dinâmica. Não existe cultura parada no tempo, aliás, cultura parada no tempo virou peça de museu, virou outra coisa. A cultura, qualquer que seja ela, ela se caracteriza justamente pela dinâmica que ela tem que criar para poder sobreviver, e essa atualização é fundamental." (Daniel Munduruku - I Caxiri na Cuia)

INSCRIÇÕES, NARRATIVAS E LITERATURA DE PRODUÇÃO INDÍGENA¹

Maria Sílvia Cintra Martins

Neste trabalho, iniciarei uma breve discussão sobre a forma com que se inter-relacionam as inscrições rupestres, as narrativas míticas e a produção literária de indígenas. Como meu conhecimento a esse respeito, neste momento, se centra em relatos sobre as produções do Alto Rio Negro, minhas reflexões se darão com esse foco, muito embora se possa prever, do ponto de vista teórico, que situações semelhantes a estas que explorarei dão-se em outras regiões e comunidades indígenas brasileiras, guardadas, evidentemente, suas especificidades.

O trabalho de Stephen Hugh-Jones “A escrita na pedra e a escrita no papel”, inserido em coletânea organizada pelo antropólogo Geraldo Andrello, comporta algumas indicações a respeito da temática que nos interessa:

(1) a forma com que, para a finalidade de seu estudo, Hugh-Jones ignora, momentaneamente, as especificidades dos povos de língua aruaque e tukano, para focalizar a inter-relação que se dá, em ambas as culturas, entre as inscrições rupestres, as narrativas míticas, os cânticos religiosos e os desenhos em cestaria;

(2) sua indicação de que é utilizada a mesma palavra, em diversas línguas indígenas do Alto Rio Negro, para significar, de forma abrangente, tanto desenhos, inscrições, como escritas. Referindo-se à pesquisa desenvolvida por Ermanno Stradelli, no final do século XIX, no Alto Rio Negro, Hugh-Jones comenta que, quando perguntados sobre o significado das figuras enigmáticas gravadas nas rochas, os indígenas responderam associando esses sinais às narrativas míticas:

“(...) eles provavelmente também mencionaram a 'escrita', já que, nas diferentes línguas indígenas da região, as palavras que se referem a desenhos pintados, gravados ou tecidos pelas pessoas, assim como a marcas e desenhos no corpo dos animais, servem também para a escrita e costumam ser traduzidas como 'escrita' quando os indígenas se manifestam em língua portuguesa ou espanhola”.²

(3) a forma com que reconhece nas produções escritas de indígenas a partir da década de oitenta do século passado uma continuidade e integração de motivos existentes nas manifestações culturais prévias.

De toda maneira, o momento histórico em que nos localizamos, na virada do terceiro milênio com todas as reviravoltas epistemológicas que herdamos do século passado, exige de nós o repensar das fronteiras entre o oral e o escrito, assim como entre Mito e

¹ Maria Sílvia C. Martins é professora do Programa de Pós-Graduação em Literatura (PPGLit) da UFSCar. Trata-se aqui de trecho de capítulo a ser publicado no livro: Martins, Maria Sílvia C. (Org.) Ensaio em Interculturalidade: Literatura, Cultura e Direitos de Indígenas em época de globalização. Campinas: Mercado de Letras, 2013.

² Hugh-Jones, Stephen. “A escrita na pedra e a escrita no papel”. In Andrello, Geraldo (Org.). Rotas de Criação e Transformação. Narrativas de origem dos povos indígenas do rio Negro. São Paulo: Instituto Socioambiental/ Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, 2012.

História, Mito e Literatura, Logos e Mythos, para que possamos nos debruçar, de forma adequada e não precavida, diante do desafio que se nos apresenta, da definição de uma literatura que venha a englobar, também, na síntese forma/conteúdo, as formas gráficas e pictóricas, por um lado, e a mitologia (oratura, narrativas orais), por outro.

Nas palavras do poeta português Fernando Pessoa, em “Ulisses”, “O mito é nada que é tudo”. Vale lembrar, ainda, a tendência contemporânea dos Estudos Literários, no sentido de fazer a ponte entre a Literatura e as outras linguagens, Literatura e Cinema, Literatura e Artes Plásticas. No caso da “Mitagem”³ do Alto Rio Negro, a ponte já está traçada, desde muito tempo, entre o material verbal e o não verbal, que se entrecruzam, se entremeiam e produzem o sentido na relação conjunta.

Entendo que é necessário, em território nacional, empreendermos esse esforço, sem o qual ficará impossível tratarmos a Literatura Indígena aqui produzida de forma adequada, mesmo porque é ao jogar essa âncora para o passado que podemos, depois, vir traçando com mais segurança uma história dessa literatura, que se faça, de preferência, com base em elementos que lhe são próprios, e não a partir de um olhar externo e preconcebido. Jogar a âncora para o passado significa, entre outros motivos, alertar para uma Literatura que já era produzida em território ameríndio antes da chegada dos europeus na virada do século XVI. Implica, também, olhar para essa manifestação artística a partir da visada que ela mesma propõe, ou seja, na relação complexa que se traça entre elementos paisagísticos, narrativas míticas de caráter preponderantemente oral, grafismos nas pedras e na cestaria.

A constituição dessa arte se dá de forma complexa, na união entre oralidade e escrita, de tal forma que deixa de fazer sentido estabelecer a cisão entre narrativas orais, por um lado, e petroglifos, por outro, por exemplo. Também a constituição dessa Literatura já nos aponta para seu enraizamento espaço-temporal, para seu enraizamento histórico: é ali, na amarração com seu espaço-tempo e com os sujeitos históricos que por ali transitam e transitaram que encontraremos o ponto de partida para sua eventual crítica.

Certas reflexões do semiótico da cultura Iuri Lotman contribuem, ainda, para uma compreensão mais adequada de como e por que a Literatura/ Oratura indígena pode e deve vir a adquirir um estatuto de maior prestígio – assim como compreender por que não tem desfrutado desse prestígio. Em seu texto “A língua falada na perspectiva histórico-cultural”, Lotman⁴ estabelece um contraponto pouco convencional entre escrita e oralidade, ao propor – de forma que pode lembrar o enfoque da Sociolinguística, sem, no entanto, se confundir com ele – que se trataria de línguas diferentes dentro de uma mesma comunidade linguística. A língua falada teria caráter icônico, estando intimamente associada com o corpo, com a mímica e, mesmo, com o vestuário; já a língua escrita, de caráter analítico e linear, não se caracterizaria, apenas, pelo apelo à memória,

³ O antropólogo americano Robin Wright, que desenvolveu pesquisa de mais de trinta anos no Alto Rio Negro, utiliza a expressão “Mythscape”, que traduzo por “Mitagem” (na união entre mito e paisagem), para se referir à inter-relação entre as inscrições presentes nos petroglifos e elementos presentes nas narrativas e cânticos xamânicos. Seu artigo faz parte da coletânea que mencionei (Martins, 2013).

⁴ Lotman, Iuri M. La semiosfera. Madrid: Ediciones Catedra, 1997.

mas por certa função específica que abre a possibilidade de se poder expressar, através dela, questões que não poderiam ser reveladas de outra forma – fato que atribuiria à escrita o estatuto do segredo e da iniciação. Segundo o semioticista russo, elementos de certa forma paradoxais conduzem a uma situação *sui generis*: esta língua de prestígio passa a ser vista como a única língua, apesar de contar com um círculo de atuação mais restrito; esta língua passa a ser vista como a língua correta, e a outra, a falada, como a incorreta; sua gramática passa a ser considerada como a verdadeira gramática. Podemos acrescentar que à língua escrita é atribuída visibilidade, enquanto que a língua oral – tida como não-língua – passaria pelo processo esquizofrênico: do ser sem sê-lo – ou do não ser, sendo. Mais uma das esquizofrenias de certa cultura não indígena: falar uma língua e fingir que ela não existe, já que a ela estaria sempre sendo atribuído o caráter do erro e da exceção.

Com base nas reflexões de Lotman, podemos avançar para pensar em como se dá, na cultura indígena, o entrelaçamento entre escrita e oralidade. Dentro da cultura letrada e não indígena, se entende a função mnemônica da escrita como sendo aquela de preservar no papel (e agora nos arquivos digitais) aquilo que se perderia na efemeridade da linguagem oral, mesmo porque se postula, conforme viemos discutindo, uma proeminência da escrita sobre a oralidade, como se só a primeira merecesse, de fato, o estatuto da verdade, da seriedade, da autoridade. Já nas culturas indígenas, como acontece no caso dos petroglifos do Alto Rio Negro, a escrita não cumpre um papel substitutivo da narrativa oral; em certo sentido, sua função é, também, mnemônica, porém não dentro da presunção da inferioridade do relato oral, mas, de preferência, como se fosse para assegurar, afiançar que, de fato, o que se fala é verdadeiro. Daí a importância para a comunidade do Alto Rio Negro, conforme descrito por Xavier⁵, da preservação e historicização dos petroglifos, não exatamente por serem os únicos portadores da história daquela comunidade, mas por implicarem a prova de que o que se relata de fato aconteceu.

A escrita, neste caso, não substitui ou diminui a oralidade, pelo contrário; apenas contribui para lhe dar veracidade, no sentido de comportar os rastros, as marcas, os vestígios que comprovam que aquilo que se relata na mitologia tem, mesmo, fundo de verdade histórica. Trata-se, assim, do reconhecimento da autoridade da língua oral, e não o contrário.

Nessa mesma linha de raciocínio, é digno de nota, ainda, o descompasso temporal entre a visada mais convencional do contraste entre oralidade e escrita, e aquela que desponta da observação do papel da escrita nas comunidades indígenas. Neste caso, a escrita não comparece única ou preferencialmente como parte de um estágio posterior de evolução; ao contrário, a escrita comportaria os rastros dos fatos acontecidos que depois vieram a ser relatados nas narrativas míticas – com base nesses vestígios.

Para finalizar este breve esboço, podemos dizer que as produções escritas de indígenas a partir da década de oitenta do século passado – tais como algumas que aparecem nesta revista – em parte dão continuidade ao que se manifestava, antes, nas

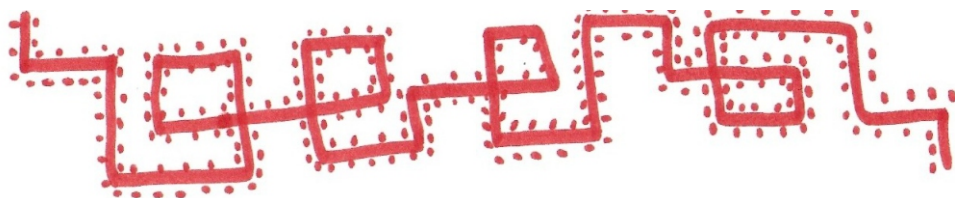
⁵ Carlos Cesar Leal Xavier: A Cidade Grande de Ñapirikoli e os Petroglifos do Içana – uma Etnografia de Signos Baniwa. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, UFRJ, 2008.



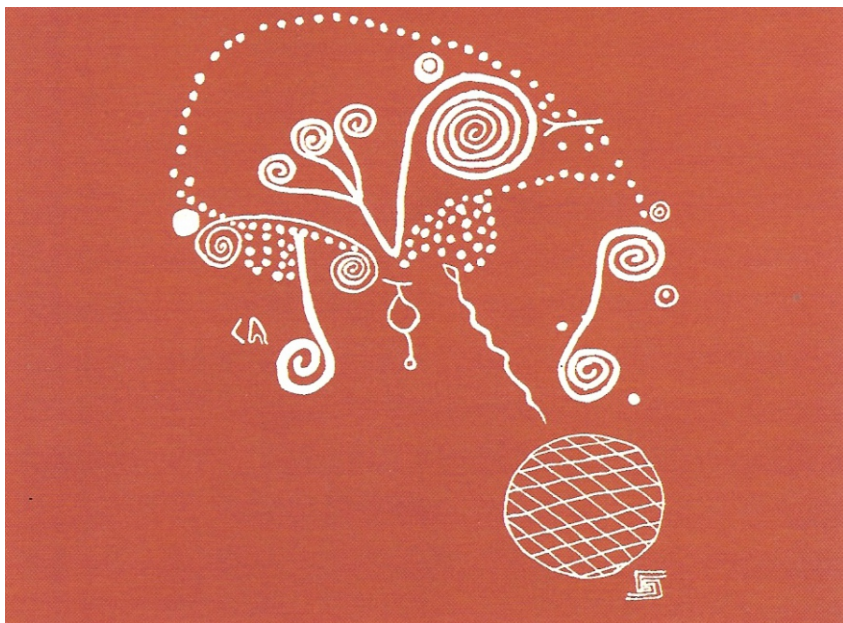
“Enquanto nós estávamos lá atrás, num tempo passado, em que o nosso contato era com a natureza simplesmente ou com os outros povos, amigos e inimigos, a gente vivia com uma determinada forma de lidar com aquela realidade. Depois que entramos em contato com outros povos que traziam uma tecnologia diferente, um jeito diferente de estar no mundo a gente teve que pinçar elementos desses povos, colocar dentro da nossa própria cultura para que ela possa se atualizar e, se atualizando, ela

consiga sobreviver. Portanto, a cultura se transforma, ela muda, ela está na dinâmica, está em constante mutação para efetivamente se manter viva, atual. E aí vai dizer que isso funciona, por exemplo, com as narrativas, a oralidade. Uma pessoa que usa da oralidade como comunicação vai estar sempre trazendo elementos novos; nenhuma história é contada igual, ela só é contada igual quando ela vira livro, porque o livro tem esse poder, ele congela as histórias, congela a oralidade, não exatamente a oralidade, ele congela uma história porque a oralidade nunca pode ser congelada, justamente pela dinâmica que ela apresenta. O narrador vai contar aparentemente a mesma história dezenas, centenas de vezes, mas ele sempre está trazendo um elemento novo na sua narrativa, justamente porque ele faz a atualização do seu enredo, da sua história. Não é incomum hoje em dia a gente ouvir muitos velhos indígenas, ou muitos indígenas velhos, contando histórias colocando elementos como um avião, a televisão, histórias antigas, tradicionais que eles ouviram talvez, há muito tempo atrás; hoje em dia eles colocam o computador dentro dessa história, convivendo com os animais, com os rios, com todos os outros elementos. Essa é a forma que aquela narrativa dele tem de atualizar aquela memória ancestral, e uma memória ancestral contada hoje. Isso é que é bacana nos mitos indígenas.”

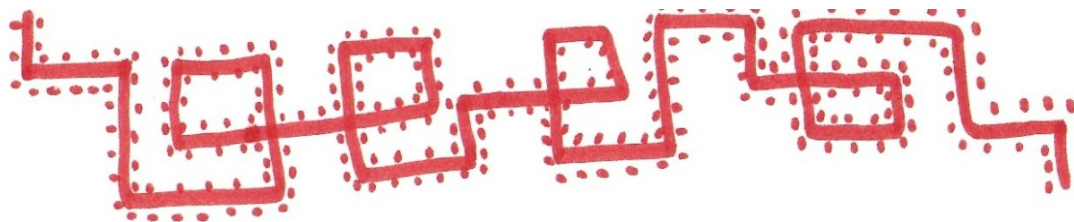
(Daniel Munduruku – I Caxiri na Cuia)



narrativas orais; mas também dão sequência a uma História muito antiga, que já incluía, milenarmente, a presença da escrita em nosso território. Este é, alias, um dos motivos por que os grafismos comparecem nesta edição: não só para enfeitá-la, mas para ilustrá-la no sentido de aludir a uma abrangência muito maior daquilo que, em princípio, poderíamos denominar “Literatura Indígena”.

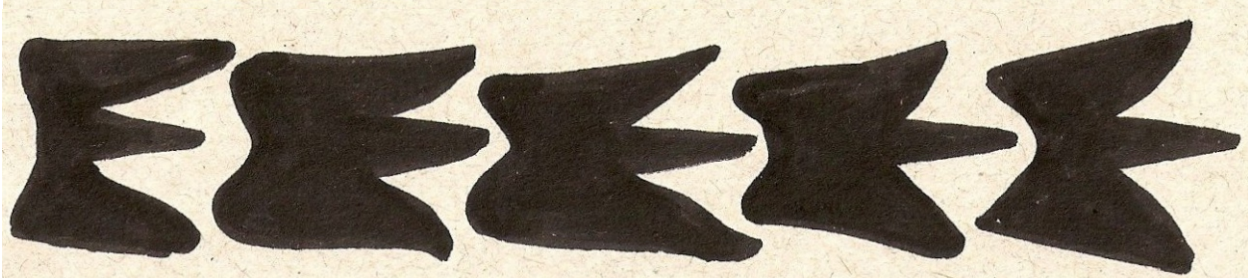


Reprodução dos petroglifos na pedra de “falso Kuwai” na cachoeira de Hipana, Alto Rio Negro. Elementos presentes nos petroglifos são referenciados nos cânticos xamânicos e nas narrativas dos mitos de origem (Waferinaipe Ianheke: a sabedoria dos nossos antepassados. Coleção «Narradores Indígenas do Rio Negro». São Gabriel da Cachoeira/AM: FOIRN, 1999).



“O pensamento indígena não é linear, é cíclico, funciona como um círculo que vai do passado para o presente como um movimento único – o contador de história cria um significado novo para o que é antigo; antigo não no sentido de ser jogado fora, mas no sentido de ser atualizado para fazer sentido a quem escuta essa história hoje”.

(Daniel Munduruku – I Caxiri na Cuia)



LEGADO DE ÍNDIO

Tiago Hakiy

Sou índio, sou cor, sou raça de mil florestas
Meu tacape, dança da tucandeira, minha tradição
Se mostra em noites de muitas festas.

Lembranças e madrugadas correm em minhas veias
E preservam o gosto das águas antepassadas
Colhidas nas belas noites de lua cheia.

Chuvas de tradição molham meu rosto
Sou índio, minha cultura é minha pele
A mata sobrevive em minha canção
Faz parte de minha sina de meu índio coração.

Sou índio, sou sonho, raiz da nação brasileira
Minha bandeira pela igualdade, minha história renascendo em livros
É minha luta solfeando a sobrevivência.



GRUPO DE PESQUISA
LETRA

